

RAQUEL XAVIER DE SOUZA CASTRO

DA CADEIRA ÀS CARTEIRAS ESCOLARES INDIVIDUAIS
Entre Mudanças e Permanências na Materialidade da Escola Primária
Catarinense (1836- 1914)

FLORIANÓPOLIS - SC

2009

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO – LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA
DA EDUCAÇÃO

RAQUEL XAVIER DE SOUZA CASTRO

DA CADEIRA ÀS CARTEIRAS ESCOLARES INDIVIDUAIS
Entre Mudanças e Permanências na Materialidade da Escola Primária
Catarinense (1836- 1914)

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação

ORIENTADORA: Prof^a. Dra. Vera Lucia Gaspar da Silva

FLORIANÓPOLIS – SC

2009

RAQUEL XAVIER DE SOUZA CASTRO

DA CADEIRA ÀS CARTEIRAS ESCOLARES INDIVIDUAIS
Entre Mudanças e Permanências na Materialidade da Escola Primária
Catarinense (1836- 1914)

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação

Banca examinadora:

Orientadora: _____

Prof^a. Dra. Vera Lucia Gaspar da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro _____

Prof^a. Dra. Maria Teresa Santos Cunha
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro _____

Prof^a. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta
Universidade Federal do Paraná

Membro Suplente _____

Prof^a. Dra. Rita de Cássia Gallego
Universidade de São Paulo

Florianópolis, 25 de novembro de 2009

A
meus pais,
que sempre me apoiaram.

Ao Junior e ao Gabriel, meus grandes amores.

À Prefeitura Municipal de Florianópolis.

*A Vera Lucia Gaspar da Silva,
querida professora e amiga,
incentivadora incomparável de uma idéia.*

AGRADECIMENTOS

Amado DEUS, agradeço a Ti com todo meu amor, por me abençoar na realização deste trabalho; sei que estavas ao meu lado em toda a caminhada.

Com alegria, expresso hoje minha gratidão ao apoio e à colaboração de muitas pessoas que participaram dessa caminhada e muito contribuíram para a realização deste trabalho.

À professora Dra. Vera Lucia Gaspar da Silva, minha orientadora, sempre apaixonada pelo seu trabalho (ser professora, pesquisadora, orientadora, autora...), ensinando-me e incentivando-me a sê-lo também. Sua dedicação, carinho, responsabilidade, organização e rigor acadêmico estarão para sempre em minha vida. Com admiração e carinho, agradeço por colaborar em minha formação.

Aos professores Dra. Maria Teresa Santos Cunha e Dr. Marcus Levy Albino Bencostta, pelas sugestões, recomendações e contribuições no exame de qualificação, que me permitiram dar mais qualidade ao trabalho, e por aceitarem fazer parte da banca de avaliação.

A todos os professores do PPGE, linha de pesquisa “História e Historiografia da Educação”, Dr. Celso João Carminati, Dra. Gisela Eggert Steindel, Dra. Gladys Mary Ghizoni Teive, Dra. Maria Teresa Santos Cunha, Dr. Norberto Dallabrida, pelos ensinamentos, sugestões e discussões instigantes em suas disciplinas ou debates, conferências e reuniões.

Aos funcionários da secretaria do PPGE, em especial ao Anderson e à Gabriela por nos receberem com alegria e estarem sempre à disposição na parte burocrática.

Ao grupo de estudos Seminário Escola Graduada, coordenado pela professora Vera Lucia Gaspar, meu muito obrigada pelas ricas apresentações e aprofundamentos.

Aos participantes do GPEFESC, principalmente à professora Ione Ribeiro do Valle, que sempre me recebeu com muito carinho nas discussões construtivas.

À Marília Gabriela Petry, por estar sempre disposta a me ajudar no que fosse preciso, inclusive lendo meu trabalho com dedicação e entusiasmo; a ela, minha gratidão.

A todas as bolsistas da professora Vera: Glória, Daniely, Marina, muito queridas e competentes, pela significativa contribuição com este trabalho.

À Virgínia Pereira da Silva Ávila, pessoa valiosa, que me incentivou e comigo festejou todas as conquistas em minha caminhada.

Aos funcionários do Arquivo Público Estadual de Santa Catarina, do Arquivo Público Municipal de Florianópolis, do Centro da Memória da Assembléia Legislativa, do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e da Biblioteca Pública (setor de obras raras), meu muito obrigada.

Aos amigos da turma de Mestrado 2008, Laura, Graci, Vivi, Rogério e Ademir, por dividirem suas questões e ansiedades, curiosidades, dúvidas e certezas. Pela amizade que possibilitou tornar os compromissos mais leves.

À Laura, amiga especial, que se tornou imprescindível com suas conversas, amizade, disposição, atenção e carinho.

À querida Val, por sua paciência e competência em corrigir meus inúmeros textos; além de ser minha professora dedicada de redação, tornou-se uma grande amiga; obrigada por tudo.

À Prefeitura Municipal de Florianópolis, que me concedeu licença por 2 anos para me dedicar aos estudos; sem isso, tudo seria mais difícil.

À Adriane, diretora da Creche Municipal Almirante Lucas Alexandre Boiteux, onde atuo como supervisora escolar, que se esforçou para me ajudar em meus estudos.

Mais uma vez à Vera Gaspar, que se tornou uma amiga querida, sempre preocupada com minha saúde (diabetes e, posteriormente, gravidez).

Aos meus pais, Silvia e Ede, meu porto seguro, meus primeiros incentivadores, que me apoiaram em todos os momentos, dando-me força e coragem para enfrentar todos os desafios que foram surgindo ao longo do mestrado; sem vocês, eu não conseguiria; meu amor eterno.

Aos meus irmãos Rafael e Daniel, e suas esposas Cristiane e Flávia, por sempre estarem interessados no que a *Quel* estivesse fazendo.

Ao Junior, meu marido querido, com sua calma, amor e paciência, por me haver auxiliado e incentivado no que foi possível ao longo de todos esses anos de dedicação ao mestrado: eu amo você.

Ao Gabriel, que me acompanhou por quase todo o último ano de estudo, ajudando a mamãe, não lhe causando enjoos, vômitos, fazendo da gravidez um momento lindo e tranquilo.

A todas as pessoas que tornaram mais prazeroso e cativante esse período, o meu muito obrigada!

*Se alguém julga saber alguma coisa,
com efeito,
não aprendeu ainda como convém saber.
(1Coríntios, 8. 2)*

RESUMO

A trajetória da presença das carteiras escolares em Santa Catarina é o objeto de estudo desta investigação, que compreende o período de 1836-1914. Com o trabalho, buscou-se identificar aspectos que caracterizem este mobiliário no início da organização das escolas primárias no estado. Serviram como fontes da pesquisa a legislação educacional catarinense, pareceres de professores, relatórios de inspetores, livros de despesas e receitas da então província, além de outros textos referentes a mobiliário escolar da época. O trabalho está organizado de acordo com as funções que as carteiras escolares foram assumindo no período estudado – do imperial ao republicano –, funções que foram se evidenciando durante o processo de pesquisa. O apoio para possibilitar a escrita, já que até então se aprendia primordialmente a ler, obrigou as escolas a terem mesa e não somente bancos. Os métodos de ensino indicados na legislação catarinense - o individual, o mútuo e o simultâneo - trouxeram indicações significativas sobre o objeto em questão. O disciplinamento e a higienização dos corpos, preocupações constantes para a época estudada, tiveram grande influência nas escolas. A carteira escolar foi um dos artefatos sobre o qual mais interferiam médicos, arquitetos, professores e estudiosos. Com a chegada dos grupos escolares, observou-se grande melhoria no mobiliário. Objetos importados dos Estados Unidos chegaram a Santa Catarina, trazendo requinte e sofisticação. Nas exposições universais, percebeu-se que elas mostravam, pelos países em que passavam, muitos modelos e especificações de mobília para as escolas, fato que se traduziu em significativas mudanças no cenário das salas de aula. As mudanças e permanências na cultura material escolar ao longo do tempo mostraram que as carteiras escolares são objetos que caracterizam a sala de aula e que, organizadas de diversas formas, otimizaram o espaço e se espraíram para além dos muros das escolas.

PALAVRAS-CHAVE: carteiras escolares, cultura material da escola, mobiliário escolar.

ABSTRACT

The trajectory of the presence of the school desks in Santa Catarina is the object of this investigation, which embraces the period of 1836-1914. From this research, it was looked to identify aspects that characterize these furnishings in the beginning of the organization of the elementary schools in the state. They served like fountains of the inquiry: the education legislation of Santa Catarina, teachers' appearances, inspectors' reports, books of expenses and receipts of the province, besides other texts referring to school furnishings of the time. The work is organized in accordance with the functions that the school desks were assuming in the studied period – from the imperial one to the republican–, functions that were showing up during the research process. The support to make possible the writing, since up to that time one was learning specially reading, obliged the schools to have desk and not only banks. The teaching methods indicated in the legislation of Santa Catarina - the individual, the mutual and the simultaneous - brought significant indications on the object in question. The training and the hygiene of the bodies, constant preoccupations for the studied time, had great influence in the schools. The school desk was one of the products on which there were more interfering doctors, architects, teachers and studios. With the arrival of the school groups, great improvement was observed in the furnishings. Imported objects from the United States arrived in Santa Catarina, bringing refinement and sophistication. In the universal exhibitions, it was realized what they were showing, in the countries in which they were passing, many models and specifications of furniture for the schools, fact that was translated in significant changes in the scenery of the classrooms. The changes and permanencies in the material culture of the school along the time showed that the school desks are objects that characterize the classroom and that, organized in several ways, optimized the space and that spread beyond the schools walls of the schools.

KEY WORDS: school desks, material culture of the school, school furniture.

LISTAS DE FIGURAS:

Figura 1	Museu da Escola Catarinense	15
Figura 2	Carteiras escolares	15
Figura 3	Taça de <i>Douris</i> (Frente).....	28
Figura 4	Taça de <i>Douris</i> (Verso)	28
Figura 5	Menina lendo	30
Figura 6	Lista de Despesas	33
Figura 7	Sala de aula ensino individual	35
Figura 8	Professor ensina pelo método individual.....	36
Figura 9	Plano de uma escola mútua	37
Figura 10	Sala de aula do ensino mútuo	39
Figura 11	Escola ensino mútuo	39
Figura 12	Mesa de areia	41
Figura 13	Ensino simultâneo	48
Figura 14	Tabela de medidas	51
Figura 15	Primeiras tentativas	54
Figura 16	Carteira Brasil.....	56
Figura 17	Comando sobre ensinar	59
Figura 18	Falta de conforto	62
Figura 19	Aparelho contra miopia	63
Figura 20	Carteira prevenção de miopia.....	63
Figura 21	Coluna torta.....	64
Figura 22	Coluna reta	64
Figura 23	Carteira escolar para creche.....	65
Figura 24	Carteiras americanas.....	66
Figura 25	Modelo regulável.....	69
Figura 26	Carta do carpinteiro	71
Figura 27	Carteiras escolares <i>Chandders</i>	73
Figura 28	Escola árabe	76
Figura 29	Mesa para grupo de alunos	77

Figura 30	Modelos flexíveis	77
Figura 31	Bélgica	79
Figura 32	Luxemburgo	79
Figura 33	Paris	79
Figura 34	Alsácia	79
Figura 35	Sala de aula atemporal.....	83
Figura 36	Carteira de um braço.....	83
Figura 37	Carteira modelar	83
Figura 38	Chiqueirinho	83
Figura 39	Com olhos de crianças 1.....	84
Figura 40	Com olhos de criança 2	85
Figura 41	Com olhos de criança 3	86
Figura 42	Com olhos de criança 4	86
Figura 43	Carteira escolar “antiga”.....	87
Figura 44	Sala de Silvio.....	88
Figura 45	Modelo para dois	89
Figura 46	Banco móvel.....	89
Figura 47	Brinquedo Bohny	89
Figura 48	Viva sem drogas 1	90
Figura 49	Viva sem drogas 2	90
Figura 50	Carteiras digitais.....	92
Figura 51	Com olhos de criança 5	93
Figura 52	Conjunto escolar informatizado.....	94
Figura 53	Carteiras ergonômicas	95
Figura 54	Sala de aula MST 1.....	96
Figura 55	Sala de aula MST 2.....	96

LISTA DE TABELAS:

TABELA 1 – ORÇAMENTO	51
TABELA 2 - DIMENSÕES DO MOBILIÁRIO.....	67

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	19
I NAS CARTEIRAS: A ESCRITA POTENCIALIZADA	26
1.1 DO MÉTODO INDIVIDUAL AO MÉTODO MÚTUO	31
1.2 SOBRE O MÉTODO DE ENSINO SIMULTÂNEO	46
 II PELAS CARTEIRAS: DISCIPLINAR E HIGIENIZAR OS CORPOS	53
2.1 A DISCIPLINA NA ESCOLA PRIMÁRIA EM SANTA CATARINA	54
2.2 A HIGIENE NA ESCOLA PRIMÁRIA EM SANTA CATARINA	61
 III As CARTEIRAS: ENTRE O QUE EXISTE E A NOVIDADE	71
3.1 GRUPOS ESCOLARES: UMA MATERIALIDADE DIFERENCIADA	72
3.2 EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS: EM FOCO AS CARTEIRAS ESCOLARES	78
 IV CARTEIRA ESCOLAR: ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS.....	82
4.1 O LUGAR DAS CARTEIRAS NO ESPAÇO ESCOLAR	83
4.2 USOS SOCIAIS E CULTURAIS DAS CARTEIRAS ESCOLARES	87
 CARTEIRAS: AINDA UM POUCO MAIS SOBRE ESSE OBJETO	98
 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	101
FONTES	108

APRESENTAÇÃO

*Articular historicamente o passado
não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”.
Significa apropriar-se de uma reminiscência,
tal como ela relampeja no momento de perigo.
Walter Benjamim (1985, p. 224)*

Pretendeu-se investigar, com o presente trabalho, a trajetória das carteiras escolares¹ como um objeto singular da escola², através de sua presença no ensino individual, mútuo e simultâneo, e sua função de disciplinar e higienizar os corpos na escola de primeiras letras na província de Santa Catarina nos séculos XIX e XX. O período pesquisado tem início em 1836, com o primeiro ato da Assembléia Legislativa deste estado a respeito da instrução pública, e vai até 1914, ano em que é criado o Regimento Interno dos Grupos Escolares, que apresentava novas indicações para o mobiliário escolar como parte da Reforma Orestes Guimarães³.

Optou-se por iniciar a pesquisa em 1836, ano em que se registra o primeiro ato da Assembléia Provincial que faz referência a métodos de ensino, pelas evidências que se observaram no decorrer da pesquisa entre o mobiliário escolar e os métodos.

Outra data importante para a pesquisa foi o ano de 1874, quando o doutor João Thomé da Silva, presidente da província de Santa Catarina, através da Lei N. 699, de 11 de abril, decretou e sancionou a obrigatoriedade da instrução primária. Após esta data, os relatórios expõem com mais força a precariedade das escolas públicas da província, reforçam que a obrigatoriedade não pode ser exigida quando não se dão condições para funcionarem, reivindicando, inclusive, mesa-banco para as crianças sentarem (LEIS DO ESTADO DE SANTA CATHARINA, 1865-1876, p. 3).

No Regimento Interno para as Escolas de Instrução Primária do Estado de Santa Catarina de 1892, encontrou-se a primeira referência direta à carteira escolar. A partir de então, tentou-se identificar mudanças no mobiliário escolar em registros posteriores.

¹ Entende-se, neste trabalho, por carteira escolar o conjunto escolar constituído por mesa e cadeira apropriadas para os alunos sentarem na sala de aula.

² Existem várias formas de se referir às carteiras escolares na literatura da área; não há consenso acerca de uma expressão que indique, com mais precisão, o que se pode nomear como “objetos da escola”. Alguns autores optam por “utensílios da escola”; outros se referem a “suportes materiais da escola”, indicando a necessidade de aprofundar a reflexão e a provisoriedade com que se adota aqui o termo-expressão.

³ Professor paulista contratado em 1910 pelo governador de Santa Catarina para “modernizar a instrução pública catarinense” (TEIVE, 2008, p. 32).

A data-limite para a investigação foi 1914, ano de aprovação do Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de Santa Catharina, já que foi neste documento que, pela primeira vez, apareceu na legislação catarinense a indicação para carteiras individuais. Embora considerados documentos importantes da organização escolar, entende-se que o que é prescrito não necessariamente é o que é posto em prática. Assim, tomou-se a legislação de Santa Catarina como fonte documental importante, mas não como expressão de verdade incontestável. Trabalha-se também com a idéia de documento/monumento, na perspectiva apresentada por Jacques Le Goff:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1996, p. 545).

A proposta de investigação aqui apresentada articulou-se ao projeto de pesquisa *Objetos da Escola: Cultura material da escola graduada (1870 – 1950)*, coordenado pela professora Dra. Vera Lucia Gaspar da Silva, vinculado ao Projeto Nacional de Pesquisa *Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1950)*, coordenado pela professora Dra. Rosa Fátima de Souza. Este investimento tem como objetivo principal “desenvolver estudos histórico-comparados sobre a escola graduada no período entre 1870 e 1950, envolvendo diferentes estados brasileiros, com vistas a construir uma teoria e uma história da escola primária no Brasil” (SOUZA, 2007, p. 16).

O interesse em pesquisar tal objeto surgiu da participação como aluna especial no Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, na linha de pesquisa *História e Historiografia da Educação*, em 2007. A disciplina freqüentada intitulava-se *História da Profissão Docente: memórias de professores*, o que possibilitou o contato com uma vasta bibliografia vinculada à história cultural e também à história da educação. Entre os autores mais estudados estavam António Nóvoa, Denice Barbara Catani, Maria Helena Camara Bastos, Philippe Joutard, Luciano Mendes Faria Filho e Diana Gonçalves Vidal.

A ligação com trabalhos da linha História e Historiografia da Educação/PPGE-UDESC, como *A Escola no Tempo: a construção do tempo em escolas isoladas (Florianópolis - 1930-1940)*, desenvolvido por Virgínia Pereira da Silva de Ávila, e *O ensino da leitura em escolas isoladas de Florianópolis: entre o prescrito e o ensinado - (1946-1956)*, desenvolvido por

Ângela Beirith, foi fundamental, pois se acredita que a parceria é um elemento facilitador e estimulador do trabalho. Nos encontros do Seminário de Aprofundamento Teórico⁴ *Por uma Teoria e uma História da Escola Primária no Brasil: o caso catarinense*, os estudos e discussões serviram para aprofundar e relacionar as pesquisas.

Importante também foi o contato com fontes materiais do acervo do Museu da Escola Catarinense⁵ (Figuras 1 e 2 ilustrativas). Dentre os objetos nele encontrados, destacam-se as carteiras escolares. Elas representam parte significativa do acervo e constituem objeto de estudo ainda pouco explorado.



Figura 1⁶ - Museu da Escola Catarinense
Fonte: Acervo do Museu da Escola Catarinense.



Figura 2⁷ - Carteiras escolares
Fonte: Acervo de fotos Raquel X. de Souza Castro.

É importante aqui fazer referência ao projeto *Objetos da Escola: origens e usos dos objetos escolares que compõem o acervo do Museu da Escola Catarinense*, que tem como objetivo:

Construir ou reconstruir mapas da origem de objetos da escola graduada catarinense que compõem o acervo do Museu da Escola Catarinense, desde o idealizador e fabricante, aliado à investigação acerca de usos escolares destes objetos na perspectiva de se elaborar ou reelaborar um mapa que represente parte das influências pedagógicas que aqui aportaram, o que contribui para (re)conhecer

⁴ Seminário especial de aprofundamento teórico *Por uma Teoria e uma História da Escola Primária no Brasil: o caso catarinense*, vinculado à linha de História e Historiografia da Educação do PPGE/UDESC e ao Grupo de Pesquisa Sociedade, Memória e Educação.

⁵ O Museu da Escola Catarinense foi construído especialmente para abrigar a Escola Normal Catarinense (criada nos últimos anos do século XIX, sem sede própria) e inaugurada no início dos anos 20 do século passado, compondo o projeto urbanístico modernizador concebido pelo estado. Em 1963, passou a abrigar a Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, transferida para nova sede em julho de 2007 (GASPAR DA SILVA & PETRY, 2008, p. 2). Em 1998, foi iniciada a tramitação institucional para que se resguardasse a destinação do prédio para a instalação definitiva do Museu da Escola Catarinense, aprovada pela Resolução nº 006, do Conselho Superior Universitário – Consuni –, em 11 de maio de 2000 (site Museu da Escola Catarinense). Desde agosto de 2008, este museu ocupa a sede que lhe foi destinada.

⁶ Prédio atual do Museu da Escola Catarinense.

⁷ Carteiras escolares da coleção de carteiras do Museu da Escola Catarinense.

a escola, no esforço de desvendar “campos” de sua inteligibilidade (GASPAR DA SILVA & AURAS, 2007, p. 11)

Outra grande contribuição que impulsionou este trabalho foi o texto *História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial*, de Rosa Fátima de Souza. Nele, a autora faz um balanço da produção nacional e internacional, tanto da história da cultura material, quanto da história da cultura material escolar.

Para compreender a cultura material escolar é necessário explorar fontes de pesquisa significativas, segundo a autora. Entre elas, fontes materiais, ou seja, os próprios artefatos escolares, pois o fazer pedagógico se concretiza a partir da articulação entre saberes, práticas e materiais escolares, que contribuem para a compreensão do funcionamento interno das escolas, bem como para sua função em um tempo e espaço sócio-histórico (SOUZA, 2007).

O conceito de forma escolar cunhado por Guy Vincent, Bernard Lahire e Daniel Thin permitiu aprofundar a compreensão de que a escola tem seu modo específico de atuar. Isto inclui seus artefatos, pois:

Forma Escolar se caracteriza por um conjunto coerente de traços, a constituição de um universo separado para a infância; a importância das regras na aprendizagem; a organização racional do tempo; a multiplicação e a repetição de exercícios, cuja única função consiste em aprender e aprender conforme as regras, ou, dito de outro modo, tendo por fim seu próprio fim, é a de um novo modo de socialização, o modo escolar de socialização (VINCENT, LAHIRE & THIN, 2001, pp. 37-38).

Igualmente significativo para esta pesquisa foi um conjunto de materiais trazidos pela orientadora Vera Lucia Gaspar da Silva de seu estágio realizado na Espanha e em Portugal no primeiro semestre de 2009. Nos riquíssimos documentos, encontram-se autores que tratam da cultura material da escola de suas regiões e fontes que abordam o objeto aqui estudado. Com muitos modelos e desenhos de carteiras escolares, foi um encontro com informações, que, além de importantes e inéditas para este trabalho, auxiliaram no amadurecimento do texto.

No esforço de entender o quadro material da escola catarinense da metade do século XIX ao início do século XX, é comum recorrer-se aos relatórios de inspetores. Em Santa Catarina, estas “autoridades do ensino” enfatizavam a precariedade das condições do espaço e dos materiais com os quais as professoras davam suas aulas (CASTRO & GASPAR DA SILVA, não publicado). Pode-se afirmar que a tentativa de conhecer a materialidade das escolas de um tempo passado com base em tais documentos torna a compreensão de seu funcionamento interno mais plausível, pois, ao pesquisar relatórios atrás de informações a

respeito do mobiliário, descobre-se que as escolas de Santa Catarina contavam com condições difíceis de funcionamento, prejudicando o andamento das aulas. Flávia Werle, ao escrever sobre a história das instituições escolares adverte que os documentos encontrados em uma pesquisa não devem ser tomados em si mesmos, mas relativizados (WERLE, 2004).

Como bem ensina Antonio Viñao Frago, a escola é “um lugar”, “um espaço peculiar e relevante” e nela:

Se formam as estruturas mentais básicas das crianças, adolescentes e jovens. Estruturas mentais conformadas por um espaço que, como todos, socializa e educa, mas que, diferentemente de outros, situa e ordena com essa finalidade específica a tudo e a todos quantos nele se encontram (FRAGO, 2001, p. 64).

Para o autor, é necessário que todo educador seja um arquiteto. Ele pode decidir mudar o espaço escolar ou deixá-lo como está (FRAGO, 2001). Deste modo, pode-se afirmar que as carteiras escolares não eram, ou não são, dispostas ao acaso nas salas de aula. A disposição guarda intenções previamente estabelecidas: pela vontade do professor, das autoridades de ensino, dos métodos de ensino, dos regulamentos, das leis ou dos manuais.

Tentou-se, ao longo deste trabalho, identificar que intenções as fontes revelaram com relação ao objeto de estudo. Dessa maneira, a metodologia adotada no texto articulou discussão teórica sobre cultura escolar, cultura material da escola e forma escolar com os registros dos documentos pesquisados no período de 1836 a 1914 em Santa Catarina. Seguindo o que afirma Claudia Cury (2008, p. 85-86), nesta pesquisa buscamos “apreender, mesmo que parcialmente, as formas de organização do cotidiano escolar e as possíveis alternativas ou estratégias que os professores de primeiras letras [...] tiveram para desenvolver os métodos de ensino”, a disciplina, a higiene, as formas de uso, assim registrando a trajetória das carteiras escolares.

O trabalho está organizado de acordo com as funções que as carteiras escolares foram assumindo no período estudado – do imperial ao republicano (1836 a 1914) –, funções estas que foram se evidenciando durante a pesquisa.

No primeiro capítulo, procurou-se, através da legislação, de relatórios de inspetores, de livros de despesas e de receitas da província, além de autores que tratam do início da escolarização, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, identificar as carteiras escolares como principal apoio para possibilitar a escrita, já que até então se aprendia primordialmente a ler. Nos métodos de ensino indicados na legislação provincial, tentou-se identificar as características do objeto estudado.

No segundo capítulo, pretendeu-se abordar duas funções fundamentais das carteiras escolares: disciplinar e higienizar os corpos. A preocupação com a higiene pública é refletida diretamente dentro da sala de aula na virada do século XIX para o século XX e no objeto escolhido para garantir a saúde dos alunos (postura ao escrever, ler, contaminação por doenças contagiosas): nas carteiras escolares, exatamente onde passariam a maior parte do tempo. Aliás, elas também foram foco de disciplina. A passagem da mesa-banco de cinco lugares para as carteiras individuais teve como função principal a disciplina dos alunos.

A materialidade diferenciada dos grupos escolares foi um dos objetivos do terceiro capítulo. Nele buscamos mostrar o que e como foram as Exposições Universais, como contribuíram na divulgação de novos modelos de carteiras escolares.

O quarto capítulo teve como foco identificar mudanças e permanências na cultura material escolar ao longo do tempo, mostrar como as carteiras escolares, organizadas de diversas formas, otimizaram o espaço da sala de aula e seus usos sociais e culturais.

Nas considerações finais, buscou-se refletir acerca da cultura material escolar e da forma escolar identificadas na pesquisa. Intentou-se também deixar pistas para posteriores trabalhos.

INTRODUÇÃO

Uma vez que a sala de aula é o recinto principal de nossa atividade docente, questionar o óbvio, ver por que esta opção triunfou e quais opções foram excluídas pode contribuir também para pensarmos outros caminhos para nossas práticas. (DUSSEL & CARUSO, 2003, p. 36).

Para Inés Dussel e Marcelo Caruso (2003), a sala de aula não é formada somente por docentes e alunos, mas também por bancos escolares, instrumentos didáticos, pela própria arquitetura da sala, além de cadernos, lousas e outros mobiliários. Os autores, ao escreverem sobre a invenção da sala aula, assinalam que esta implica uma estrutura de comunicação entre sujeitos através das relações de autoridade, da comunicação, da sua materialidade e de cada relação com sua especificidade e história

Desse modo, na investigação sobre a trajetória da carteira escolar realizada neste trabalho foi possível perceber - através dos métodos de ensino, do disciplinamento e da higienização dos corpos, de modelos de carteiras específicas para os grupos escolares e também de seus usos sociais -, as estruturas de comunicação identificadas pelos autores citados. Ao estudar a história das carteiras, constatou-se que elas não estão dispostas ao acaso (sem intenção) nas salas de aula. Ao contrário, elas ganharam força nesse ambiente com formatos e materiais diversos que indicam como todos devem se posicionar e se comportar, revelando vontades e preocupações, corroboradas por suas mudanças e permanências, assim caracterizando as salas de aula e, pode-se afirmar, também a escola.

No esforço de mapear trabalhos que tivessem por objeto tema similar ao da presente pesquisa, foram localizadas as dissertações de mestrado de Maria de Fátima C. M. de Sá Machado, *Maneiras de sentar: contributo para a história das carteiras escolares do ensino primário em Portugal* (1835 – 1970), orientada pelo professor doutor Rogério Fernandes, do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, e a dissertação de Valdeniza Maria da Barra, *Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola paulista do século XIX*, orientada pelo professor doutor Kazumi Munakata, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O trabalho de Maria de Fátima Machado trata da história da evolução das carteiras escolares do ensino primário em Portugal e tem como foco o discurso médico-higienista, a postura dos alunos ao sentar e os tipos e modelos de mobiliário ao longo da história da educação, especificamente em Portugal e em outros países da Europa.

Já o de Valdeniza da Barra versa sobre outro dispositivo da materialidade da escola: a lousa (quadro negro), especificamente em São Paulo. A pesquisa mostra a constituição do dispositivo escolar na transmissão simultânea, com base na análise das matérias escolares nas práticas de ensino. O itinerário mostrado pela autora revela os processos de constituição da conformação moderna da escola, cuja marca é a *frontalização* do ensino (BARRA, 2001).

O investimento feito, e em parte aqui exposto, indicou que pensar e desenvolver análises com relação ao mobiliário escolar, abordando mais especificamente as carteiras escolares dos alunos, presentes nas salas de aulas do Império à República no estado de Santa Catarina (1836 – 1914), seria uma importante ferramenta para conhecer a essência do objeto que acompanha o aluno em toda sua vida escolar (da educação infantil ao ensino superior), e que caracteriza de forma tão singular a instituição escolar.

No entanto, foi grande a dificuldade encontrada em achar fontes que possibilitassem a pesquisa, pois, como bem lembrou Maria Teresa Santos Cunha:

Menos visualizados que os livros e quase sempre destinados ao fogo e/ou ao lixo, materiais escolares e documentos produzidos no interior das instituições por alunos e professores são, ainda, mais raros de se encontrar e exigem que os pesquisadores, muitas vezes, adentrem porões e agucem o olhar à procura de vestígios que *guardam* memórias da educação escolarizada (CUNHA, 2007, p. 80, grifo da autora).

Poucas foram as carteiras escolares antigas encontradas para este trabalho. Mesmo entrando em porões, a informação mais freqüente é de que o antigo mobiliário foi queimado ou jogado no lixo quando os novos móveis chegaram nas escolas.

Assim, parece de grande valia ter entendido sua trajetória, pois ela permitiu identificar objetos relativos à época pesquisada. Tentou-se articular, então, mudanças desse “utensílio escolar” com a alteração de propostas pedagógicas e com a introdução de novos métodos de ensino. Assim surgiram indagações acerca de quem produzia estas carteiras escolares (empresas fornecedoras), a que finalidade se destinavam, que tecnologias eram empregadas em sua fabricação e quais as suas formas de usos sociais. Indicativos como estes filiam o

presente estudo ao da história da cultura material da escola, que, por sua vez, se inscreve na História da Cultura Material (SOUZA, 2007).

Ulpiano Meneses adverte:

A expressão História Material (ou mesmo História da Cultura Material) permite introduzir-se, na discussão, outra questão cautelar. Além da impropriedade de conformar a modalidade de pesquisa à natureza da fonte e não do problema histórico, há o inconveniente suplementar de se reduzir o alcance das questões substantivas, principalmente por essa limitação da fonte a uma tipologia exclusiva. História Material ou História da Cultura Material não pode ser uma História feita a partir de fontes materiais, mediante a utilização apenas de documentos físicos. O risco de empobrecimento e deformação fica patente. Não pode ser a história de artefatos ou de contextos materiais — sua produção, circulação, usos, etc. Para ser História, precisaria ser História da *sociedade*. Como as sociedades, seu funcionamento e suas transformações constituem problema da maior complexidade; é que se torna necessário estabelecer cortes e enfoques para dar conta de aspectos relevantes, articulados ao todo social. A cultura material (entendida, pois, como aquele segmento do universo empírico social e culturalmente apropriado) pode ser uma dessas plataformas de observação (MENESES, 2003, p. 26, grifos do autor).

Direcionar a pesquisa sobre o objeto “carteiras escolares” e contribuir com um “corte” ou um “enfoque” na compreensão do “todo social” – a história da educação escolar, particularmente a catarinense – foi o que se propôs este trabalho. Concordamos com Ulpiano Meneses quando ele afirma ser importante ter o objeto material para realizar a pesquisa. Como já foi salientado, foram encontrados poucos exemplares do mobiliário escolar em Santa Catarina, e isto é uma lacuna que poderá, posteriormente, ser preenchida com outros trabalhos.

Escrever sobre o percurso das carteiras escolares em Santa Catarina é realmente um pequeno “corte” dentro de muitas questões que a historiografia apresenta entre suas demandas. Analisar as modificações desse mobiliário, pois ele não teve sempre a mesma estrutura, nem função, nem mesmo posição nas salas de aula, possibilita destacar um objeto naturalizado que, ao que parece, está presente nas salas de aula desde as primeiras escolas no século XVI.

Apesar de as universidades já terem um lugar próprio para o ensino desde o século XV, é no século XVI, na Europa, segundo Dominique Julia, que aparece pela primeira vez um espaço específico para se aprender, com edifícios, mobiliário e materiais peculiares, os chamados colégios, que mais tarde passam a se chamar secundários. A escola para crianças, a

“escola elementar”, somente apresentou este modelo no século XVIII, com as instituições de caridade no comando:

Nos Países Baixos, as escolas diaconais dos pobres e os orfanatos tiveram assim, relativamente cedo, seu equipamento específico; na França, as escolas urbanas dos Frades das Escolas Cristãs dispunham de um local e de um mobiliário apropriados ao ensino simultâneo e Jean-Baptiste de La Salle inspirou-se, em suas diretivas, nas experiências realizadas nas escolas das paróquias-piloto da capital, a partir do século XVII (JULIA, 2001, p. 13).

Entretanto, ao pesquisar sobre o mobiliário escolar no século XIX e XX (entre 1836 – 1914), foi possível identificar mudanças significativas com relação aos séculos passados. Desse modo, concorda-se com Dominique Julia quando ele, ao abordar as práticas escolares, afirma que inventariar sistematicamente as práticas, a partir de cada período, permitiria entender as modificações que ocorrem de geração em geração, geralmente insensíveis (JULIA, 2001).

Conforme o estado da arte⁸, realizado no decorrer da investigação, não se verificaram registros de pesquisas realizadas sobre este mobiliário na história da educação de Santa Catarina, nem tampouco no Brasil, dado fundamental para um maior esforço na concretização do presente trabalho.

Ao debruçar-se sobre a materialidade da história da educação, tanto brasileira como catarinense, percebe-se que não basta descrever as carteiras, seus tamanhos, cores, materiais, quantidades, posições ou até mesmo função. É necessário entendê-las a partir de seus usos sociais, na complexidade dos elementos que envolvem a escola.

Como bem expõem José Maria Díaz e José Luis Huerta⁹ sobre os objetos escolares:

Formam parte de un orden, de una gramática de la comunicación escolar, de una lógica educativa interna, que en unos casos ha sido impuesta de forma jerárquica y autoritaria, pero en otros esa vida interna, esa cultura escolar de alma propia, ha sido construida a partir de la personalidad, la formación y el proyecto pedagógico del maestro como tal o del equipo que hayan formado. En todo caso, los objetos del interior de la escuela no son neutros, sino que nos dicen y desvelan mucho más de lo inmediato, de lo que se percibe a primera vista (DÍAZ & HUERTA, 2008, p. 395).¹⁰

⁸ Pesquisa cuja finalidade é realizar uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002, p. 258).

⁹ Optou-se por manter a língua original de todos os textos citados no trabalho, com tradução em nota de rodapé.

¹⁰ *Formam parte de uma ordem, uma comunicação da escola primária, uma lógica interna de ensino, que em alguns casos tem sido imposta de forma hierárquica e autoritária, mas em outros, essa vida interior, essa cultura*

Desta maneira, ao pesquisar tal objeto, percebeu-se a forte vinculação deste trabalho com a história cultural, pois a educação, como diz Thais Fonseca, transparece como “objeto de investigação, de vital relevância para a compreensão da formação cultural de uma sociedade” (FONSECA, 2008, p. 53).

Esta ligação permitiu a compreensão de que, ao tentar entender a trajetória das carteiras escolares, é preciso prestar atenção aos símbolos e às interpretações que esse objeto supõe. Neste aspecto, Peter Burke assinala:

O terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações. Símbolos, conscientes ou não, podem ser encontrados em todos os lugares, da arte à vida cotidiana, mas a abordagem do passado em termos de simbolismo é apenas uma entre outras (BURKE, 2005, p. 10).

O autor acrescenta que os historiadores culturais não deveriam encarar as outras tradições culturais como ausência de cultura ou barbarismo; pelo contrário, precisariam escrever sobre movimentos reconhecendo-lhes o valor (BURKE, 2006). Ou seja, a história cultural busca estudar não só “grandes narrativas” ou “grandes livros”, mas também tradições populares ou até mesmo escolares – área na qual este trabalho se insere.

A Nova História¹¹ auxiliou na compreensão de que na materialidade das sociedades se podem entender vários aspectos da vida das pessoas. “Preferir a história das realidades concretas – materiais e mentais – da vida cotidiana”, segundo Jaques Le Goff (2005, p. 18), é “metamorfosar a memória coletiva dos homens e obrigar o conjunto das ciências e dos saberes a situar-se em outra duração, conforme outra concepção do mundo e de sua evolução”. Por esse modo, a história dos usos das carteiras escolares em Santa Catarina contribui para aprofundar a análise e a interpretação da instrução pública no final do século XIX e início do século XX.

escolar de alma própria foi construída a partir da personalidade, da formação e do projeto de formação pedagógico do professor ou da equipe que tenha formado. Em qualquer caso, os objetos dentro da escola não são neutros, mas eles nos dizem e revelam muito do que é imediato, do que é percebido à primeira vista.

¹¹ Jacques Le Goff (2005, p. 18) diz que a Nova História – a que se interessa “menos pelas individualidades de primeiro plano que pelos homens e pelos grupos sociais que constituem a maioria dos autores menos exibidos, porém mais efetivos, da história”, a que prefere a história das realidades concretas, materiais e mentais, da vida cotidiana aos fatos que se apossam das manchetes efêmeras dos jornais – não é apenas a que obriga o historiador, e seu leitor, a olhar para o sociólogo, o etnólogo, o economista, o psicólogo, etc., mas a também metamorfosar a memória coletiva dos homens e a obrigar o conjunto das ciências e dos saberes a situar-se em outra duração, conforme outra concepção do mundo e de sua evolução.

O historiador Jean-Marie Pesez foi, de acordo com Jacques Le Goff (2005), um dos primeiros a pesquisar lugares cotidianos ao invés dos mais celebrados, preferindo a aldeia e a casa à cidade e ao palácio, o objeto comum ao objeto de arte, vinculando-se, assim, à Nova História. Pesez publicou seu texto sobre cultura material pela primeira vez em 1978. Nele, informava como era recente o estudo. Explicava que a história da cultura material não trata “simplesmente de aperfeiçoar uma ferramenta intelectual. É um procedimento constante do espírito delimitar campos separados para melhor apreender o real. A noção de cultura material não tem valor em si; só o tem se se revelar útil” (PEZES, 2005, p. 241).

Ainda segundo o autor, “a cultura material tem uma relação evidente com as injunções materiais que pesam sobre a vida do homem e às quais o homem opõe uma resposta que é precisamente a cultura” (PEZES, 2005, p. 241). De certa forma, debruçar-se sobre as carteiras escolares possibilita, dentro de um conjunto de limitações, contribuir, como declara Ulpiano Meneses, com a complexa “História da Sociedade”, e também entender a cultura produzida através do objeto, como quer Pesez.

Na concepção de Rosa Fátima de Souza (2007, p. 174), a reflexão e a produção relativas à história da cultura material no campo educacional brasileiro é bastante recente, terreno em que tudo ainda está por fazer. Para esta autora, estudar historicamente os materiais escolares para decifrar a cultura escolar pode ser uma estratégia valiosa, uma vez que as práticas são mediatizadas pelas condições materiais. Como exemplo, tem-se um relatório de um professor de 1900, no qual informava a necessidade de comprar mobiliário para haver um bom ensino, vinculando, neste sentido, as condições materiais à boa educação.

Agustín Escolano Benito destaca o valor da cultura material da escola:

La cultura material es valorada pues por la nueva historiografía educativa como una fuente esencial para el conocimiento del pasado de la escuela en sus dimensiones práctica y discursiva, toda vez que este **legado material otorga identidad a una cultura inventada**¹² (en parte también reinventada a partir de la tradición) por los actores que dieron vida y forma a los nuevos espacios y modos de sociabilidad de los que las revoluciones liberales comenzaron a implantar en el siglo XIX¹³ (ESCOLANO BENITO, s.d., p. 7).

¹² Grifo do autor.

¹³ *A cultura material é avaliada, então, pela nova historiografia da educação como uma fonte essencial para a compreensão do passado da escola em suas dimensões, prática e de discurso, uma vez que este legado material dá identidade a uma cultura inventada (em parte também reinventada a partir da tradição) por parte dos atores que deram vida e forma a novos espaços e modos de sociabilidade dos que iniciaram as revoluções liberais no século XIX.*

Acredita-se que o presente trabalho contribuirá para uma maior compreensão da escola no período investigado, apesar de poucas fontes terem sido encontradas em Santa Catarina. As poucas que foram encontradas - textos, estudos e dados pesquisados da época - formaram um leque teórico e prático que possibilitou, mesmo assim, entender a cultura material escolar catarinense.

Vera Valdemarin é outra autora que ajudou a compreender a cultura escolar pelas análises de manuais de ensino. Valendo-se de expressões cunhadas por Pierre Bourdieu, ela interpreta a cultura escolar como itinerário, que seleciona e organiza dados e informações. Nesta perspectiva, a escola apresentaria uma ordenação cultural. A justificativa para tal organização, sendo ambas inseparáveis no processo de aquisição cultural e constitutivas de uma imagem ou representação da cultura explicitada e materializada, está principalmente nos manuais de ensino (VALDEMARIN, 2000).

A cultura escolar seria, então, o itinerário dos processos envolvidos dentro e fora da escola: seleção e organização de informações, indicando o que se deve aprender e como fazê-lo.

A materialidade escolar evidenciada pela cultura escolar está presente nos discursos dos educadores. Nos dois últimos séculos, professores e profissionais da educação atribuem os sucessos e as dificuldades de suas práticas educativas às condições materiais das escolas, relacionando a qualidade dos objetos a renovações pedagógicas, modernização e eficiência educacional, mostrando com isso que a cultura material escolar não constitui somente um construto do historiador, mas está enraizada na própria forma escolar de educação. Bastaria considerar alguns dispositivos da escola como o quadro-negro, o caderno, o livro didático, a carteira ou as edificações escolares com várias salas de aula (SOUZA, 2007).

A materialidade não está só nos discursos dos professores. A ela também se deve o sucesso do ensino, ratificando-se, com isso, o que Rosa Fátima de Souza já afirmava. É guiada por esta interpretação que a presente dissertação pretende analisar o trajeto das carteiras escolares nas salas de aula no ensino primário de Santa Catarina.

I – NAS CARTEIRAS: A ESCRITA POTENCIALIZADA

*Para cúmulo de desespero, vi através das vidraças da escola,
no claro azul do céu, por cima do morro do Livramento,
um papagaio de papel, alto e largo, preso de uma corda imensa,
que bojava no ar, uma coisa soberba. E eu na
escola, sentado, pernas unidas,
com o livro de leitura e a gramática nos joelhos.
Machado de Assis – 1896*

O texto de Machado de Assis, *Conto de Escola*, está ambientado no ano de 1840 e trata da infância de Pilar, no Rio de Janeiro, menino contrariado por estar na escola enquanto via por cima do Morro do Livramento um papagaio de papel. Ao mesmo tempo em que observava o papagaio (pipa ou pandorga, para os florianopolitanos), tinha em seus joelhos seu livro e sua gramática. Mesmo sendo ficção, a literatura oferece indícios de cenas que se encontram também em outras fontes, qual seja, de que o utensílio para apoiar os materiais escolares chega à escola associado a alterações de suas funções. Enquanto a escola se ocupava apenas do ensino da leitura, o apoio para o impresso poderia ser o próprio colo. Pistas como esta encorajam empreendimentos com os quais se busca a “origem das coisas”.

Daniel Roche, que em seu livro *História das Coisas Banais* fala sobre a origem e a história de vários objetos, lembra:

O historiador não pode tratar os objetos unicamente como signos e a arte como linguagem. Ele deve restituir-lhes, entre a arte e o uso, um lugar conforme a um papel complexo, indo da instrumentalidade dominante à valorização estética, do banal ao prestigioso, até a capacidade de liberar uma mensagem, uma informação representada para servir de modelo e de referência para uma época (ROCHE, 2000, p. 229).

Ao falar sobre a origem e história de objetos, em particular da mesa, Daniel Roche revela que durante muito tempo se viveu bem sem ela. Mas, após sua invenção, considerada moderna, ela passou a ditar maneiras de civilidade – “da habitação do campo à morada aristocrática, a diferença era grande, mas em ambos os casos a mesa respondia a uma necessidade na relação do homem com o homem: nela a alimentação foi transfigurada em relações sociais” (ROCHE, 2000, p. 233). Pode-se dizer, com isso, que, desde então, tem a

mesa uma função socializadora.

Já com relação à origem das cadeiras, o autor explica que estas se relacionam com descanso; porém, com menos evidência do que a cama, seria um objeto para repouso intermediário, entre ficar em pé e deitar em uma cama. O sujeito sentaria na cadeira para descansar. A cadeira também se relaciona à importância social dos indivíduos:

Na corte de Luís XIV, toda a gente se senta conforme o seu estatuto: o rei tem direito a uma poltrona – uma cadeira de braços –, o delfim a uma cadeira de espaldar, os príncipes de sangue ao tamborete alto, os duques e pares aos tamboretos normais, os cortesãos a um banco articulado (ROCHE, 2000, p.235).

Revela, assim, que as cadeiras têm relação com o conforto e com o status social. Entretanto, foi na escola que a mesa e a cadeira se encontraram com maior força, possibilitando, além da higiene do corpo, disciplina, conforto e aprendizagem, perpetuando-se como objeto fundamental para um bom ensino. Todavia, as carteiras escolares só foram ganhando espaço no ensino quando se fez necessário um apoio para ensinar a escrever; até então, ensinava-se primordialmente a ler (CASTRO & GASPARD DA SILVA, não publicado).

Tais atribuições dadas às carteiras escolares vêm ao encontro do que relata Jean Baudrillard (2006), em seu livro *O sistema dos objetos*, quando chama a atenção para a relação dos homens com os objetos e os móveis de sua casa. Para este autor, a dimensão real em que vivem os objetos e os móveis é prisioneira da dimensão moral que tem que “significar”, possuindo, assim, tão pouca autonomia neste espaço quanto os diversos membros da família na sociedade.

Pode-se fazer aqui uma relação com as salas de aula e seu mobiliário, pois as carteiras escolares ao longo do tempo foram ocupando lugar neste espaço, e tanto elas quanto professores e alunos pareciam aprisionados nessa “dimensão moral”. Havia pouca autonomia para alterar a organização espacial.

De acordo com Alain Schnapp (1996, p. 49), por volta do século V a.C., na Grécia, aparecem pinturas de jovens em “atividade intelectual”. São raras essas representações. Segundo o autor, ao olhar a Taça de *Douris*, conservada em Berlim (Figuras 3 e 4), “penetramos numa espécie de universo pedagógico. O espaço é mobiliado, alguns dos figurantes estão sentados em banquinhos ou cadeiras trabalhadas com requinte”.

Os detalhes do mobiliário apresentado na *Taça* (Figura 3, Frente), sugerem que o mestre barbudo está sentado em uma cadeira ensinando “um verso épico”, sem apoio para colocar seu material; ao seu lado o aluno está em pé e do lado do aluno está outro homem, porém

sentado em um banco sem encosto (não tão confortável). Isto poderia indicar ser ele um ajudante e não outro professor. Já os outros dois personagens que aparecem sugerem que o aluno, sentado na frente de seu professor, está aprendendo a tocar lira. No verso, percebe-se a mesma cena. Também sem mesa ou apoio, “o mestre (imberbe) abre um estojo e prepara-se para escrever com um estilete diante de um aluno” (SCHNAPP, 1996, p. 49).



Figura 3 - Taça de *Douris* (Frente)



Figura 4 - Taça de *Douris* (Verso)

Fonte: Livro *História dos Jovens* (SCHNAPP, 1996, figura 28a e 28b).

Sobre a mesma taça, José Cunha e Ricardo Esteves (2001) escrevem que enquanto os professores se sentam em cadeiras de espaldar - “‘tronos’, antepassados das cátedras ou tribunais” -, os alunos, os pedagogos e os mestres dispõem de um tamborete de pés direitos e

sem espaldar (batras). Não há mesas para nenhum deles, com tabuinhas de cera, que são rígidas; escreve-se sobre os joelhos.

Através das figuras representadas nessa peça, percebe-se, nos primórdios da educação na Grécia, que somente o professor sentava em cadeiras, como ilustram as figuras 3 e 4. Observa-se, também, que os alunos sentavam em uma espécie de “bancos” sem encosto. A materialidade visualizada nessas peças chama a atenção pela forma como mostrou o lugar onde os alunos sentavam. Isto lembra Pilar, o menino de Machado de Assis, que também não tinha mesas e usava os joelhos para apoiar seus estudos.

Segundo Rogério Fernandes, o ensino da leitura nas escolas é anterior ao ensino da escrita:

Também no universo social da burguesia mercantil e dos “ofícios de pena”, escrevões do serviço público e privado, constituía a leitura um capital cultural de valor considerável. No contexto das atividades de comércio e serviços, a leitura ocupava um espaço nobre do currículo do ensino elementar. Até então, o ensino da escrita não acompanhava necessariamente o da leitura. Ainda menos o do cálculo, a tal ponto que na Lisboa quinhentista existiam especialistas em escrever e em calcular (FERNANDES, 1998, p. 8).

No mesmo sentido, Robert Darnton (1992) informa que na Inglaterra do início do século XVII as avaliações referentes à capacidade de escrever tinham resultados muito baixos, enquanto o público leitor poderia incluir pessoas que não assinavam seus nomes. O autor destaca que as crianças aprendiam sequencialmente a ler, a escrever e, por fim, a aritmética. De acordo com ele, esta forma de ensinar se encontrava além da França e da Inglaterra; estendia-se a outros países do Ocidente.

São dados que revelam como era o processo de ensino baseado somente na leitura. As crianças aprendiam a ler os textos que elas já haviam decorado. Parece, por isso, que as letras eram consideradas apenas como estímulos visuais, que acionavam a memória de um texto já decorado (DARNTON, 1992). Aliás, como sugere o autor, as crianças também sentavam somente em bancos e aprendiam a ler em pé diante do professor.

Partindo deste mesmo entendimento, Jean Hébrard (2001) assinala que ensinar a ler, a escrever e a contar não foram sempre os objetivos obrigatórios da instrução popular. As escolas, tanto as pertencentes ao mundo da Reforma protestante quanto as do mundo da Contra-reforma católica, assumiram tardiamente essa responsabilidade. As crianças da cidade e, depois, as do campo, no final do século XVI, demoraram a aprender para além do “somente ler”, que parecia ser o horizonte intransponível da instrução cristã. Aprender a escrever para

fazer contas e para redigir algumas cartas comerciais exigidas desde o século XVII pela boa direção de uma loja ou de uma barraca não era tarefa fácil.

Jean Hébrard assinala que ainda no início do século XIX, na França, primeiro aprendia-se a ler, depois, a escrever e, por fim, a desenhar números, sendo poucas as crianças que iam além das classes de leitura (HÉBRARD, 1999). Por isso, o mobiliário necessário para as escolas que ensinavam somente a ler seriam cadeiras ou bancos; as mesas eram dispensáveis, pois para ler não era necessário um apoio material (Figura 5, pintura ilustrativa de Renoir, na qual se pode observar uma criança lendo tranquilamente sem apoio para o livro). O colo ou os joelhos, por exemplo, já serviriam para tal tarefa, como mostra Machado de Assis pelo aluno mencionado no excerto que introduz este capítulo (CASTRO & GASPAR DA SILVA, não publicado).



Figura 5¹⁴ - Menina lendo

Fonte: pintura de Pierre-Auguste Renoir, coleção Privada de Paul G. Allen.

Já com a chegada do ensino da escrita (sendo o ensino da escrita bem anterior à lousa), um apoio para colocar a lousa, a ardósia ou o papel para escrever passou a ser fundamental. Assim, a mesa¹⁵ ou a carteira ganhou seu espaço nas salas de aula, de acordo com os métodos

¹⁴ *La Liseuse* (A Leitora), 1877, pintura de Pierre-Auguste Renoir. Óleo sobre tela. Coleção Privada de Paul G. Allen. Disponível em: http://arthistory.about.com/od/from_exhibitions/ig/Double-Take/01_Renoir_LaLiseuse.htm. Acesso em: 10/jan/2009.

¹⁵ Neste trabalho, adota-se o significado dos objetos do Dicionário Aurélio para cadeira, carteira e mesa: cadeira (assento com costas para pessoa), carteira (mesa para escrita e estudo) e mesa (móvel sobre o qual se come, escreve, trabalha, joga) (AURÉLIO, 1985, p. 79 -92-314).

de ensino aplicados; uma e outra tornaram-se objetos potencializadores da escrita (CASTRO & GASPAR DA SILVA, não publicado).

Esta reflexão ajuda a explicar o título do trabalho aqui apresentado, referente às modificações que as carteiras escolares sofreram ao longo do tempo. O que se percebe neste capítulo é que, primeiramente, somente se utilizaram cadeiras ou bancos para os alunos sentarem nas aulas, pois se ensinava antes a ler; posteriormente, a mesa incorporou-se à aprendizagem. Portanto, *Da cadeira às carteiras escolares individuais: entre mudanças e permanências na materialidade da escola catarinense (1836-1914)* mostra a trajetória da cadeira às carteiras escolares individuais, as quais serão tratadas posteriormente¹⁶.

1.1. DO MÉTODO INDIVIDUAL AO MÉTODO MÚTUO

*Ela uma vez ficou de pé. E enterrava a cabeça no livro,
para se encobrir dos meus olhos. Chorava, de castigo.
Era por isso que os homens se matavam pelas suas amadas,
que faziam guerras, que iam morrer longe por elas.
Mataria o velho Maciel, se pudesse, naquela ocasião.
Derramei o meu tinteiro na mesa,
onde fazia os meus exercícios.
José Lins do Rego – 1976*

José Lins do Rego (1976) descreve uma situação de castigo sofrida por Maria Luiza, amada de Carlos de Melo (Doidinho), no Colégio do Seu Maciel¹⁷. A história, ambientada em 1913, mostra Doidinho derramando seu tinteiro na mesa para que Maria Luiza visse que ele também sofria com os castigos empreendidos por seu professor pela sujeira que causara. Mais tarde, na tentativa de fazer com que Carlos não visse mais sua amada, o professor trocou sua cadeira de lugar.

Mais uma vez, a literatura traz informações importantes sobre a cultura material escolar. Pode-se afirmar, a partir da leitura da obra acima, que o método de ensino empreendido pelo professor Maciel era o ensino individual, pois ele chamava cada aluno para ensinar e tomar a lição e, é claro, se o aluno não respondesse a contento, levava “bolo” (palmadas na mão com a régua). Percebe-se, assim, uma relação entre o método de ensino utilizado e o mobiliário necessário para aplicá-lo. Como informa José Lins do Rego, cada

¹⁶ No início da pesquisa pensou-se no título da dissertação *Da mesa-banco às carteiras escolares: entre mudanças e permanências na materialidade da escola catarinense (1836-1914)*, porém no decorrer da investigação percebeu-se que as cadeiras ou bancos aparecem sozinhos e só posteriormente foi introduzido a mesa com necessidade de um apoio para escrita, portanto decidiu-se nomear o trabalho *Da cadeira às carteiras escolares individuais...*

¹⁷ “Colégio de Itabaiana criara fama pelo seu rigorismo”. O diretor Seu Maciel, que também era o professor, era conhecido por usar sem pena a palmatória por qualquer motivo (REGO, 1976, p. 4).

aluno tinha seu tinteiro e, para mudar de lugar, era necessário mudar apenas de cadeira, dando a entender que uma mesa serviria para vários alunos.

Pistas como esta, garimpadas ao longo da pesquisa, foram evidenciando uma considerável relação entre o mobiliário escolar e os métodos de ensino. A partir desta evidência, fizeram-se investimentos no sentido de identificar formas e funções do mobiliário escolar na província de Santa Catarina, relacionando-os aos métodos de ensino adotados ou anunciados. No primeiro ato da Assembléia de Santa Catarina, em 1836, sobre a instrução pública, já foram citados os métodos que deveriam ser desenvolvidos nas escolas de primeiras letras: individual e mútuo.

De acordo com Maria de Fátima Machado:

A distribuição espacial dos alunos foi facilmente reconhecida como norma de método de ensino. Ela atravessa toda a história da educação¹⁸, desde o mútuo ao simultâneo, reclamando os diferentes métodos, diferentes espaços, capazes de suportar as diferentes especificidades de cada método, nomeadamente na relação entre o tamanho dos grupos e o dimensionamento da sala de aula. (MACHADO, 2004, p. 11)

Conforme Neide Fiori, a lei n. 35, de 14 de maio de 1836, foi a primeira a tratar sobre a organização da instrução pública na província de Santa Catarina (FIORI, 1991). Esta lei não se refere exclusivamente ao método de ensino, mas principalmente à forma de contratação, de remuneração e à carreira do professor como servidor público.

No artigo 16 dessa lei, a remuneração é vinculada ao método de ensino aplicado nas aulas:

Art. 16 Nas Escolas de Instrução primaria pelo methodo individual se ensinará a Ler, escrever, as quatro operações de Arithmetica, Grammatica da Lingoa Nacional, e a Doutrina Christã. Os seus Professores terão ordenados nas Villas dusentos e quarenta mil reis, e nas Freeguesias e Curatos dusentos mil reis. Nas de ensino mutuo se ensinará pelo methodo de Lencaster¹⁹ [sic] e seus Professores terão de ordenados na Cidade tresentos e sessenta mil reis, e nas Villas tresentos mil reis. O Presidente da Provincia designará os Compêndios, e Syllabarios porque se deva ensinar tanto em humas como em outras escolas; e dará quaesquer instrucções que julgar necessárias à regularidade do ensino (COLLEÇÃO DAS LEIS DA PROVÍNCIA DE SANTA CATHARINA DOS ANOS DE 1835 a 1853, p. 57).²⁰

¹⁸ “Toda a história da educação”, afirmação totalizadora da autora; sabe-se que há diferenças entre a história da educação dos estados brasileiros e tão mais se se pensar entre os ocidentais e orientais.

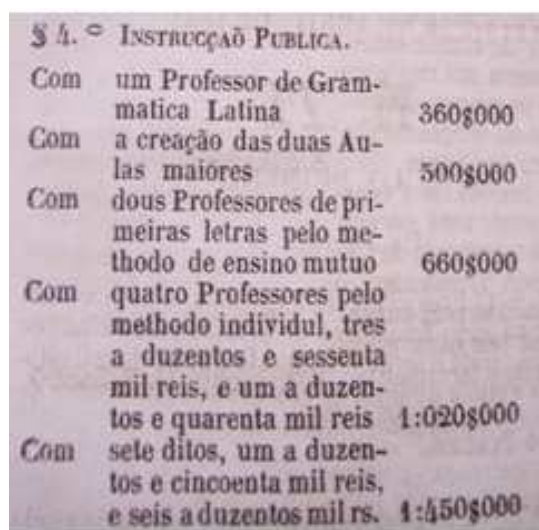
¹⁹ O Método Lancaster será abordado posteriormente.

²⁰ Todos os documentos citados neste trabalho serão transcritos na íntegra, obedecendo à norma ortográfica da época.

A remuneração do professor que ensinava pelo método de ensino individual era inferior ao daquele que ensinava pelo método mútuo.

Na Lei²¹ n° 71, de 28 de abril de 1837, no capítulo 1°, que trata da Despesa, o inciso 4° sobre Instrução Pública mostra o quanto a província de Santa Catarina gastava com o pagamento dos professores.

Os dados da figura 6 mostram também que o número de escolas que aplicavam o método de ensino mútuo era muito inferior ao das que utilizavam o método de ensino individual, praticamente o dobro de escolas, pois o método mútuo só poderia ser aplicado “na Cidade, nas Villas, e na aquellas em que taes escolas estando por leis authorisadas, se achem actualmente providas. As que houverem nas Freguesias, ou Curatos serão reduzidas às do ensino individual” (COLLEÇÃO DAS LEIS DA PROVÍNCIA DE SANTA CATHARINA DOS ANOS DE 1835 a 1853, p. 55)



§ 4.º INSTRUÇÃO PÚBLICA.		
Com	um Professor de Grammatica Latina	360\$000
Com	a criação das duas Aulas maiores	500\$000
Com	dous Professores de primeiras letras pelo methodo de ensino mutuo	660\$000
Com	quatro Professores pelo methodo individul, tres a duzentos e sessenta mil reis, e um a duzentos e quarenta mil reis	1:020\$000
Com	sete ditos, um a duzentos e cincoenta mil reis, e seis a duzentos mil rs.	1:450\$000

Figura 6 - Lista de Despesas

Fonte: Colleção de Leis 1835 a 1853 Biblioteca do Estado de Santa Catarina.

A Lei n. 35, de 1836, não se refere especificamente ao mobiliário necessário para cada método de ensino. Há evidência, porém, de que cada método tinha seu mobiliário, pois no parecer do dia 1° de julho de 1836 o professor público de primeiras letras, Inácio José de Carvalho, da Freguesia de Santa Ana de Vila Nova, solicita mobiliário (mesa-banco) para

²¹ Colleção das leis da Província de Santa Catharina dos anos de 1835 a 1853, p. 163.

aplicar o método mútuo e pede, ao mesmo tempo, que se cumpram as normas (o salário estipulado na Lei n. 35), como é possível conferir pela leitura abaixo:

Comissão de Fazenda e Orçamento a quem foi remetido o requerimento que fez à Província, Inácio José de Carvalho Professor Público de Primeiras Letras, pelo methodo individual, da Freguesia de Santa Ana de Vila-Nova, (Imbituba) em que pede casa, mesas, bancos e etc. para a aula, a exemplo do que recebeu a Vila de Laguna: cumpre declarar que mandando dar os preparos para as aulas de Ensino Mútuo, nada ordenou para as de ensino individual, portanto não podem a favor do pedir cobrar as normas que alega (CENTRO DE MEMÓRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, doc. 33, Pareceres, 1835/1841, p. 21).

O parecer escrito pelo professor em 1836 dá indícios de que existia um mobiliário específico para o ensino mútuo (mesa e banco). Outro fato interessante desse documento diz respeito “às normas”, mencionadas pelo professor, que fazem referência provavelmente à Lei nº 35; nesta, o salário do professor de ensino mútuo era superior ao do de ensino individual, quantia que o professor de Imbituba receberia. Pode-se inferir que, apesar de o professor de ensino mútuo receber salário superior, ainda estaria dando aulas conforme o método de ensino individual, pois alega que não poderia dar suas aulas segundo o método de ensino mútuo, já que o notificavam que não lhe enviaram os materiais necessários.

De acordo com a Lei n. 35, de 1836, desenvolviam-se no ensino público de Santa Catarina dois diferentes métodos de ensino: o individual e o mútuo.

Segundo Lesage, apud Bastos²², o ensino individual:

Consiste em fazer ler, escrever, calcular cada aluno separadamente, um após o outro, de maneira que, quando um recita a lição, os demais trabalham em silêncio e sozinhos. O professor dedica poucos minutos a cada aluno. O emprego de meios coercitivos garante o silêncio e o trabalho. Não existe um programa a ser adotado, e as variações, de escola para escola, são imensas (BASTOS, 1999, p. 96).

Valdeniza da Barra explica que o método de ensino individual é indicado para classes de leitura e supõe intervenção orientada pela especificidade do grau de adiantamento de cada aluno; com isso, o único agente de ensino é o professor (BARRA, 2001).

²² Maria Helena Camara Bastos fez um estudo sobre a história do ensino mútuo na Inglaterra, na França e no Brasil, o qual está publicado no livro *A Escola Elementar no Século XIX: o método monitorial/mútuo*.

A figura 7 mostra como o artista percebia uma sala de aula de ensino individual. Os alunos faziam coisas diferentes; o mobiliário era escasso e não havia mesa para eles apoiarem seu material. E o professor, ele é quem comanda sozinho a aula.



Figura 7 - Sala de aula ensino individual

Fonte: Pintura Óleo sobre tela de Lwow Shiburi, 1842. Museu Nacional de Educação, Rouen. Disponível em: <http://histoirelocale.arenval.com/histloc09-1ph.htm>. Acesso em: 30/06/2009.

Na província de Santa Catarina, na primeira metade do século XIX, o ensino individual era prescrito na legislação específica e para áreas rurais, pois poucos alunos iam à escola; afinal, era difícil agrupá-los e, além disso, era grande a precariedade de materiais. No entanto, ensinava-se a ler, a escrever e a calcular. A Lei nº 93, de 27 de abril de 1838, obrigava a professora da então recém-criada “Escola para Meninas na Villa de São José” a ensinar os alunos a ler, escrever, realizar as quatro operações básicas de matemática, a doutrina cristã e as prendas domésticas, tudo pelo ensino individual (COLLEÇÃO DAS LEIS DA PROVÍNCIA DE SANTA CATHARINA DOS ANOS DE 1835 a 1853).



Figura 8 - Professor ensina pelo método individual

Fonte: Litografia colorida por Jules David, Disponível em: <http://histoirelocale.arenval.com/histloc09-1ph.htm>. Acesso em: 30/06/2009.

Há, na figura 8, uma representação de outro tipo de aula de ensino individual. O professor ensina individualmente cada aluno; um deles, inclusive, está sentado ao lado no chão, com orelhas de burro, provavelmente sendo advertido por mau comportamento. Da mesma forma, como o demonstra a figura 7, o mobiliário também é escasso.

Diferente do método do ensino individual, em que cada aluno aprendia isoladamente, o método mútuo apregoava o ensino com os alunos agrupados. Ao que tudo indica, os mentores do método de ensino mútuo são Joseph Lancaster e André Bell. As primeiras escolas a funcionarem com esse método surgiram na Inglaterra, no final do século XIX (BARRA, 2001). No entanto, não existe consenso a respeito do inventor do método. Lancaster²³ (1778-1838) teria criado uma escola gratuita para 1.200 crianças pobres em Londres; mas, como não dispunha de recursos para pagar professores, decidiu dividir os alunos por classes e colocar em cada classe um monitor – aluno que se destacava dos demais –, com conhecimento superior, que trabalhava sob direta supervisão do professor. Desta maneira, era possível ensinar a um número enorme de alunos com custo pequeno (BASTOS, 1999).

Já Bell²⁴ desenvolveu o método nas Índias Inglesas, em Madras, onde dirigiu um orfanato. Como também não tinha verba para pagar professores, escolheu seus melhores

²³ Joseph Lancaster pertencia à seita dos quacres (Seita Religiosa Protestante Inglesa - a Sociedade dos Amigos) (BARRA, 2001).

²⁴ André Bell era médico e pastor anglicano (BASTOS, 1999, p. 97).

alunos para serem monitores e ensinarem aos demais os conhecimentos que haviam aprendido com o professor. Maria Helena Camara Bastos (1999, p. 97) afirma que durante sete anos ele “conseguiu instruir duas centenas de alunos”.

Como não se sabe ao certo quem inventou o método, é certo afirmar que os dois possíveis mentores contribuíram com a difusão desse modelo de ensino.

Maria de Fátima Machado enfatiza que cada método indica como deveria ser a sala de aula (Figura 9). A partir disso, a autora exemplifica como se processava o equipamento escolar no método de ensino mútuo:

Lancaster no seu livro “Systema Britânico de Educação” (1823), a melhor forma para a sala de aula devia ser um grande retângulo, para que todas as mesas estivessem de frente para um dos topos da sala onde se encontrava um estrado elevado, local onde se colocava a mesa do professor e de onde este podia com facilidade ver toda a sala e descobrir quem estava ou não com atenção, dando ordens, comandando a sala como um capitão na proa de um navio. Era com certeza uma sala imponente e onde reinava uma disciplina como no exército (MACHADO, 2004, p. 43, grifo da autora).

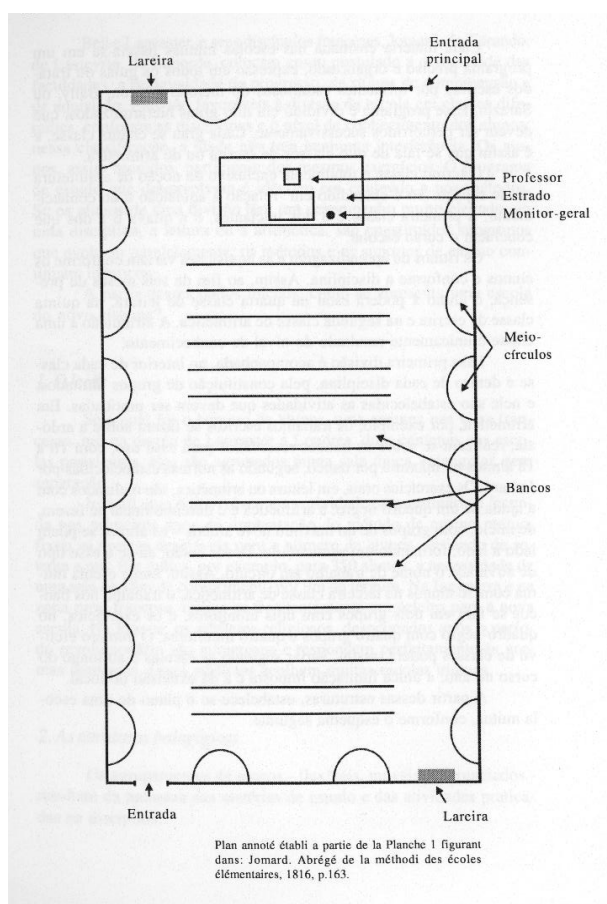


Figura 9 - Plano de uma escola mútua

Fonte: LESAGE, Pierre. A Pedagogia nas Escolas mútuas do Século XIX. In.: BASTOS, Maria Helena Câmara & FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs.) (1999). **A Escola Elementar no Século XIX: O Método monitorial/mútuo**, p. 14.

Quanto às ordens emitidas pelo “capitão” (professor), Michel Foucault informa que no método mútuo os sinais têm muita importância; os alunos devem atender automaticamente. “A escola mútua levará ainda mais longe esse controle dos comportamentos pelo sistema dos sinais a que se tem que reagir imediatamente. Até as ordens verbais devem funcionar como sinalização” (FOUCAULT, 1987, p. 141).

O autor continua descrevendo detalhadamente como as crianças deveriam sentar nas carteiras escolares obedecendo aos sinais do mestre:

Entrem em seus bancos. À palavra **Entrem**, as crianças colocam com ruído a mão direita sobre a mesa e ao mesmo tempo passam a perna para dentro do banco; às palavras em seus bancos, eles passam a outra perna e se sentam diante das lousas... **Pegar-lousas**, à palavra **pegar**, as crianças levam a mão direita ao barbante que serve para suspender a lousa ao prego que está diante deles, e com a esquerda pegam a lousa pelo meio; à palavra **lousas**, eles a soltam e a colocam sobre a mesa (FOUCAULT, 1987, p. 141, grifos do autor).

Foucault salienta, ainda, que esses sinais são percebidos também na prática militar e isso sugere elaboração de “processos para a coerção individual e coletiva dos corpos” (FOUCAULT, 1987, p. 142).

O indicado eram mesas para escrever compridas, estreitas e inclinadas, com bancos corridos ao longo das mesas, tendo algumas delas ardósias incrustadas para a escrita.

As mesas e bancos deveriam ser fortes e estar presos ao chão, que de preferência devia ser inclinado porque estando o mestre na parte inferior da sala, as últimas filas, num plano mais elevado, veriam assim tão bem o professor como os da primeira (MACHADO, 2004, p. 44).



Figura 10 - Sala de Aula do Ensino Mútuo²⁵

Fonte: Pintura de Epinal, 1838. Disponível em: <http://histoirelocale.arenval.com/histloc09-1ph.htm>. Acesso: 30/06/2009.



Figura 11 Escola Ensino Mútuo

Fonte: Livro Vigiar e Punir, Foucault, 1987, Figura 10.

O posicionamento do mobiliário, desse modo, ajudaria na concretização dos comandos do mestre. Conforme Maria de Fátima Machado.

²⁵ Figura copiada do texto *L'enseignement primaire de 1816 à 1834 ...* (p. 1), exemplo de sala de aula do ensino mútuo. Disponível em: <http://pagesperso-orange.fr/saumur-jadis/recit/ch30/ecolmutu.jpg>. Acesso em: 30/06/2009.

A figura 11, que Michel Foucault traz em seu livro, lembra a descrição de uma sala de ensino mútuo que Antón Rico descreve:

La clase se equipa con mesas largas, pudiendo acoger hasta 18 alumnos cada una. Son mesas ligeramente inclinadas, con una ranura en su parte superior para la colocación de lápices y plumas y con un pequeño dintel en su parte inferior para evitar la caída al suelo de los objetos. Junto al suelo, largos travesaños unen entre si las mesas y sobre ellos los alumnos colocan sus pies²⁶ (RICO, 1997, p. 94).

Embora não seja possível visualizar os detalhes das mesas, o marcante na comparação da citação de Rico com a figura de Foucault é a possibilidade da grande quantidade de alunos em cada mesa, assim como a colocação dos pés no local descrito.

Segundo Andréa Silva, Lancaster não utilizava em seu método os livros, por serem muito caros. Em vez disso, os alunos recebiam uma tábua com areia na qual escreviam com os dedos. De acordo com a autora, “associavam a leitura e a escrita e os alunos eram agrupados em semicírculos, tendo à frente e na parede grandes lousas” (SILVA, 2008, p. 12).

Bell teria introduzido a areia para facilitar o ensino da escrita. Demkés assinala que Bell “teria presenciado ‘crianças hindus que estudavam sob direção de um de seus camaradas e escreviam com os dedos sobre a areia’” (DEMKÉS, apud BARRA, 2001, p. 14, grifos da autora). Foi Lancaster, entretanto, quem sugeriu que “a areia deveria ser colocada em cima da mesa, em um espaço ‘pintado de preto’, para que, quando os ‘meninos’ fizessem ‘as letras na areia branca, o chão preto’ mostrasse ‘a figura’” (BARRA, 2001, p. 14, grifos da autora).

Dado importante para este trabalho, pois mostra que a função das “mesas de areia” (Figura 12) seria de servir como uma espécie de lousa, onde se escrevia e depois se apagava. De acordo com Valdeniza Barra, “o alisamento da areia eliminaria os traços. Para ser alisada com rapidez e perfeição, a areia deveria estar ‘bem seca’. Um ‘bornidor’ era usado pelo decurião para alisar a areia de cada um dos alunos da classe” (id. *ibid.*). De acordo com a autora, estes procedimentos originaram problemas, principalmente com relação ao comportamento dos alunos, pois, enquanto se alisava a areia de um aluno, os outros ficavam ociosos. Esta é apontada como uma das razões para que as mesas de areia fossem, mais tarde, substituídas pelas ardósias (CASTRO & GASPARD DA SILVA, não publicado).

Hamel observa a respeito do ensino da escrita que utilizava a areia:

²⁶ A classe está equipada com mesas compridas, podendo acomodar até 18 alunos cada. As mesas são ligeiramente inclinadas, com uma canaleta na parte superior para colocação de canetas e lápis e uma pequena saliência na parte inferior para impedir a queda dos objetos. Os alunos colocam seus pés em longos caibros de madeira que unem as mesas entre si.

Depois que as crianças aprendem a desenhar o alfabeto na areia, começam a soletrar escrevendo... Porém, não se mostra mais ao aluno a sílaba a ser escrita, mas só se pronuncia e cada um, ouvindo-a, escreve-a. Chegados às palavras inteiras, o monitor pronuncia primeiro as letras, depois as sílabas e, em seguida, a palavra inteira, e o aluno enquanto escreve precisa soletrar em voz baixa... E se tem a vantagem de que muitos alunos podem soletrar juntos sem se perturbarem mutuamente (HAMEL, apud MANACORDA, 1989, p. 259).

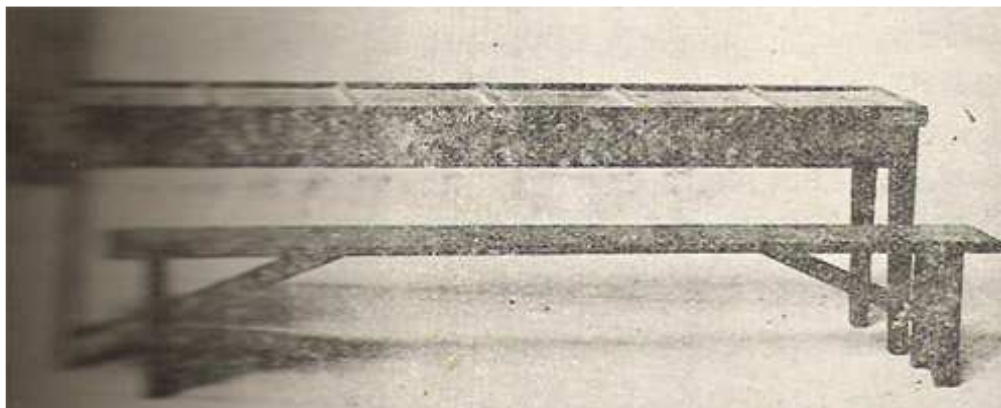


Figura 12 - Mesa de areia²⁷

Fonte: Revista do Centro de Educação/UFSM, Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/>.

O papel do professor no método de ensino mútuo, ou monitorial, segundo Maria Helena Camara Bastos (1999, 102), “é restrito”. No início da aula, o professor explica aos monitores o que devem ensinar para os alunos e então ficam responsáveis em repassar aos demais. O professor, geralmente, fica sentado no final da sala e quase não tem contato direto com os alunos:

Durante a aula, ele permanece em sua mesa, ao fundo da sala, sobre um alto e vasto estrado, e é assistido por um ou dois monitores, os mais velhos e instruídos, que transmitem suas ordens e o substituem, em caso de falta. Como chefe de orquestra, ele regula a marcha da escola. Para conduzir e avaliar corretamente as centenas de alunos, o professor emite ordens precisas e de fácil compreensão, através de sineta, apito ou de um bastão. Além disso, controla o movimento dos alunos: a entrada, a saída, a instalação nos bancos, as mudanças de exercícios; controla e regulariza o trabalho dos monitores (BASTOS, 1999, p. 102).

Curioso perceber o espaço destinado ao ensino mútuo na sala de aula, relatado por Maria Helena Camara Bastos. Ela informa como o ensino deveria proceder, inclusive com

²⁷ Mesa de areia, do método Lancaster. Elomar Tambara. *O ensino mútuo na Província Cisplatina*. Edição: 2005 - Vol. 30 - N° 02 Revista do Centro de Educação/UFSM, Santa Maria. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/> Acesso: 15/01/2009.

posições estratégicas para o controle total do ambiente. Segundo Antonio Viñao Frago, “é no âmbito da sala de aula, o núcleo por excelência da atividade instrutiva, onde a análise histórica mostra essa relação entre a disposição no espaço, das pessoas e objetos que nela estão, e o sistema ou método de ensino seguido” (FRAGO, 2001, p. 121).

Luciano Faria Filho e Diana Vidal, em estudo sobre a educação no Império, em 1834, exemplificam o método mútuo e a dificuldade para mantê-lo devido ao alto custo, pois o governo central afastou-se dessas questões (ensino), deixando a responsabilidade para as províncias (FARIA FILHO & VIDAL, 2000). Os autores mostram que o gasto para manter este método consistia basicamente em: “quadros murais, sólidos para geometria, bancos-mesas para todos os alunos, ponteiros e estrados para os monitores, campainhas e matracas para os sinais sonoros, caixas de areia para a escrita, ardósias e quadros-negros, além de cartões de perdões e penas” (FARIA FILHO & VIDAL, 2000, p.23). Bancos e mesas faziam parte dos gastos para a aplicação desse método.

Na província de Santa Catarina, o interesse com o ensino mútuo está contido na Lei nº 136, de 14 de abril de 1840, que autoriza seu presidente a mandar buscar um professor de primeiras letras do Rio de Janeiro, “que ensine pelo método de Lancaster”. Segundo o artigo 2º: “este Professor, virá reger a escola pública de primeiras letras estabelecida na Capital, deverá ensinar: 1.º a ler e escrever pelo methodo Lancastiano [sic], cujos os princípios theoricos e práticos explicará” (COLLEÇÃO DAS LEIS DA PROVÍNCIA DE SANTA CATHARINA DOS ANOS DE 1835 a 1853, p. 263).

No entanto, em 1843, na Lei 214, observa-se o seguinte texto:

Artigo 1.º O Professor Público de Primeiras Letras da Cidade de Desterro he obrigado a ensinar; 1.º Ler e escrever, cujos princípios theoricos e praticos pelo methodo individual: 2º as quatro operações arithmeticas, quebrados, decimaes, e proporções: 3º Noções geraes de Geometria, theorica e pratica: 4º Grammatica da lingua Nacional: 5º Elementos de Geographia: 6º Os princípios da moral Christã, e da Religião do Estado. Todos os demais Professores Públicos da Província ensinarão do mesmo modo pelo methodo individual porém somente as materias dos parágrafos, 1.º, 2.º, 4º e 6.º do presente artigo (COLLEÇÃO DAS LEIS DA PROVÍNCIA DE SANTA CATHARINA DOS ANOS DE 1835 a 1853, p. 151).

Desse modo, o método de ensino oficial na província de Santa Catarina passou a ser prescrito como método de ensino individual, mas existiam diferenças entre o que se ensinava

na Cidade de Desterro – que seria algo mais elaborado, com mais conteúdos – e o que se ensinava no restante da província.

Somente em 1875, na Lei 776, volta-se a tratar sobre o que ensinar nas escolas e também se percebem as diferenças entre as escolas de Desterro e escolas rurais das ‘villas’ e ‘freguezias’:

Artigo 4.º: São escolas urbanas da Capital e Cidades da Província, e compreenderão as seguintes disciplinas:

Artes de ler e escrever e contar scientificamente, com o novo systema de pesos e medidas Noções de Civilidade, de Moral e Doutrina Christã.

Grammatica portugueza, Noções de Historia e Geographia Pátrias, Leituras correntes da Constituição e Desenho linear.

Artigo 5.º: São escolas as das Villas, Freguezias e Arrayaes e compreenderão as seguintes disciplinas:

Ler, escrever ditada com practica de orthographia, contar as quatro especiais operações em inteiros e decimaes e conhecimento pratico das proporções, bem como do novo systema de peso e medidas. Noções de Civilidade, de Moral e Doutrina Christã e leitura da Constituição.

Agricultura adaptada ao melhoramento da nossa lavoura (LEIS DA PROVINCIA 1871 a 1875 p. 59-60, Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

O documento comprova a diferença entre o ensino urbano e o rural; as escolas urbanas ofereceriam um ensino mais completo e complexo, com mais conteúdos e as escolas rurais ministrariam menos conteúdos, centrando sua preocupação na agricultura para melhoria das lavouras. Os professores também teriam ordenados diferentes, similarmente ao que já foi citado. É de se observar que, anteriormente, a diferença nos salários era referente ao método de ensino empregado (individual ou mútuo); agora, a diferença está entre o rural e o urbano. A Lei 776 estipula o ordenado de 600\$000, tanto para professores de escolas urbanas quanto para professores de escolas rurais; entretanto, a diferença está na gratificação - 400\$000 para cadeiras urbanas e 300\$000 para rurais. Ao que parece, o ensino naquela época apresentava grandes diferenças entre as regiões.

Apesar de a legislação não mencionar mais o método de ensino a ser aplicado, percebe-se nos relatórios a presença tanto do ensino individual quanto do mútuo.

O livro intitulado *Uma menina de Itajaí*, trata de recordações e “lembranças de um passado distante e feliz”, de Rachel Liberato Meyer, em uma cidade de Santa Catarina: “Itajaí de outrora”. Em suas rememorações, Rachel lembra, por volta dos anos 1904 a 1906, de sua escola. É interessante perceber como ela descreve sua sala de aula:

A sala de aula ocupava a metade da casa e D. Júlia residia na parte de trás, com a sobrinha Tereza. O mobiliário era modesto: cadeiras “de italiano”, onde sentavam-se os grandes e, em frente a elas, uma fila de cadeirinhas da mesma fabricação, para os menores. No fundo da sala, a mesa onde D. Julia, sempre muito atenta, tomava as lições e corrigia os erros (MEYER, 1999, pp. 63-64).

Nesse relato, o formato da sala de aula lembra o ensino mútuo pela posição da mesa da professora, já que nesse ensino o professor não tem uma posição privilegiada, porém dá impressão de que ela ensinava e corrigia individualmente os alunos, não ficando claro por que método d. Júlia ensinava. Outra informação importante, principalmente para este trabalho, é a fabricação das carteiras “de italiano”, informando um dos fabricantes de carteiras de Itajaí.

Segundo Gladys Mary Ghizoni Teive²⁸, os métodos, individual e mútuo, no início do século XX, estavam sendo veementemente condenados pelas formas de pensar e de agir que produziam. A autora lembra como a escola elementar era freqüentada por uma de suas entrevistadas em Florianópolis:

A escola funcionava num cômodo da casa de Dona Lica, não havia carteiras individuais, mas compridos bancos sem encosto, onde as crianças ficavam sentadas, lado a lado, horas a fio. Todas juntas, independente de idade e sexo. Eram alfabetizadas pela carta do ABC, método bê-a-bá ou da silabação, precisavam decorar textos imensos, retirados dos compêndios e, quando não conseguiam ou saíam da linha por qualquer outro motivo, eram surpreendidas com a prática do bolo, castigo por meio da palmatória (TEIVE, 2008, p. 47).

O trecho mencionado não deixa claro o método de ensino utilizado por dona Lica; supõe-se, porém, que fosse o mútuo (embora o relato não indique a presença de monitores, figuras indispensáveis para aplicação desse método) ou o individual, pois a memorização (presente tanto no individual quanto no mútuo) e a disciplina rígida (presente mais fortemente no mútuo), constatadas no relato, sugerem que um dos dois métodos estava sendo aplicado na sala de aula que dona Passinha freqüentava (CASTRO & GASPAR DA SILVA, não publicado).

No relato de dona Passinha, não consta que houvesse carteiras escolares e sim “bancos sem encosto”; entretanto, de acordo com Teive, as carteiras aparecem nos grupos escolares

²⁸ Autora do livro “Uma vez Normalista, sempre Normalista”, esta obra é produto de sua Tese de Doutorado. Em seu trabalho, Gladys Teive fez diversas entrevistas com antigas normalistas formadas no período da Primeira República, ou próximo a este.

implantados em Santa Catarina a partir de 1911²⁹, o que implicitamente denota que as crianças deveriam ser ensinadas segundo os pressupostos da pedagogia moderna³⁰ (TEIVE, 2008).

Destaca-se, ainda, no relatório apresentado ao 1º vice-presidente da província de Santa Catarina, em 1863, a precariedade das escolas, da formação dos professores e também do método de ensino adotado:

A falta quasi geral de pessoal habilitado, o pouco zelo com que são desempenhados os deveres do magistério, a indolencia, ou indifferentismo da maior parte dos pais em procurarem a seus filhos os elementos indispensáveis da educação intellectual; a defficiencia de uma inspeção deligente e constante de força e autoridade de acção nos centros parciais de ensino e a pouca uniformidade do ensino ou systema de que faz uso, são obstaculos que impedem o seu progresso (RELATÓRIO VICE-PRESIDENTE, 1863, p. 4).

De acordo com este relatório, vários professores não tinham formação e não sabiam como aplicar os métodos de ensino.

Já o relatório de 1885, encaminhado ao vice-presidente da província, mostra que na cidade de Joinville a instrução primária mereceu louvor, e também oferece indícios da aplicação do método de ensino mútuo:

D'entre todas as escolas de instrução primária, muitas das quaes tive occasião de visitar, assistindo às lições dos professores, devo destacar com louvor a escola pública mixta da cidade de Joinville dirigida há 24 annos pelo illustrado e virtuoso Padre Carlos Boergeshausen, vigário da freguezia. Conta com 377 alumnos matriculados, sendo a frequência de 247. E' dividida em cinco classes, que trabalham em quatro salões espaçosos e bem arejados, sendo o professor auxiliado por quatro adjunctos, dos quaes dous são contractados pelo próprio professor, assim como a adjuncta que dirige a classe infantil (RELATÓRIO VICE-PRESIDENTE 1885, p. 26, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina).

Pela citação, o método aplicado seria o mútuo, pois havia somente um professor com quatro “adjunctos”, os quais seriam monitores, uma vez que auxiliavam o professor frente a cinco classes. Interessante perceber que esse método de ensino estava presente naquela cidade (de colonização alemã) e que rendia bons elogios de quem os visitava. O relatório ainda informava que essa escola tinha “a mobília precisa”, dando a entender que o mobiliário

²⁹ Os Grupos Escolares foram implantados no início do século XX em Santa Catarina sob a vigência da Reforma da Instrução Pública de 1911, capitaneada pelo professor paulista Orestes Guimarães (Teive, 2008, p. 96 – 97).

³⁰ A “Pedagogia moderna” será tratada com maior profundidade no item 1. 2.

escolar estava adequado, pois o inspetor, ao dizer que a mobília era “precisa”, ou seja, exata, pois atendia bem ao método aplicado, diferente de outros tantos relatórios de inspetores que reclamavam da precariedade em que se encontravam as mobílias das escolas que visitavam (CASTRO & GASPAR DA SILVA, não publicado).

Outra questão inusitada, evidenciada no referido relatório, seria o que se encontra no trecho a seguir: “Os alumnos apresentam adiantamento notável nas duas línguas portugueza e allemã, que aprendem simultaneamente, assim como nas outras matérias de ensino, que são: calligraphia, religião, historia sagrada, universal e pátria, geographia, arithimetica [...]” (RELATÓRIO VICE-PRESIDENTE, 1885, p. 26, grifo nosso, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina)

Aparece então outro método de ensino: o simultâneo.

1.2. SOBRE O MÉTODO DE ENSINO SIMULTÂNEO

A distribuição dos bancos e alunos, todos e cada aluno olhando para o professor, e a atividade do único docente sendo desenvolvida em um único ato para todos os alunos, são fenômenos que expressam e tornam presente o que nos fins do século XVII começou a denominar-se “método simultâneo” (NARODOWSKI, 1993, p. 8, grifo do autor).

Mariano Narodowski chama a atenção para a disposição da sala de aula que possibilitou a aplicação do método de ensino simultâneo. Observa-se que os bancos estão presentes, aliás, estão presentes até hoje, 2009, em formatos diferentes, auxiliando no método de ensino simultâneo na maioria das escolas.

De acordo com Maria Helena Camara Bastos (1999), o método simultâneo foi introduzido no final do século XVII, por Jean Baptiste de La Salle³¹). Lesage explica:

Nesse método, o professor instrui e dirige simultaneamente todos os alunos, que realizam os mesmos trabalhos ao mesmo tempo. O ensino é coletivo e apresentado ao grupo de alunos reunidos em função da matéria a ser ensinada. Os alunos são divididos de maneira mais ou menos homogeneia, de acordo com seu grau de instrução. Para cada grupo ou classe, um professor ensina e adota material igual a todos (LESAGE, apud BASTOS, 1999, p. 96).

³¹ Jean Baptiste de La Salle inventou o método de ensino simultâneo. Fundou o Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs; defendia a instrução gratuita para crianças pobres, órfãos e outros pobres que precisavam trabalhar e não podiam estudar (BARRA, 2001).

O termo simultaneidade tanto pode ser aplicado ao método de ensino, quanto aos processos de ensino da escrita. Jean Hébrard (1999, p. 49) reconhece na simultaneidade do ler e escrever, “talvez a maior inovação do século XIX”. O ensino simultâneo diferencia-se do individual pelo fato de possibilitar que vários alunos aprendam ao mesmo tempo; já, relacionando o simultâneo ao mútuo, é possível aplicar os dois métodos ao mesmo tempo, pois cada monitor ensina seu grupo de alunos simultaneamente. Outra questão seria o papel dos professores. Enquanto nos métodos de ensino individual ou simultâneo o agente do ensino é o professor, no método de ensino mútuo o aluno é investido dessa função (BASTOS, 1999).

No relatório anteriormente citado, no item 1.1., em que o inspetor da província de Santa Catarina relata que em Joinville os alunos aprendiam simultaneamente o português, o alemão e outros conteúdos, subentende-se que a simultaneidade está em aprender as duas línguas ao mesmo tempo, demonstrando certa dificuldade no entendimento do método. Segundo Valdeniza da Barra, o modo de organização escolar dificulta a denominação dos métodos por parte dos professores e inspetores. A autora complementa que, na França, as apropriações do método de ensino eram diversas, chegando um professor a dizer “Sim, este respondeu, ‘eu ensino simultaneamente cada escolar, um após o outro’” (BROUARD, apud BARRA, 2001, p. 41-42).

Barra explica que seu objeto de pesquisa, o quadro negro, instrumento de ensino coletivo, marca a transmissão simultânea de ensinar a ler e escrever. Entretanto, este objeto também foi absorvido no método de ensino mútuo por torná-lo mais rápido (id., op. cit.).

Na figura 13, podem-se observar todos os alunos prestando atenção e olhando para o professor e o quadro negro ao mesmo tempo, característica fundamental do ensino simultâneo.



Figura - 13 Ensino Simultâneo

Fonte: Modelo de madeira, papelão e papel. Museu Nacional de Educação, Rouen. Disponível em: <http://histoirelocale.arenval.com/histloc09-1ph.htm>. Acesso: 30/06/2009.

No entanto, esta maneira de dispor o mobiliário na sala de aula era difícil de ser encontrada na primeira metade do século XIX em Santa Catarina, pois a estrutura material das escolas era precária. As escolas funcionavam em casas alugadas e geralmente serviam também de moradia para os professores e sua família. Como os cômodos eram transformados em salas de aula, o mobiliário geralmente pertencia à própria casa. Dessa forma, concorda-se com Valdeniza Barra (2001) quando ela diz que o material e o método de ensino são prescritos e afetam as práticas, mas a relação entre eles é transformada na cultura escolar, o que redefine as instruções e normas.

A exemplo disso, o relatório do inspetor geral, encaminhado ao presidente da província, tratava da precariedade da mobília e também do fato de a família do professor morar no mesmo espaço da escola. “As crianças se acotovelam e as escolas estão juntas com as famílias, falta espaço, as mobílias escolares carecem de reforma, elas tem que ser como na prática moderna do ensino primário” (RELATÓRIO SOBRE INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1896, p. 6).

O inspetor chama a atenção sobre como deveria ser a mobília: “Tem que ser como na prática moderna do ensino primário”.

Mas, como seria a escolaridade na prática moderna de ensino, ou melhor, na pedagogia moderna? Para Mariano Narodowski (2001), na pedagogia moderna, além de o professor ensinar ao mesmo tempo todos os seus alunos, a simultaneidade também estava em

ensinar os mesmos conteúdos. Até então, parece, não se tinha esse tipo de ensino; com os métodos de ensino mútuo e individual (como já foi visto no item 1. 1. desse capítulo), não existia um só professor ensinando a todos (ao mesmo momento) os mesmos conteúdos.

Com relação às origens da pedagogia moderna, Mariano Narodowski salienta que as raízes estão nos séculos XVII e XVIII. Tal pedagogia, porém, não está representada exclusivamente pela produção do período; ao contrário, toma como base um “movimento teórico atual”:

(...) que integra e justapõe diferentes autores, traduz obras de acordo com suas especiais necessidades, elimina os rastros que não pode absorver; enfim, reconstrói um relato com dados anteriores - dados que em si mesmos possuem uma densidade relevante - mas que são elaborados de acordo com novas necessidades (NARODOWSKI, 2001, p. 1).

No trecho citado, o autor faz referência à origem da pedagogia moderna. Sinaliza que ela evoluiu através de constantes mudanças e que a “interpretação do passado e do presente” da educação está sempre presente na constituição da história da pedagogia moderna (NARODOWSKI, op. cit.).

Retomando a indicação do inspetor de ensino, pode-se pensar que, ao indicar em seu relatório que a mobília deveria ser como na “prática moderna do ensino primário”, referia-se possivelmente a móveis que possibilitavam o ensino simultâneo e ao mesmo tempo mantinham a disciplina. Percebe-se, dessa forma, a importância do mobiliário para o desenvolvimento do método de ensino.

No relatório do presidente da província, dirigido ao presidente da Assembléia Provincial de 1870, sobre a Instrução Pública, mostra-se também como era importante e ao mesmo tempo precária a materialidade das escolas:

E’ este um dos ramos da administração pública para o qual devem convergir as vistas e a mais séria atenção tanto do legislador quanto do administrador. Não basta, o Srs. crear escolas, não basta prover-as de bons professores, não basta ainda exigir destes provas de capacidade, não basta, finalmente, o introduzir-se as theorias, doutrinas, e systemas adotados nos paizes mais cultos. Sem attender-se, primeiro de tudo, aos melhoramentos materiais (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DIRIGIDO AO PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA PROVINCIAL DE 1870, 1870, p.11. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina).

Para o presidente de então, a melhoria dos materiais das escolas seria fundamental para um bom ensino, devendo “primeiro de tudo”, ser adquiridos. Acredita-se que ele

chamava a atenção não só para a arquitetura apropriada dos prédios, mas para o mobiliário escolar e para outros equipamentos de ensino. Neste documento, o presidente adverte o legislador e o administrador, pois, ao que tudo indica, não estavam observando as condições materiais das escolas ao escreverem as leis e os decretos sobre o ensino.

Já no decreto n°. 155, de 10 de junho de 1892, observa-se tal preocupação. O tenente-coronel decreta a Reforma da Instrução Pública e salienta que “as ligeiras informações que obtive offereceram-me logo dados para saber que não existia um corpo de professores com as habilitações precisas, e as escolas eram dotadas com os meios indispensaveis a seu regular funcionamento” (O REGIMENTO INTERNO PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS DE INSTRUÇÃO PRIMARIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 1892, p. 1).

Consta, ainda, desse documento, o Regimento Interno para as Escolas Públicas de Instrução Primaria do Estado de Santa Catarina, que, no art. 3, se refere à mobília escolar:

Art. 3º haverá em cada escola os seguintes objetos:
 Uma mesa de 1m,20X0m,70 com gaveta, estrado (2mX1m,70X0m,20) e carteira de braços para o professor.
 Um armário de 2ms de altura com 1,20 de largura e 0m,40 de profundidade, com cinco prateleiras.
 Um tinteiro para a mesa do professor.
 Uma campainha.
 Um régua de 0m,50 pouco mais ou menos.
 Quadro preto com 1m,75X1m,75 para exercícios de cálculos, etc.
 Um relógio
 Um mappa geographico do Brazil, de Lavasseur.
 Uma collecção de modelos de escripta.
 Um quadro com a collecção de pesos e medidas do systema métrico-decimal.
 Um espherario para o ensino intuitivo do calculo.
 Cabides para dez chapéus cada um.
 Uma talha ou pote para água, e seus pertences.
 Bancos e mesas inclinados, na razão de um para cinco alumnos, com as dimensões seguintes. (O REGIMENTO INTERNO PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS DE INSTRUÇÃO PRIMARIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 1892, p. 1).

De acordo com a legislação, todas as escolas primárias deveriam ter bancos e mesas inclinadas, na razão de cinco alunos. Pode-se perceber, na figura 14, que esta peça do mobiliário escolar tinha dimensões diferenciadas para cada idade, respeitando o tamanho de cada criança³².

³² Será explorado posteriormente.

IDADES	BANCOS		MESAS	
	Altura	Largura	Altura	Largura
De 6 a 7 annos	28 a 32 cent.	24 a 25 cent.	56 a 59 cent.	30 a 33 cent.
» 8 a 9 »	32 a 34 »	25 a 27 »	59 a 62 »	33 a 36 »
» 10 a 11 »	34 a 36 »	27 a 28 »	62 a 64 »	36 a 38 »
» 12 a 13 »	36 a 38 »	28 a 30 »	64 a 68 »	38 a 42 »
» 14 a 15 »	38 a 42 »	30 a 33 »	68 a 72 »	42 a 44 »

Figura 14 - Tabela de medidas

Fonte: Regimento Interno para Escolas Públicas de Instrução Primária, 1892, p. 2, 1892. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Segundo Maria de Fátima Machado (2004, p. 2004), as preocupações com a dimensão do mobiliário devem-se aos médicos-higienistas³³, que se preocupavam “em encontrar as dimensões mais correctas e que correspondessem às diferentes estaturas dos alunos, torná-las ergonômicas e adaptadas [as carteiras escolares]”. O documento que deu origem às informações destacadas anteriormente indica que Santa Catarina estava sintonizada com estes princípios e que, ainda no século XIX, recomendava ao menos cinco modelos de bancos e mesas.

Na tabela 1, encontra-se discriminado o orçamento fixo com as despesas do ano seguinte do estado de Santa Catarina referentes à mobília escolar:

TABELA 1 - Orçamento

ANO	Nº DA LEI QUE FIXA A DESPESA	DESCRIÇÃO	VALOR
1894	112	Acquisição de prédios para escolas e mobília escolar	6:000\$000
1897	294	Acquisição de prédios e mobílias escolares	2:000\$000
1898	375	Acquisição de mobília escolar	2:000\$000
1899	446	Acquisição de mobílias e utensílios escolares, etc	9:000\$000

Fonte: Tabela organizada pela pesquisadora a partir de dados localizados nos livros de receitas e despesas do Arquivo Público Municipal de Florianópolis (LIVROS DE DESPESA E RECEITA, anos 1894, 1897, 1898, 1899. Arquivo Público Municipal de Florianópolis.)

³³ O movimento higienista ganhou corpo, internacionalmente, entre a metade do século XIX e as décadas iniciais do XX. Os médicos-higienistas brasileiros estavam em sintonia com esse movimento. Suas preocupações eram: produzir um espaço próprio para as práticas pedagógicas, redefinir o emprego do tempo, adequar os móveis e materiais escolares às dimensões do corpo infantil, conformar os métodos e processos de ensino aos padrões higiênicos, elaborar dispositivos de normalização, com vistas a prevenir e corrigir deformidades físicas e intelectuais das crianças, assegurando-lhes a saúde plena.

Os dados apresentados na tabela 1 mostram que, apesar de os valores estarem misturados com os de aquisição de prédios e utensílios, o governo adquiriu certa quantidade de mobília escolar. Isso permite pensar que em Santa Catarina, assim como em outros estados do Brasil, a preocupação com a aquisição de mobiliário estava atrelada tanto à higiene dos corpos quanto à disciplina do indivíduo, aspectos que se buscará explorar no próximo capítulo.

II - PELAS CARTEIRAS: DISCIPLINAR E HIGIENIZAR OS CORPOS

*A memória se enraíza
no concreto, no espaço,
no gesto, na imagem, no objeto.
(NORA, 1993, p. 9)*

Ao discorrer sobre a memória, Pierre Nora observa:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

Pode-se dizer, então, que minha própria memória, uma pesquisadora de 29 anos, sobre a primeira experiência na escola foi revitalizada. Quando decidi pesquisar a trajetória das carteiras escolares, meus pais lembraram que em minha primeira experiência na escola recusava-me a sentar no objeto estudado; apenas colocava uma das pernas dobrada sobre a cadeira. O pai lembra que a professora da turma comentou que Raquel não gostava de sentar nas carteiras escolares, mas que isso não afetava seu aprendizado. Nota-se que a professora não reclamou sobre o comportamento da criança, deixando claro que respeitava a posição escolhida. A figura 15 ilustra lindamente este tipo de situação.



Figura 15 - Primeiras Tentativas
Fonte: Acervo de imagens de Vera Gaspar.³⁴

No entanto, dados desta pesquisa indicam que no período estudado dificilmente os alunos poderiam ficar em pé ou apenas com uma das pernas em cima da cadeira nas aulas das escolas, o que era visto como forma de indisciplina. Argumentava-se ainda que ficar em pé poderia prejudicar a coluna do educando, além de outras crenças desta ordem. Observa-se claramente a preocupação com a disciplina e a higienização dos corpos.

³⁴ Título da figura *Erste Derfuche* (Primeiras Tentativas). Figura de Franz Hanftaengi (famoso pintor e litógrafo alemão), que ilustra um livro infantil, escrito em alemão gótico (não é mais utilizado) no século XIX. Informações fornecidas pela professora Dra. Ina Emmel, da Universidade Federal de Santa Catarina..

2.1. A DISCIPLINA NA ESCOLA PRIMÁRIA DE SANTA CATARINA

O corpo, escrevia Foucault (1987, p. 132) do qual se requer que seja dócil até em suas mínimas operações, opõe e mostra as condições de funcionamento próprias a um organismo. O poder disciplinar tem por correlato uma individualidade não só analítica e “celular”, mas também natural e “orgânica”.

A bibliografia levantada e os dados da presente pesquisa informam que a preocupação com a regulação e a normalização do corpo esteve presente na educação ao longo dos anos, inclusive nos métodos de ensino individual, mútuo e simultâneo. Em cada método, a disciplina do corpo aparece de forma diferente.

Vera Gaspar da Silva (2004, p. 130), discorrendo sobre a forma física idealizada para exercer a função do magistério, de 1880 a 1920, diz que “os projetos estatais de modernização das sociedades estabeleceram regras para gerenciar os corpos, pretendendo dar-lhes contornos estéticos e hábitos civilizados”. Naquele momento, a escola também é influenciada por tal “modernização” e começa a estipular regras para o bom comportamento dos corpos:

Valores morais se entrelaçam aos professados cuidados com o corpo e ganham roupagem numa sustentação científica vinculada a preocupações higienistas e fortalecem as iniciativas de homogeneização de condutas. Preceitos desta natureza propõem-se fundamentar condutas civilizadas, e chegam às escolas através de vários expedientes que disciplinam corpos de alunos e docentes (GASPAR DA SILVA, 2004, p. 130-131).

Um dos objetos que favoreceram a construção da disciplina nos corpos dos alunos seriam as carteiras escolares. No *Diccionario Universal de Educação e Ensino*³⁵, de 1886, no extenso item referente a mobiliário escolar, encontra-se a seguinte referência sobre as mesas duplas: “Com ellas a vigilância do professor exerce-se facilmente, e o alumno tem na passagem lateral, que é pelo menos de 0m,50, lugar para estar de pé quando é interrogado” (DICCIONÁRIO UNIVERSAL DE EDUCAÇÃO, 1886, p. 844).

Este trecho sugere que o objeto possibilitava, além de um lugar próprio para o aluno sentar para assistir à aula - dado a ser discutido no próximo item -, recurso para a obtenção de disciplina, pois o professor poderia visualizar melhor seus alunos organizados em duplas e, como sugere o dicionário, possibilita a saída do aluno pela lateral, onde o interrogatório do professor e outras autoridades poderia ser realizado.

³⁵ Dicionário encontrado na Biblioteca Pública Estadual de Santa Catarina - Setor de Obras Raras.

Maria Manuela Rodrigues (2006, p. 300) escreve a respeito do nascimento da escola primária Conde de Ferreira do Barreto, inaugurada em 1870, em “terra da margem sul do rio Tejo, em frente a Lisboa”, Portugal, assinala como deveria ser a mobília e de que forma deveria ser disposta na sala de aula:

A largura das carteiras seria de quarenta centímetros e a dos bancos de vinte e cinco centímetros, havendo entre a carteira e o banco um intervalo de dez centímetros, formando os dois corpos um conjunto com a largura de setenta e cinco centímetros e o comprimento de dois metros. Tendo em conta que, na sala de aula, as carteiras/banco teriam de ser alinhados em três alas e oito filas (...), a altura dos mesmos iria variar de acordo com a posição que ocupariam nesse espaço, subindo gradualmente dois centímetros entre cada fila (RODRIGUES, 2006, pp. 309-310).

A citação mostra o cuidado em descrever cada detalhe da mobília, centímetros e posições, levando ao entendimento de que o que se pretendia era o controle total do professor, pois ele “ficará numa posição sobranceira aos alunos, podendo facilmente vigiar e controlar todos os presentes” (RODRIGUES, 2006, p. 310). Era uma forma de impor disciplina.

De acordo com José Cunha e Ricardo Esteves (2001), a configuração e o arranjo do mobiliário possibilitou identificar imagens das estruturas familiares e sociais de uma época. Os autores também informam que, até a metade do século XX, a disposição do mobiliário escolar na sala de aula era fixa; os móveis eram dispostos em torno de um eixo que reforçava a autoridade do professor e assegurava a regularidade das condutas de ensinar e aprender.

As relações de poder que se estabelecem nas salas de aulas, relacionadas às carteiras escolares, aos alunos e aos professores, produzem marcas e sujeitam comportamentos que tendem a serem iguais. Michel Foucault elucida a compreensão do lugar do corpo na sociedade: “O corpo também está mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o suplicam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (FOUCAULT, 1987, p. 25).

Para José Cunha e Ricardo Esteves (2001), o conjunto cadeira e carteira “Brasil” (Figura 16) expressa bem isso. Seu design determinava a configuração da sala de aula em uma disposição tanto espacial quanto moral, pois os alunos tinham tão pouca autonomia naquele espaço quanto em suas casas. As carteiras eram fixadas no chão, dispostas uma atrás da outra.



Figura 16³⁶ - Carteira Brasil

Fonte: Centro de Memória Institucional do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), disponível em: <http://cemiiserj.blogspot.com/2008/08/atas-dos-exames-de-prtica-escolar.html> acesso: 02/03/2009.

Michel Foucault argumenta que a idéia de alma, construída e veiculada pela igreja, é transformada em arma de manipulação dos corpos. O autor argumenta sobre alma e sua realidade assustadora, chamando a atenção dos escolares:

Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos – de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência (FOUCAULT, 1987, p. 28).

Pode-se dizer que os alunos nas escolas são “vigiados, treinados e corrigidos”, como bem coloca o autor. Acredita-se que o objeto em questão - a carteira escolar - por vezes ajuda a colocar em prática tais formas.

Outra questão assinalada pelo mesmo pensador (FOUCAULT, 1987, p. 121), quando dissertou sobre os quartéis, é das técnicas de “distribuição dos indivíduos no espaço”:

O princípio da localização imediata ou do *quadriculamento*. Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Evitar as distribuições por

³⁶ Carteira “Brasil”: mobiliário “fabricado em estrutura de ferro fundido, tendo os componentes de tampo, assento e encosto em madeira maciça. Foi, sem dúvida, o mobiliário de maior duração, não só pela qualidade e resistência do material empregado, mas também pelo que representou na afirmação da autoridade familiar, simbolizada na imagem do professor e da escola” (CUNHA & ESTEVES, 2001, p. 91).

grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir (id., p. 122).

Nesta técnica não se faz alusão à escola, nem mesmo à carteira escolar como objeto necessário a ser colocado nesse espaço “quadriculado”. Embora o autor tratasse de outro lugar, é possível utilizar a mesma descrição para identificar uma sala de aula em uma escola e seu mobiliário específico.

É muito semelhante o que ele escreve das fábricas e da área de trabalho delas. São os mesmos aspectos de uma sala de aula do método de ensino simultâneo, dentre eles, o da frontalização do ensino:

O térreo é reservado, essencialmente, à impressão em bloco; 132 mesas dispostas em duas fileiras ao longo da sala com 88 janelas (...). Percorrendo-se o corredor central da oficina, é possível realizar uma vigilância ao mesmo tempo geral e individual; constatar a presença, a aplicação do operário, a qualidade de seu trabalho; comparar os operários entre si, classificá-los segundo sua habilidade (FOUCAULT, 1987, p. 124).

Pode-se fazer uma analogia desta breve descrição com a organização da sala de aula: neste espaço, as carteiras já aparecem enfileiradas. Tem-se aí o sentido de vigiar e controlar as pessoas, exatamente como o faz o método de ensino simultâneo, no qual a frontalização é uma das características que possibilitaram a disciplina, o controle e principalmente o ensino de todos os alunos ao mesmo tempo. Pode-se afirmar, então, que as fábricas e as escolas têm muito em comum, “a disciplina, a arte de dispor em fila e a técnica para a transformação dos arranjos. Elas – as fábricas e as salas de aula - individualizam os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações” (FOUCAULT, 1987, p.125).

Maria Helena Camara Bastos (1999) salienta que no ensino mútuo os bancos serviram para disciplinar. Os castigos eram aplicados em ordem crescente, desde ficar em quarentena num banco até ser isolado em um gabinete durante a aula.

Ao aluno no ensino mútuo só é permitido agir mediante ordem. Ele deve submeter-se a um condicionamento destinado a torná-lo um cidadão dócil e obediente. “É a grande vítima da mecânica do ensino mútuo: está preso a um verdadeiro sistema militar” (BASTOS, 1999, p. 102).

Outra questão a que Foucault se refere é a disciplina das “classes” dos colégios jesuítas, em que, pouco a pouco:

Mas principalmente depois de 1762 – o espaço escolar se desdobra; a classe torna-se homogênea, ela agora só se compõe de elementos individuais que vêm se colocar uns ao lado dos outros sob olhares do mestre. A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios (FOUCAULT, 1987, p. 125-126).

Outro dado interessante que o autor ressalta são os lugares dos alunos na “organização de um espaço serial” na escola. A determinação dos lugares de cada um torna possível o controle e economiza o tempo de aprendizagem; o espaço escolar se torna uma “máquina de ensinar” (id., p. 126).

O corpo e o gesto, continua, devem ter uma correlação para que se tenha o controle disciplinar. O controle disciplinar “impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é sua condição de eficácia e de rapidez” (id., p.129-130).

Diante disso, o autor, citando Jean-Baptiste de La Salle, exemplifica o fazer para obter uma boa caligrafia. La Salle “supõe uma ginástica – uma rotina cujo rigoroso código abrange o corpo por inteiro, da ponta do pé à extremidade do indicador”. É curioso citar o trecho, pois o objeto carteira escolar concorre para o sucesso da ação:

Manter o corpo direito, um pouco voltado e solto do lado esquerdo, e algo inclinado para a frente, de maneira que, estando o cotovelo pousado na mesa, o queixo possa ser apoiado na mão, a menos que o alcance da vista não o permita; a perna esquerda deve ficar um pouco mais avançada que a direita, sob a mesa. Deve-se deixar uma distância de dois dedos entre o corpo e a mesa; pois não só se escreve com mais rapidez, mas nada é mais nocivo à saúde que contrair o hábito de apoiar o estômago contra a mesa; a parte do braço esquerdo, do cotovelo até à mão, deve ser colocada sobre a mesa. O braço direito deve estar afastado do corpo cerca de três dedos, e sair aproximadamente cinco dedos da mesa, sobre a qual deve apoiar ligeiramente. O mestre ensinará aos escolares a postura que estes devem manter ao escrever, e a corrigirá seja por sinal seja de outra maneira, quando dela se afastarem (LA SALLE, apud FOUCAULT, 1987, p. 130).

Percebe-se, no trecho transcrito, a preocupação excessiva sobre como cada aluno deveria se portar para ter uma boa caligrafia. A preocupação com a saúde também é evidente. A norma prescreve milimetricamente onde colocar cada braço, os cotovelos, revelando que não bastava ter um mobiliário adequado, mas a postura ao sentar nele deveria seguir tais regras (Figura 17). Também se evidencia que cabe ao professor vigiar a postura de seus

alunos, chamando a atenção quando necessário. Deste modo, pode-se dizer que “um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente” (FOUCAULT, 1987, p. 130).

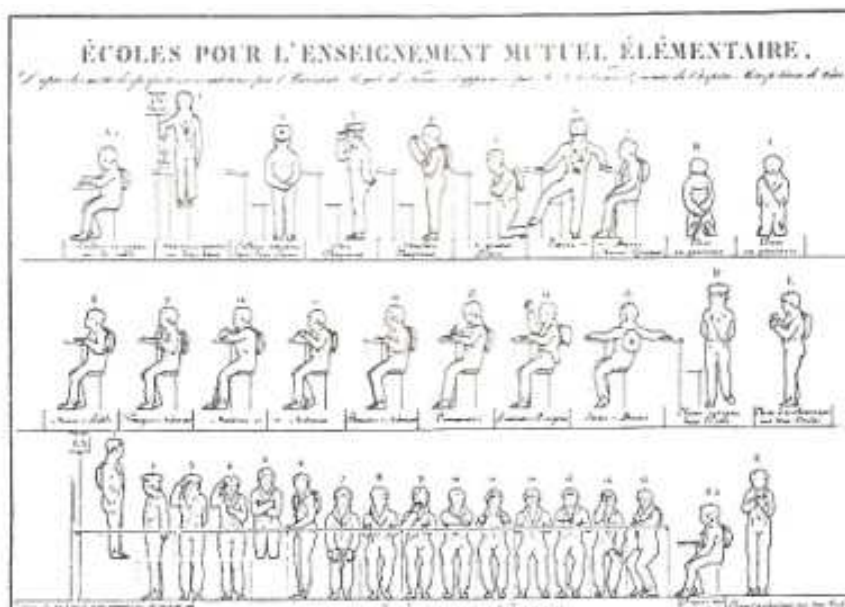


Figura 17 Comando sobre ensinar

Fonte: Livro Vigiar e Punir, Foucault, 1987, Figura 11.

A exemplo da disciplina do corpo, o Regimento Interno dos Grupos Escolares de Santa Catarina, decretado pela lei nº 967, de 1913, no artigo nº 331, estabelece como os professores e diretores devem zelar pela postura de seus alunos:

Art. 331. – Os directores e os professores deverão zelar constantemente pela boa posição dos allumns, pois, a questão da compostura e das atitudes, affecta também a saúde além de affectar a esthetica; para o que os directores e professores se esforçarão:

1. para evitar que os alunos descansem o peito sobre a mesa, dobrando o corpo para frente, para os lados ou para atrás, para o que, pouco a pouco, demonstrarão como os alumnos devem conservar-se na posição natural, descançando o corpo sobre o encosto do assento (REGIMENTO INTERNO DOS GRUPOS ESCOLARES, 1914, p. 88).

De acordo com os dados citados, os alunos, sentando-se corretamente nas carteiras escolares, possibilitariam uma melhora em sua saúde; sua sala de aula ficaria esteticamente “mais bonita e harmoniosa” e, principalmente, seu comportamento poderia ser controlado com maior rigor. De acordo com a autora, Julia Varela, isto só foi possível com a chegada das carteiras individuais, as quais seriam um dispositivo fundamental para disciplinar. Salienta mais:

Aos métodos de individualização característicos das instituições fechadas (quartéis, fábricas, hospitais, cárceres e manicômios) e que constituem a melhor arma de dissuasão contra qualquer tentativa de contestação dos que suportam o peso do poder, emerge no interior da escola, no preciso momento da sua institucionalização um dispositivo fundamental: a carteira ou classe escolar. A invenção da carteira em frente ao banco supõe uma distância física e simbólica entre os alunos e o grupo, e, portanto, uma vitória sobre a indisciplina. Este artefato destinado ao isolamento, imobilidade corporal, rigidez e máxima individualização permitirá a emergência de técnicas complementares destinadas a multiplicar a submissão do aluno (VARELA, 1992, p. 92).

Para esta autora, a troca da mesa-banco por carteiras escolares individuais nas salas de aula possibilitou uma rigorosa disciplina e distanciamento entre os alunos. Na mesa-banco, as trocas com o colega que sentava ao lado eram constantes; podia-se trocar uma risada, um lápis ou até algumas “colas” nas provas.

Foucault menciona um assunto curioso - os castigos -, que eram impostos aos indisciplinados ou de alguma forma não se adequavam às regras estabelecidas, tanto nas fábricas, nas oficinas, no exército quanto nas escolas. Exemplificando, o autor cita as escolas cristãs:

As crianças das escolas cristãs nunca devem ser colocadas numa “lição” de que ainda não são capazes, pois estariam correndo o perigo de não poder aprender nada; entretanto a duração de cada estágio é fixada de maneira regulamentar e quem, no fim de três meses, não houver passado para a ordem superior deve ser colocado, bem em evidência, no banco dos “ignorantes” (FOUCAULT, 1987, p. 150).

Percebe-se aqui outra função para as carteiras escolares: servir de local de castigo, colocar em destaque um aluno, servindo como exemplo, sentar no “banco dos ignorantes”. O autor não indica onde ficava tal objeto, mas pode-se deduzir que ficava em lugar onde “todos” podiam ver.

Tudo isso enfatiza a importância das carteiras escolares na vida dos alunos. No estado de Santa Catarina, este objeto proporcionou, desde o Império, sensações distintas aos que nele sentavam, desde coação, disciplinamento, imobilidade, até proteção, cuidado e atenção.

2.2. A HIGIENE NA ESCOLA PRIMÁRIA DE SANTA CATARINA

*Bancs d'école:
Aujourd', quiconque s'intéresse à l'instruction populaire,
sait qu'il existe une question de bancs d'école,
qui a bien son importance,
par l'influence qu'elle exerce
sur le développement des facultés de l'enfant.³⁷
(BUISSON, apud POMPÉE, 1879, p. 1-2)*

Como tem sido indicado até aqui, uma das funções das carteiras escolares seria possibilitar uma maior disciplina entre os alunos; outra função seria a higienização dos corpos.

Entende-se que a higiene escolar é um preceito que, desde os fins do século XIX, busca evitar a transmissão de doenças, prevenir problemas na coluna e até mesmo de visão (miopia), além de possibilitar uma postura correta, aliada a conforto e bem-estar do aluno.

Para ilustrar a falta de higiene e conforto dos alunos, observa-se o mobiliário da figura 18³⁸. Pode-se afirmar que as preocupações com o bem-estar (acomodação e cuidado com a transmissão de doenças) não foram contempladas nesta classe, pois há alunos assistindo à aula em pé. Na ilustração, um há que está levemente abaixado; alguns sentam-se muito próximos, enquanto outros não têm onde apoiar os livros.

Para evitar tais problemas, a construção arquitetônica, a compra e a distribuição crescente de materiais escolares serviram tanto para responder aos ditames da higiene, regulando espaços coletivos e individuais, quanto à racionalização do ensino e à disseminação dos métodos simultâneo e intuitivo.

³⁷ *Bancos Escolares: Hoje, qualquer pessoa interessada em educação popular sabe que há uma questão para a escola, que tem sua importância, por sua influência no desenvolvimento das faculdades da criança.*

³⁸ Iconografia que representa uma classe, retirada “de uma de las primeras enciclopédias publicadas en España: *La Escuela de Instrucción Primaria*, 1850” (ESTEBAN, 1997, p. 316). (Retirada de uma das primeiras enciclopédias publicadas na Espanha: *A Escola de Ensino Primário*, 1850.)



Figura 18 - Falta de conforto

Fonte: ESTEBAN, León (1997). *Las academizaciones de la escrita – Modelos e instrumentos para aprender a escribir en la España del siglo XIX y comienzos del XX* (p. 316).

Segundo Adrian Forty:

A partir da década de 1890, em quase toda a Europa e América foram tomadas medidas para melhorar os hábitos de higiene. A pressão pela reforma era fortemente de classe média, vindo de profissionais liberais e reformistas sociais. A atenção deles penetrou em muitos setores da vida, do vestuário aos métodos de tirar pó, do problema do alcoolismo à alimentação de bebês, das práticas sexuais ao design das moradias; lar, loja, fábrica, escola, vagões de trem e ruas, tudo recebeu atenção meticulosa (FORTY, 2007, p. 219).

Devem-se relativizar as informações do autor citado, pois se sabe que em muitos lugares da Europa e da América se levou muito tempo para tomar medidas de higiene. É interessante perceber que, neste período, as escolas foram não só foco de preocupação. Foi uma época em que nelas também se começou a ensinar sobre higiene (FORTY, 2007).

Maria de Fátima Machado registra que em Portugal os higienistas escolares do início do século XX chamavam a atenção para os problemas que as escolas causavam na saúde dos alunos: “A escola é uma fábrica de míopes e corcovados” (MACHADO, 2004, p. 173). Eles afirmavam que um dos motivos para o desenvolvimento da miopia nos alunos seria um mobiliário não adaptado à estatura, sugerindo carteiras escolares (Figuras 19 e 20) com aparelhos colocados nas testas dos alunos para que eles não chegassem perto demais dos cadernos ou livros.

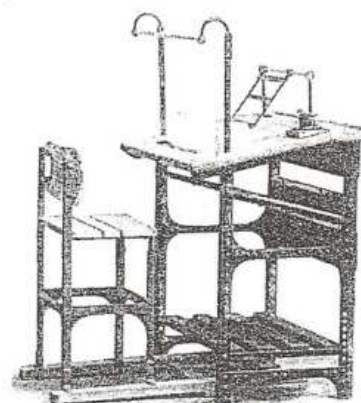
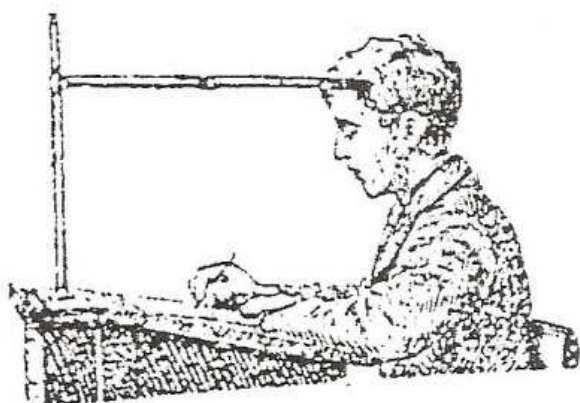


Figura 19 - Aparelho contra miopia Figura 20 - Carteira prevenção de miopia

Fonte: Dissertação *Maneiras de Sentar*. (MACHADO, 2004 p. 171 e 176)

O surgimento dos movimentos higienistas no século XIX tornava a escola um lugar privilegiado de intervenção e tinha como expectativa resolver os enormes problemas de higiene pública decorrentes do aumento da população nas cidades. O meio escolar começou a ser observado do ponto de vista das patologias e com isso começou a ser encarado como um espaço de prevenção, de saúde física e moral, que deveria sofrer intervenção (MACHADO, 2004).

Jurandir Freire Costa (2004, p. 181) informa que no Brasil não foi diferente. “A higiene propôs-se a suprir as deficiências políticas dos diretores, ditando as regras de formação do corpo sadio do adulto e da consciência nacionalista. O enquadramento disciplinar das crianças teve seu horizonte, nesta sociedade, ordenado conforme as aspirações dos médicos”.

Nas figura 21 e 22, observa-se que uma das preocupações seria a da postura do aluno na carteira escolar. Na figura 21, o aluno escreve todo recostado; a cadeira não tem encosto, o que facilita a coluna ficar torta, “posición viciosa que debe evitarse al escribir, al producir defectos en la visión y órganos vitales”³⁹ (ESTEBAN, 1997, p. 330). Já na imagem 22, o mobiliário ajuda para deixar a coluna reta; a mesa levanta até o ângulo, onde se pode ler e escrever sem ter que dobrar a coluna, “posición que debe guardar el niño al escribir”⁴⁰ (id., p. 331).

Em 1879, na França, César Pompée (1879, p. 5) chamava a atenção para os prejuízos causados pelos bancos sem encosto, como “la pression des fausses côtes sur les organes

³⁹ Trecho publicado no *Compendio de Antropologia y Pedagogia* de Muñoz Díaz, em 1911. (*Posições viciosas devem ser evitadas quando escrever, produzem defeitos na visão e nos órgãos vitais.*)

⁴⁰ Trecho publicado no *Tratado de Higiene escolar*, de Alcântara García, em 1886. (*Posição que a criança deve ter ao escrever*).

digestifs, la compression des organes de la poitrine, les congestions qui se manifestent par l'hémorragie nasale”⁴¹, afora sérios danos à coluna. O autor informava ainda que os médicos tinham detectado esse problema em muitos alunos.



Figura 21 - Coluna torta

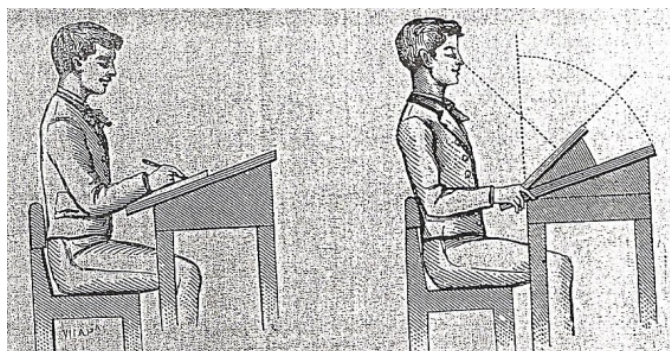


Figura 22 - Coluna reta

Fonte: Texto: ESTEBAN, León (1997). Las academizaciones de la escrita – Modelos e instrumentos para aprender a escribir en la España del siglo XIX y comienzos del XX (pp. 330-331).

Outra questão levantada por César Pompée (1879), ocasionada pelos bancos sem encosto, seria a inquietação dos alunos; por ser difícil e desconfortável ficar muito tempo na mesma posição, os alunos se mexiam constantemente, fazendo com que os professores chamassem a atenção por mau comportamento (Interessante perceber, como já foi citado anteriormente, que as carteiras escolares – sendo elas confortáveis ou não – são objetos também ligados à disciplina dos alunos).

A título de curiosidade, observa-se, na figura 23, como foram pensadas as carteiras escolares para a creche. O Dr. Louis Dufestel (1909) assegura que esse modelo italiano fazia sucesso, pois as crianças poderiam tirar na própria carteira uma soneca como faziam quando estavam em sua família, enquanto o colega do lado podia brincar⁴².

⁴¹ Pressiona os órgãos digestivos, comprimindo os órgãos do tórax, podendo manifestar hemorragia nasal.

⁴² Le banc scolaire italien du professeur Giuseppe Pezzarossa nous paraît réaliser le désir de Madame l'Inspectrice Kergomard qui demande que l'enfant puisse faire sa sieste à l'école comme il la fait dans la famille (Fig. 46).

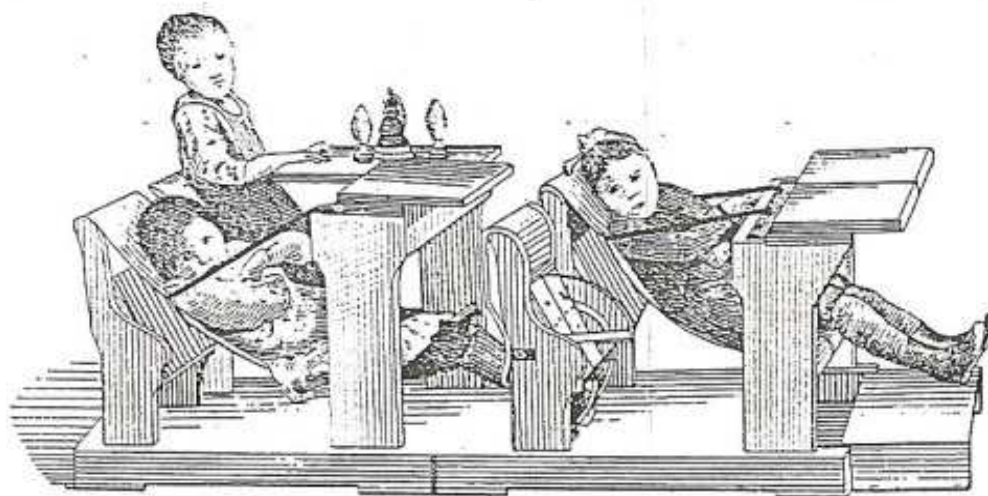


Figura 23 - Carteira escolar para creche
Fonte: DUFESTEL, Dr. L. Hygiène Scolaire. 1909, p. 94.

Depois de tais análises, pode-se afirmar que a preocupação com os alunos quanto aos padrões de normalidade física e disciplinar se refletiu diretamente nas carteiras escolares. Segundo Maria de Fátima Machado (2004, p. 9), “quando o Estado chama a si não só a incumbência de escolarizar o indivíduo, mas também de o governar, o controle social faz-se através de normas de regulação, de padrões de normalidade física, sociais e morais”.

No início do século XVIII, na França, já havia preocupação com a adaptação dos alunos em seus assentos. De acordo com Adrian Forty (2007, p. 231), discussões sobre a importância do mobiliário adequado ao tamanho do aluno “contribuiriam para a boa postura e para o desenvolvimento físico saudável, enquanto outros teriam o efeito oposto”.

A sexualidade dos alunos também era preocupação dos médicos higienistas brasileiros no final do século XIX. Conforme Jurandir Freire Costa (2004, pp. 187-188), a masturbação era vista “como um perigo avassalador para a saúde física, moral e intelectual dos jovens”. Portanto, o isolamento e o marasmo deveriam ser evitados. As carteiras escolares também foram alvo da preocupação de se evitar tal comportamento: “A forma dos bancos nas salas de aulas também deveria adaptar-se ao porte dos alunos, a fim de evitar compressão dos genitais ou o contato físico entre eles” (id.ibid.).

As carteiras americanas (Figura 24) de 1850 também foram pensadas para não comprimir os órgãos dos alunos - neste caso, porém, são os músculos das coxas. A preocupação principal era com a saúde; por isso elas deveriam ser de diversos tamanhos, possibilitando que os alunos descansassem seus pés no chão (FORTY, 2007).

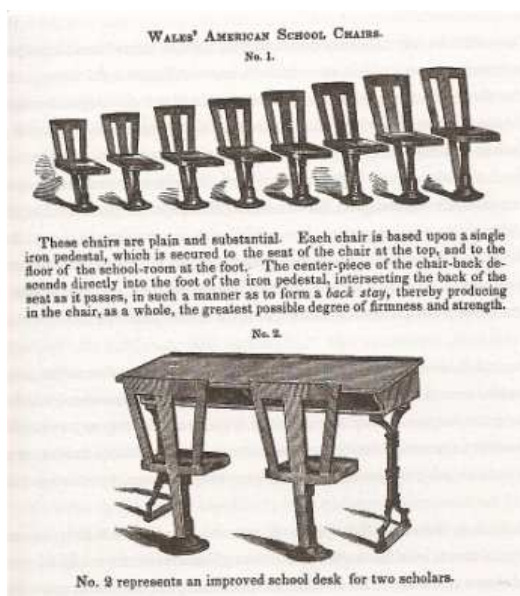


Figura 24 - Carteiras Americanas

Fonte: Livro: *Objetos de Desejo, design e sociedade desde 1750* (FORTY, 2007, p. 231).

Na legislação de Santa Catarina, a preocupação com diversos tamanhos de carteiras aparece em 1892, através de uma especificação detalhada sobre bancos e mesas (comprimento e largura). As dimensões do mobiliário são definidas em acordo com as idades dos alunos, conforme exemplificado na tabela abaixo.

Tabela 2 - Dimensões do mobiliário

IDADES	BANCOS		MESAS	
	ALTURA	LARGURA	ALTURA	LARGURA
De 6 a 7 annos	28 a 32 cent.	24 a 25 cent.	56 a 59 cent.	30 a 33 cent.
De 8 a 9 annos	32 a 34 cent.	25 a 27 cent.	59 a 62 cent.	33 a 36 cent.
De 10 a 11 annos	34 a 36 cent.	27 a 28 cent.	62 a 64 cent.	36 a 38 cent.

Fonte: Partes copiadas pela pesquisadora. Tabela encontrada no Regimento Interno para Escolas Públicas de Instrução Primária, 1892, p. 2, já citada anteriormente. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Pode-se afirmar que as carteiras catarinenses estavam em sintonia com as americanas, ficando claro que no estado havia preocupação também com a saúde dos alunos de suas escolas. Para cada dois anos de idade, a altura e a largura dos bancos e das mesas aumentavam, possibilitando um maior conforto.

De acordo com Maria de Fátima Machado (2004, p. 142-143), o dr. Louis Dufestel foi uma das figuras que, no início do século XX, na França, mais se destacaram em trabalhos sobre a higiene escolar. Na opinião de Dufestel, quem deveria estudar o mobiliário escolar

seriam o médico e o higienista. Eles “deveriam intervir cientificamente na sua construção e exigir que a carteira respondesse às necessidades fisiológicas do aluno”.

No trecho a seguir, mostra-se o que era levado em consideração para estipular as medidas para as carteiras em Portugal:

A altura total da criança; a altura da perna até ao joelho; a largura do tronco da criança medida no peito; o comprimento do fêmur e que representava a perpendicularidade do assento; a altura da região epigástrica medida com o aluno sentado em ângulo reto e que aumentado em alguns centímetros indicava a altura da mesa ao assento (MACHADO, 2004, p. 142).

Além destas medidas, tidas como indispensáveis devido ao crescimento rápido das crianças, era ainda importante que elas fossem medidas no início de cada semestre para que, se necessário, se trocassem as carteiras, de modo que cada aluno utilizasse sempre a que lhe fosse mais adequada (op. cit., ibid.). Não se sabe ao certo se eram esses os elementos levados em consideração pela legislação de Santa Catarina; pode-se, porém, afirmar que de certa forma, de acordo com a tabela 2 indicada anteriormente, estava em sintonia com esses preceitos.

Ao analisar a documentação sobre mobiliário escolar - legislação, relatórios, registros - referente a Santa Catarina, no intuito de trazer para este trabalho o maior número de fontes, levou-se em consideração a idéia de António Nóvoa:

A questão principal que se pode colocar a qualquer texto é, de fato, a sua relação sintomática, crítica e potencialmente transformadora com seus vários contextos de produção e de recepção. Os textos são, simultaneamente, acontecimentos históricos por si próprios e uma base fundamental para a reconstrução dos outros acontecimentos (NÓVOA, 1998, p. 42).

Na perspectiva aqui adotada, é importante considerar os aspectos sugeridos pelo autor citado ao analisar um texto como o encontrado no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina⁴³, datado do ano de 1916, do inspetor escolar José Duarte de Magalhães e endereçado ao secretário geral dos Negócios do Estado de Santa Catarina, denominado: *Relatório de Inspeção a 25 Escolas Isoladas* (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1916, p. 8)

O inspetor descreve, nesse texto, as escolas, o andamento do trabalho pedagógico, a quantidade de alunos, os nomes das escolas e dos professores, os materiais disponíveis e os

⁴³ Órgão criado pela Lei nº 2.378, com o objetivo de recolher, preservar e divulgar o Patrimônio Documental gerado pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

que estavam faltando. Ele também descreve a quantidade de carteiras escolares, dando a entender que representavam o contingente de alunos de uma escola e a expansão da matrícula, mas isso poderia não ser verdade, pois se sabe que as visitas dos inspetores às escolas aumentavam as presenças de alunos, sendo comum a convocação de todos os matriculados naquele dia.

Ao escrever sobre a Escola Isolada José Mendes, da Capital do Estado, que tinha como professora d. Carlota Cordeiro da Luz, do 3º ano primário, 32 crianças, o inspetor revela os materiais que a escola possuía: “7 classes com os respectivos bancos, 2 cadeiras, 1 meza, 1 quadro negro, 2 mappas, sendo 1 do Estado e 1 do Brazil, tudo em bom estado” (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1916, p. 9). Observa-se que, ao invés de escrever carteiras escolares, coloca “classes”. Vale ressaltar que as carteiras escolares já tiveram outro nome - “classes com os respectivos bancos” - como também se alterou a quantidade de alunos que estas abrigavam.

O relatório demonstra ainda os materiais que estão faltando: “Nota: Falta um relógio, um quadro de Parker, um estrado para meza da Professora e principalmente, uma bandeira do Estado, que muito contribuirá sem dúvida para que se infiltrem no animo das crianças os verdadeiros sentimentos da pátria” (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1916, p. 9). Observe-se que quando nomeou os materiais que faltavam na escola, o inspetor não solicitou mais “classes”. Assim fica claro que o número de carteiras era suficiente. As carteiras para cinco alunos anunciadas na legislação de 1892 provavelmente estariam presentes na sala de aula de d. Carlota Cordeiro da Luz.

Pode-se trazer aqui uma passagem escrita por Clarice Nunes, na qual descreve uma escola na cidade de Salvador (Bahia), no início do século XX. Ela salienta como era precária a materialidade das escolas: os alunos escreviam deitados no chão.

O professor custeava com seus próprios vencimentos o aluguel da sala ou do prédio. Não havia mobiliário escolar. Cabia aos alunos levarem para a casa da professora as cadeiras e mesas, mas a pobreza os impedia. O máximo que se permitia era o improvisado em barricas, caixões, pequenos bancos de tábua, tripeças estreitas e mal equilibradas, cadeiras encouradas ou tecidas a junco. Comum mesmo era os alunos escreverem no chão, estirados de bruços sobre papéis de jornal, ou então fazerem seus exercícios de joelhos ao redor de bancos ou à volta das cadeiras. (NUNES, 2003, p. 377)

Contrastando com esta realidade, têm-se referências de que as carteiras escolares foram pensadas e planejadas em diversos modelos, como, por exemplo, o modelo idealizado

pelo construtor M. Esnault-Pelterie (Figura 25), desenvolvido entre 1890-1900 na França: o modelo regulável.

A carteira assentava no chão através de um pedestal em madeira com um sulco, do qual saíam dois tubos no interior dos quais estavam dois outros tubos que serviam de suporte à mesa e à cadeira. Regulavam-se em altura através de uma manivela operada pelo professor, o que permite adaptar o mobiliário à medida de cada aluno (MACHADO, 2004, p. 290).



Figura 25 Modelo Regulável

Fonte: Dissertação *Maneiras de Sentar* (MACHADO, 2004 p. 290).

Maria de Fátima Machado informa que modelos com tecnologias diferenciadas tinham custo alto para os cofres públicos de Portugal e, geralmente, não eram comprados, mas isto não impediu que fossem desenvolvidos. Modelos como este sugerem que se deve ter cuidado ao falar de inovação na educação. A indicação acima revela que no início do século XX já se tinha pensado em um instrumento capaz de ajustar as carteiras escolares ao corpo das crianças.

Embora em Santa Catarina não tenham sido encontrados registros de carteiras reguláveis no período pesquisado, percebeu-se a importância de trazer informações sobre os tais modelos encontrados em outros lugares do mundo no mesmo período, pelo que poderiam contribuir em termos de conforto e higiene para os alunos.

III. AS CARTEIRAS: ENTRE O QUE JÁ EXISTE E A NOVIDADE

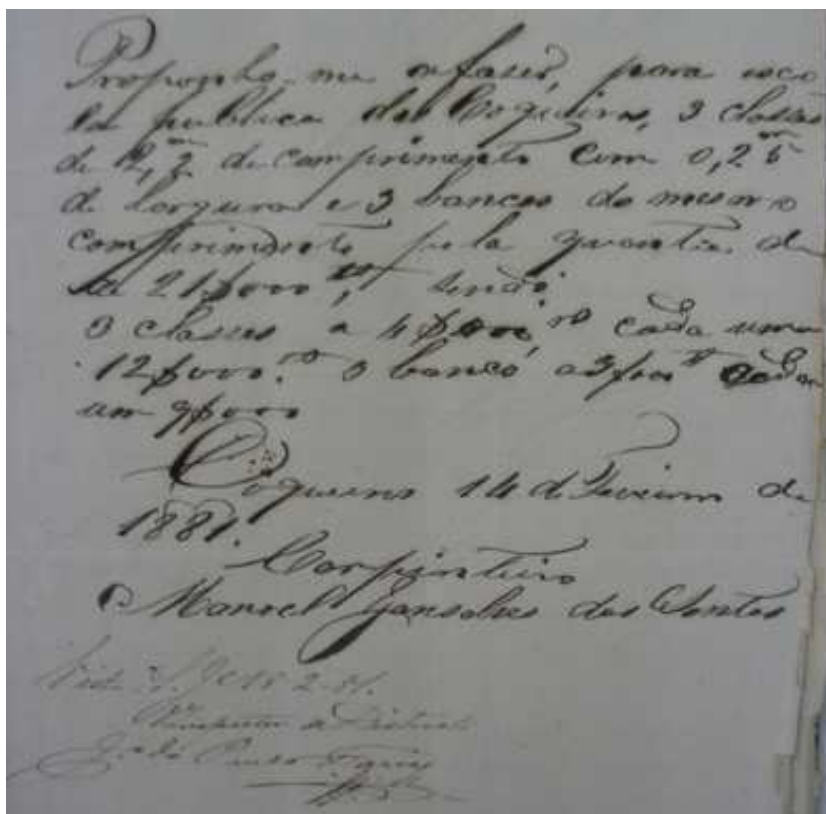


Figura 26 - Carta do Carpinteiro⁴⁴

Fonte: Foto de Marília Petry. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. SC. Ofícios da Directoria de Instrução Pública para o Presidente da Província, 1881 – janeiro a junho. Florianópolis: Sn.

Apesar da dificuldade de ler o que está escrito na figura 26, achou-se interessante trazê-la para o corpo do trabalho por se tratar de uma carta possivelmente “escrita” (não se tem certeza, mas ela está assim “assinada”) pelo carpinteiro Manoel Gonsalves dos Santos. Nela ele propõe fazer para a escola pública de Coqueiros: 3 classes de 2,2m de comprimento com 0,23 (ou 25) de largura e 3 bancos do mesmo comprimento, pela quantia de 21 mil réis no ano de 1881.

⁴⁴ Proponho-me a fazer para a escola pública de Coqueiros, 3 classes de 2,2m de comprimento, com 0,25 m de largura e 3 bancos do mesmo comprimento, pela quantia de 21 mil réis sendo: as classes a 4 mil réis cada uma, 12 mil réis. O banco, 3 mil réis cada um, 9 mil réis. Coqueiros, 14 de fevereiro de 1881. Carpinteiro: Manoel Gonçalves dos Santos.

São importantes as questões e os detalhes que a fonte fornece. Questões: será que o carpinteiro teria essa letra bonita na época em que foi escrito o documento? Quem poderia ter escrito essa carta? A professora da escola que estava necessitando de mobiliário? Uma filha ou um filho que faria papel de assistente?

E o comprimento das mesas e dos bancos? De fato eram compridos, permitindo que mais de cinco crianças pudessem sentar. Nessa época, a legislação ainda não regulamentava como deveria ser o mobiliário das escolas, pois é somente em 1892, como já foi visto anteriormente, que se prescreve como ele deverá ser.

A escola referida pelo carpinteiro, localizada em Coqueiros (bairro que fica na parte continental do município de Florianópolis), era, como muitas outras, uma escola isolada, na maioria das vezes com diversas necessidades e com péssimos ou raros mobiliários. Situação bem diferente da dos grupos escolares, cuja primeira geração foi inaugurada em Santa Catarina na primeira década do século passado. Bem aquinhoados em termos arquitetônicos e em toda a estrutura material, eles se enquadram na idéia de *Templos de Civilização*, cunhada por Rosa Fátima de Souza (1998). Neles estão os exemplos de como deveria ser o mobiliário escolar. Parte deste mobiliário foi conhecida e talvez comercializada nas Exposições Internacionais. Como se pode ver no subitem a seguir, ambos – templos e exposições - tiveram grande influência na educação brasileira.

3.1 GRUPOS ESCOLARES: MATERIALIDADE DIFERENCIADA

*E' evidente que considerar-se-á em situação inferior
na distribuição do ensino pelo Estado,
o aluno que não conseguir matricula no grupo escolar,
onde, pelas próprias condições de instalações
e selecção dos professores,
é evidente que melhor do que nas escolas isoladas,
serão observadas as regras da moderna pedagogia.
(RELATÓRIO DO TENENTE-CNEL.
CAETANO VIEIRA DA COSTA, 1912, p. 63)*

A primeira pergunta é a respeito do mobiliário dos primeiros grupos escolares de Santa Catarina. Não se pretende descrevê-los nem analisá-los, mas identificar sua materialidade. De acordo com Gladys Teive, os grupos escolares eram assim caracterizados:

Belos prédios, construídos segundo os modernos preceitos de médico-higienistas, carteiras individuais de tipo *chandlers*, importadas dos Estados Unidos, alfabetização segundo o método analítico ou da palavração, ensino

graduado e racionalizado, classes divididas por idade, sexo e grau de adiantamento das crianças, progressão nos graus de ensino por avaliação na forma de exame no final do ano letivo (TEIVE, 2008, p. 47).

Pela descrição, esses belos prédios foram equipados com o que havia de melhor, seguindo preceitos médicos e recebendo carteiras de outro país. A diferença de sua materialidade com relação a outras instituições de ensino da época deveria ser sentida pela comunidade, pois, até então, os relatórios de inspetores destacavam a precariedade em que se encontrava o ensino.

O modelo de carteiras individuais *tipo Chandlers* (Figura 27), descrito por Gladys Teive, foi encontrado na dissertação de Maria de Fátima Machado (2004). Consideramos o dado importante, já que foi encontrado também em outras fontes bibliográficas, como o livro de Carlos Monarcha (1999, p. 193) sobre a Escola Normal da Praça em São Paulo. O autor também cita o mobiliário “Chandlers” quando descreve o pavimento onde funcionavam os cursos preliminares e complementares: “As salas têm capacidade para 45 alunos e estão montadas com o maior esmero e rigor pedagógico. Dispõem elas de bancos, carteiras, isolados, sistema americano Chandlers, mapas murais e quadros para o ensino intuitivo de Deyrolle e Mm. Carpentier”.



Figura 27 Carteiras escolares *Chandlers*

Fonte: Dissertação Maneiras de Sentar (MACHADO 2004 p. 294).

Segundo o relatório do tenente-cnel. Caetano Vieira da Costa (secretário geral) de 1912, os grupos escolares de Santa Catarina receberam outras carteiras, porém também

individuais. Por exemplo, no Grupo Escolar *Conselheiro Mafra*, situado em Joinville e inaugurado em 1911, o secretário diz que “todas as classes estão providas de carteiras individuais “Triumph”, importadas da América do Norte” (RELATÓRIO DO TENENETE-CNEL. CAETANO VIEIRA DA COSTA, 1912, p. 61). Naquele momento, os Estados Unidos da América eram um grande produtor e exportador de carteiras escolares para o Brasil.

Nesse mesmo relatório, o inspetor afirma que o Grupo Escolar Lauro Muller, inaugurado em Florianópolis em 1912, também recebeu a mesma mobília.⁴⁵

As carteiras escolares adquirem um papel importante sob a égide da Pedagogia Moderna e os grupos escolares, que funcionaram como vitrines, deveriam abrigar os utensílios esteticamente mais belos, diferentemente das escolas isoladas. Vera Gaspar da Silva observa, ao falar sobre estas instituições em Santa Catarina:

Sua localização geográfica oferece indicativos de que estes não atendiam a um conjunto alargado da população, mas serviam como símbolos importantes que demarcavam um ideal de escola que prometia o alcance do progresso, a modernidade, a redenção. Quem sentasse em seus bancos teria um lugar “assegurado” na tessitura social. (GASPAR DA SILVA, 2006, p. 345)

Salienta, ainda, que “não é de estranhar que a elite política e administrativa do estado catarinense tenha sentado nos bancos dos grupos escolares” (id., p. 345). Fica claro por estas referências que esta escola não era para todos; eram outras as que freqüentavam os mais empobrecidos.

A mesma autora destaca, além disso, a diferença entre os utensílios utilizados nos grupos escolares e nas demais escolas: era um “conjunto de recursos didático-pedagógicos que se distinguiam daqueles disponibilizados ao conjunto mais alargado da população que freqüentava as outras escolas públicas” (op.cit., p. 346).

Rosa Fátima de Souza (1998) já anunciava este tipo de situação em 1998, tendo por base o estudo sobre os grupos escolares de São Paulo, também criados no início do século XX. Segundo a autora, as carteiras escolares novas e envernizadas poderiam favorecer para que se tivesse um ambiente com ar “sugestivo” de aprendizagem e também de excelente impressão.

Sobre “condições ideais de ar, luz, mobiliário e postura dos alunos” nos primeiros grupos escolares, complementa:

⁴⁵ Apesar de investigações realizadas, não foi encontrado nenhum exemplar dessas carteiras; nem fotos.

Toda a projeção do lugar visava à concentração, à imersão nos estudos e nas tarefas escolares. As grandes janelas que permitiam a invasão da luz na sala de aula “obscureciam” o ambiente externo, o jardim, a calçada, a rua, a cidade. Vemos assim como um critério de adequação arquitetônica corresponde às necessidades disciplinares. A disposição retangular da sala de aula facilita a concentração da atenção dos alunos em uma das extremidades, isto é, onde fica o professor e o quadro-negro. Facilita ainda a visualização e a disposição das **carteiras, o mais importante móvel escolar**. (SOUZA, 1998, p. 139, grifo nosso)

Marcus Levy Bencostta (2005), ao pesquisar sobre grupos escolares em Curitiba, fala da promessa de redução de gastos para os cofres públicos com a construção desses prédios, uma vez que se reuniam diversas escolas primárias em um só prédio, o que caracterizava menos despesa para a administração pública, não sendo mais preciso alugar várias casas. Outra vantagem seriam as “condições exigidas pela higiene” que ofereciam. O autor acrescenta, a respeito do investimento dos poderes públicos de Curitiba no Grupo Escolar *Xavier da Silva*, que este deveria ser “alegre e empolgante”, o que justificava a aplicação de recursos desde a contratação “de seus professores até a aquisição de moderno mobiliário, quadros, mostradores” (id., p. 112).

Luciano Mendes Faria Filho, em sua obra *Dos pardieiros aos Palácios*, afirma que os grupos escolares do centro da capital do estado de Minas Gerais estavam bem equipados no que se refere ao mobiliário escolar e às instalações. Careciam somente de materiais didáticos e de consumo; em compensação, os que se localizavam no interior do estado e as escolas isoladas não dispunham sequer de instalações sanitárias, como ele mesmo relata:

As atenções recaem sobre as precárias condições das salas de aula (pequenas e mal iluminadas), na falta de acomodação (bancos, cadeiras e mesas) para todos os alunos, na ausência de pátios adequados e devidamente separados para meninos e meninas, precariedade ou ausência das instalações sanitárias e hidráulicas (FARIA FILHO, 2000, p. 146).

Gisele de Souza (2006), referindo-se aos grupos escolares paranaenses, enfatiza o mobiliário escolar no projeto de remodelação da instrução pública e destaca que as temáticas do espaço e da mobília escolar formavam elementos centrais do debate sobre a constituição de uma forma e cultura escolar propriamente republicana do século XX.

As carteiras escolares, portanto, não poderiam passar despercebidas para quem nelas sentavam. Pode-se afirmar, ao analisá-las, que trazem marcas e maneiras de ver a história das instituições escolares. Assim o assinala Diana Gonçalves Vidal: “Esses objetos e muitos

outros, individuais e coletivos, necessários ao funcionamento da aula, trazem as marcas da modelação das práticas escolares, quando observados na sua regularidade” (VIDAL, 2005, p. 65). A maneira como são feitas as carteiras, todas torneadas em madeira, por exemplo, é um indicativo do período em que foram usadas e fabricadas.

É preciso entender que ao longo da história existiram diversas formas de se conceber o espaço onde o aluno seria ensinado. AntonioViñao Frago informa:

Não que qualquer lugar seja válido, mas que há espaços – o lar, a ágora, as ruas, o jardim, a natureza, o museu, a fábrica – que num determinado momento são mais adequados do que outros ou que são aconselhados como lugares de ensino a fim de, quase sempre, abrir ao exterior a instituição escolar (FRAGO, 2001, p. 66).

Exemplifica uma modalidade de espaço para se dar uma aula:



Figura 28 - Escola árabe

Fonte: Livro Currículo, espaço e subjetividade (FRAGO 2001, p. 68).

O mestre, conforme aparece na foto, está dando aula sem que haja carteiras para os alunos⁴⁶. Quanto ao formato das salas de aula tradicionais⁴⁷, fechadas, escreve o autor, “a solução tradicional é conhecida: a sala de aula é um compartimento em geral retangular, fechado, no qual a única abertura permitida – ao olhar exterior e por razões de vigilância,

⁴⁶ Percebe-se na figura 28 que se trata de uma escola árabe, ponto sobre o qual não trataremos no presente trabalho, mas fica o registro de formas diferentes de educação sem as carteiras escolares.

⁴⁷ Termo utilizado por Frago (2001, p. 117).

iluminação ou higiene – é o visor envidraçado na porta ou janelão exterior” (FRAGO, 2001, p. 117).

Outras curiosas tentativas em fazer diferente dentro da sala de aula seriam “as tentativas de romper com tal isolamento, criando espaços abertos e flexíveis que permitam formar grupos de diferentes tamanhos, heterogêneos, móveis e não dispostos sempre de acordo com o tradicional modelo e de ensino frontal” (FRAGO, 2001, 117).

O autor traz figuras interessantes a respeito desses modelos; por exemplo, as figuras 29 e 30:



Figura 29 - Mesa para grupo de alunos
Fonte: Livro Currículo, espaço e subjetividade. Viñao Frago (2001, p. 122)



Figura 30 - Modelos flexíveis
Fonte: Livro Currículo, espaço e subjetividade. Viñao Frago (2001, p. 122)

Antonio Viñao Frago pondera a respeito do ambiente educativo – sala de aula – e também sobre as carteiras escolares, que ora servem para tornar o ensino fixo, mecânico e sem mobilidade, ora para diversificar, harmonizar e mobilizar:

[...] a questão final é se transformar em um espaço frio, mecânico ou em um espaço quente e vivo. Em um espaço dominado pela necessidade de ordem implacável e pelo ponto de vista fixo, ou em um espaço que, tendo em conta o aleatório e o ponto de vista móvel, seja antes possibilidade que limite.

Em um espaço, em suma, para educação, um âmbito que não pertence ao mundo da mecânica, mas ao mundo da biologia, ao mundo dos seres vivos (FRAGO, 2001, p. 139).

Elucida, no entanto, que é fundamental entender como os seres humanos, ao utilizarem as carteiras escolares em suas instituições, produzem cultura escolar, tanto para construírem

momentos agradáveis, harmoniosos e divertidos, quanto para momentos cansativos, com frontalidade excessiva e desagradável.

Conforme salienta Rosa Fátima de Souza (2007, p. 165), “embora tomemos quase sempre como um pressuposto natural, os artefatos materiais vinculam concepções pedagógicas, saberes, práticas e dimensões simbólicas do universo educacional constituindo um aspecto significativo da cultura escolar”.

Os grupos escolares foram instituições equipadas pelos mais sofisticados móveis, inclusive, como foi visto, importados dos Estados Unidos. Contudo, não havia somente estas instituições de ensino funcionando no período estudado. As escolas isoladas abrigavam a maioria da população. Fica, então, a pergunta para futuras pesquisas: quais as diferenças entre o mobiliário dos grupos escolares e o das escolas isoladas?

3.2 EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS: EM FOCO AS CARTEIRAS ESCOLARES

Durante a realização da pesquisa, percebeu-se grande influência no mobiliário escolar a partir das Exposições Universais. Apesar das poucas fontes a respeito da participação de Santa Catarina, a citação a seguir mostra que o estado investia nelas seus recursos.

Em 1909, o governador do estado de Santa Catarina, Vidal José de Oliveira Ramos, sancionou a seguinte lei: “É o poder executivo autorizado a tomar as providências necessárias à representação do Estado na exposição internacional a realizar-se na Itália em 1911, abrindo para isso os necessários créditos” (LEIS PROVINCIAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 1910 a 1912, p. 10, Centro de Memória da Assembléia Legislativa). Dado importante para nossa pesquisa, pois mostra que Santa Catarina despendeu recursos e pessoal para participar da exposição.

Segundo Moysés Kuhlmann Júnior (2001, p. 9), a primeira Exposição Universal aconteceu em Londres, no ano de 1851, mas somente na de 1862, também em Londres, é que a educação “ganhou espaço para figurar ao lado da exibição da produção industrial e artística e da demonstração de novidades tecnológicas”. Em 1909, portanto quarenta anos depois, é que se encontra referência de que Santa Catarina participou das exposições.

Em 1876, aconteceu em Bruxelas, na Bélgica, a Exposição Internacional de Higiene. De Bagnaux, ao falar em sua conferência sobre mobiliário escolar, especificamente sobre (table-

banc) mesa-banco, comparou cinco modelos sugeridos pela exposição. Eles podem ser visualizados nas figuras abaixo:

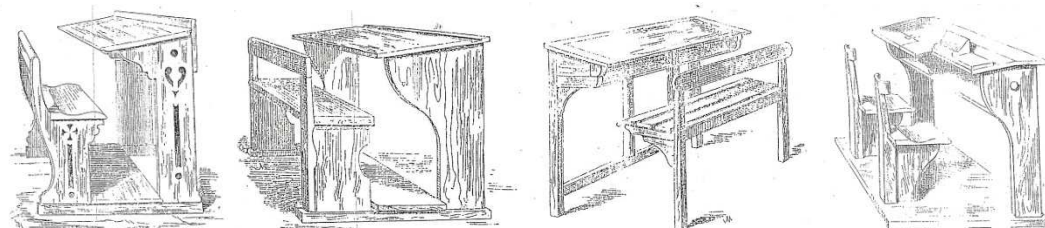


Figura 31 - Bélgica Figura 32 - Luxemburgo Figura 33 - Paris Figura 34 - Alsácia
 Fonte: DE BAGNAUX, J (1879). *Conférence sur le mobilier de classe, le matériel d'enseignement et les musées scolaires*, faite aux instituteurs delegues à l'Exposition Universelle, p.9.

Para De Bagnaux (1879), embora os modelos sejam de lugares distintos, há certa semelhança entre eles. Todos estão fixados no chão. Na figura 31, o modelo seria para um aluno; já no da figura 34, as crianças dividem só a mesa, pois sentam-se sozinhas. As imagens 32 e 33 teriam poucas diferenças, porém, para o autor a preocupação principal é com o tamanho correto para cada aluno, pois, caso não haja essa preocupação “mathématique”, todos os modelos vão ser prejudiciais à saúde dos alunos.

Interessante perceber os variados modelos trazidos da exposição de Bruxelas. Moysés Kuhlmann Júnior (2001, p. 9) afirma que as exposições prestigiaram a “educação como um signo de modernidade, difundindo um conjunto de propostas nessa área, que abarcava materiais didáticos, métodos pedagógicos e diferentes instituições – das creches ao ensino superior, passando pelo ensino profissional e pela educação especial”. Dado importante para esta pesquisa, pelos tipos de modelos de carteiras escolares que circulavam nessas “festas”⁴⁸. Para o autor, as exposições, “além de apresentarem a educação como pilar da civilização moderna, desdobraram o tema em seus aspectos materiais, institucionais e metodológicos” (id., 2001, p. 70).

Na exposição de 1878, na França, F. Buisson organizou a mostra pedagógica de acordo com quatro conjuntos de elementos. O segundo item foi dedicado à seção materialidade, que incluía edifícios escolares e a sua instalação, construções, material de exercícios de classe, sistemas de ventilação, mobiliário e, ao que tudo indica, modelos de carteiras escolares (id. op.cit.).

Sandra Pesavento, no livro *Exposições Universais espetáculos da modernidade do século XIX*, afirma:

⁴⁸ Kuhlmann Júnior refere-se às exposições universais como festas e celebrações.

O mundo pois se mobilizava para um encontro universal em nome do progresso e da concórdia entre os povos, da instrução e do divertimento, das trocas comerciais e da exibição das novidades, etc. A exposição era para todos, desde a refinada França ao exótico e tropical Brasil. Seu chamamento tinha um apelo de canto de sereia, tanto no sentido de que ela tinha algo para oferecer a cada um, quanto no sentido do engodo, da sedução, do jogo das aparências e do ocultamento. (PESAVENTO, 1997, p. 13)

A autora enfatiza o apelo dessas feiras para chamar visitantes, tanto no sentido de que havia algo a oferecer a cada um, quanto no sentido do engodo, da sedução, do jogo das aparências e do ocultamento, pois, escreve, as exposições não se preocupavam em resolver os problemas mundiais; elas divulgavam algo como um sonho. A exposição era para todos, desde a refinada França ao exótico e tropical Brasil (id.).

Continua: “Espetáculos do exibicionismo burguês da segunda metade do século XIX, as exposições universais foram instrumentos de diluir conflitos, fossem eles entre classes ou entre nações, alardeando a harmonia social, o progresso sem fronteiras e o mito de que a civilização ocidental burguesa era baseada na fraternidade entre os povos” (id., p. 57).

Kuhlmann Júnior (2001, p. 9) elucida também que o Brasil, ao participar dessas celebrações “passou a considerar a educação como um dos pilares centrais para a normatização e edificação controlada da sociedade ocidental moderna.”

Além das exposições universais, também se realizavam as nacionais, com o objetivo de divulgar os produtos de todo o País. Santa Catarina participou da Exposição Nacional de 1908, em comemoração ao centenário da abertura dos portos, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. “Em summa Santa Catharina salientou-se garbosamente na Exposição, e não podia ser mais completo o triumpho que alcançou na grande festa do trabalho” (MENSAGEM 16/8/1909, p. 17, Centro de memória da Assembléia Legislativa). Pela comemoração, o estado figurou muito bem nesse evento. “Ao todo obtivemos 799 recompensas com a seguinte distribuição: 38 grandes premios, 113 medalhas de ouro, 263 de prata e 365 de bronze” (MENSAGEM 16/8/1909, p. 17, Centro de Memória da Assembléia Legislativa).

Embora não se tenha confirmação, os representantes do estado participavam de eventos que aconteciam nas exposições. Nas nacionais, tanto quanto nas universais, eram proferidas muitas conferências. Numa dessas, realizada pelo engenheiro Antonio da Paula Freitas em 1884, de acordo com a determinação de D. Pedro II, sua preocupação ao construir a escola imperial da Quinta da Boa Vista eram o projeto do edifício e a mobília:

Sua Majestade, infatigável como sempre no exercício da caridade e no desenvolvimento da instrução pública, resolveu construir essa escola, incumbindo-me de planejar e dirigir a sua construção, declarando que desejava apresentá-la como escola-tipo, com todos os melhoramentos relativos ao edifício e à mobília (Apud KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 105).

Segundo o mesmo autor, “a Engenharia e a Arquitetura escolar procuravam acompanhar o desenvolvimento científico da área médico-higienista tanto em relação às teorias pasteurianas quanto nas preocupações de ordem ergonômica” (id. *ibid.*).

O mesmo engenheiro Freitas defendia uma concepção pedagógica diferente do “ensino lancasteriano (...), quando grandes bancos de madeira sem encosto reuniam, nas escolas, mais de uma centena de alunos diante de um mestre situado no alto de um tablado alto o suficiente para enxergar o conjunto da sala e comandar os seus monitores” (id., 2001, p. 207). Ele revelava a preocupação a respeito do mobiliário para prevenir problemas de coluna e de visão, propiciando espaço tido como adequado à aprendizagem. Em 1884, na Exposição de Higiene e Educação, em Londres, cujo objetivo era mostrar tanto o desenvolvimento físico quanto o intelectual, a preocupação era o mobiliário. Segundo o relatório estudado por Kuhlmann Júnior (2001, p. 112), nesta exposição “apresentavam-se desde a estrutura e mobília das escolas, até os sistemas e métodos dos diversos países”.

Observa ainda:

Durante a Exposição Pedagógica de 1883, Joaquim Abílio Borges, filho do barão de Macaúbas, fez uma conferência sobre o colégio Abílio, do Rio de Janeiro. Descreveu vários aspectos da moderna Pedagogia, assim como sua sucursal em Barbacena, Minas Gerais. Quanto ao mobiliário escolar, enfatizou que era proveniente da casa *A. H. Andrews* de Chicago, do modelo *Triumpheo*, premiada nas Exposições da Filadélfia, 1876, e de Paris, 1878. O conferencista reconhecia que os novos materiais didáticos se fundamentavam numa educação dos sentidos. (id., 2001, p. 201, grifo do autor).

O autor acrescenta que “o livro didático, as carteiras e outros materiais referentes a essa pedagogia começavam a ser produzidos em massa pela indústria. Algumas dessas mercadorias foram incorporadas à vida escolar a tal ponto que se transformaram em objetos didáticos quase que ‘naturais’” (id., 2001, p. 202, grifo do autor). Ele não identifica quais desses objetos se tornaram “naturais” e tampouco os descreve; pode-se afirmar, porém, que as carteiras estão entre eles.

IV CARTEIRA ESCOLAR: ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

*Embora o passado não mude,
a história precisa ser reescrita a cada geração,
para que o passado continue a ser
inteligível para um presente modificado.
(BURKE, 2006, p. 241)*

Ao longo da realização da pesquisa, foi-se evidenciando a relação entre as mudanças e as permanências no mobiliário escolar (carteiras escolares), sua posição nas salas de aula, o material empregado, modelos e até mesmo funções. Quando se falava sobre o objeto da investigação, sempre surgiam idéias, confissões e sugestões. Pois as escolas primárias são, como diz Maria Manuela Rodrigues (2006, p. 299), “[...] lugares da nossa infância aos quais emprestamos a nossa afectividade, e por isso têm lugar cativo na memória da cada um”.

Para complementar, optou-se por acrescentar o capítulo IV. Seu objetivo, identificar de forma ilustrativa, e ao mesmo tempo questionadora, a trajetória das carteiras escolares, mesmo sem a pretensão de esgotar a sua história. O que se percebeu é que, embora mudadas na forma e no espaço, elas continuam ainda em nossos dias (2009).

4.1 O LUGAR DAS CARTEIRAS NO ESPAÇO ESCOLAR



Figura 35 - Sala de aula atemporal
Fonte: Revista de História da Biblioteca Nacional. (2007, n. 22)



Figura 36 - Carteira de um braço
Fonte: site: http://www.freeoffice.com.br/conteudo.php?conteudo=produtos&codigo_produto=50 Acesso em: 2/03/2009



Figura 37 - Carteira modelar
Fonte: site: <http://www.mpbrinquedos.com.br/octopus/?sid=1&m=B&-compre+por+fabricante-cm1-3&-movesco-cm2-103&mi=DTL&-conjunto+escolar+coletivo+arco-iris-cg-1111>



Figura 38 - Chiqueirinho
Fonte: foto Raquel X. de Souza Castro.

Observa-se na figura 35 certa disciplina, uniformidade; pode-se até afirmar que ela é atemporal, pois, pelas características, tanto pode pertencer a uma sala de aula atual, a uma escola do interior de Santa Catarina, ou a uma sala de um grupo escolar do início de século XX. Já, ao olhar a figura 36, tem-se a impressão de desconforto, pouco lugar para colocar os materiais. Na figura 37, uma tentativa de agrupamento: trata-se de conjuntos modulados que permitem diferentes composições. Na figura 38 transparece o “chiqueirinho”, como diz o

coordenador da turma de alunos de uma escola⁴⁹ de Florianópolis, organização espacial que imprime desconforto, disciplina, imobilidade, já que os alunos não podem trocar de lugar (seus nomes estão colados nas carteiras), como também não as podem mover – medida tomada em decorrência da indisciplina durante as aulas.

Todas as figuras retratam carteiras escolares fabricadas para serem utilizadas por alunos nas salas de aula. Passando apenas um rápido olhar sobre as quatro fotos, percebem-se vários modelos, cores, estofamentos, possibilidades de organização em sala de aula; porém, o móvel em si - “as carteiras escolares” - permanece como objeto principal para acomodar os alunos nas aulas.

Tal objeto é tão marcante que Francesco Tonucci⁵⁰, em seus desenhos, chega a caracterizar a escola apenas com uma criança sentada em uma carteira.



Figura 39 - Com olhos de crianças 1
Fonte: Livro: *Com olhos de criança*, p. 110.

O símbolo que esse autor buscou para caracterizar a escola na cena da figura 39 é de fácil percepção para quem olha o desenho. Na maioria das vezes, as carteiras estão presentes nas salas de aula e, como se vê no desenho, basta tê-la que já se sabe que é uma sala de aula e as carteiras escolares são bem a sua referência simbólica.

⁴⁹ Escola particular (não confessional), tendo como objetivo principal formar a criança (adolescente) para passar no vestibular.

⁵⁰ Francesco Tonucci, pedagogo, psicólogo e cartunista italiano. Analisa a realidade da criança a partir dos pormenores da vida quotidiana. Coloca-se no lugar das crianças, revelando as contradições que ela vive, com relação à escola e à família (Francesco Tonucci, Disponível em: <http://usuarios.lycos.es/marta300/index.htm>. Acesso: 15/02/2009).

Ainda na figura 36, o autor chama a atenção para como a escola vê o aluno, e coloca o objeto pesquisado como suporte para isso. Primeiramente, a criança brinca livremente: pega-pega, teatro, sobe em árvores, desenha e, finalmente, senta na carteira escolar quando, segundo a ilustração, a cabeça é privilegiada em detrimento do corpo, dando a entender que, através desse objeto, o corpo da criança é regulado. Este dado, percebido no período estudado, continua sendo percebido também nos tempos atuais. Aliás, as carteiras escolares servem, como já foi visto no capítulo II, como objeto de disciplinamento do corpo da criança. Voltando à figura 38 (chiqueirinho), vê-se um exemplo, característico dos dias atuais, de como o mobiliário ajuda na disciplina dos alunos. Pode-se dizer que há, aí, um sentido de vigilância e controle das pessoas, como no método de ensino simultâneo, em que a frontalização era um instrumento de disciplina, de controle e, principalmente, de ensino a todos os alunos ao mesmo tempo. Concorde-se com Foucault a respeito de sua observação sobre a função da disciplina e da “arte de dispor em fila, da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações” (FOUCAULT, 1987, p. 125).

Curiosa, nos desenhos de Francesco Tonucci (Figura 40), a forma como o controle e a disciplina passam para outras cobranças na educação:



Figura 40 - Com olhos de criança 2

Fonte: Livro: *Com olhos de criança* (TONUCCI, 1997, p. 113).

Aqui parece não importar a criatividade. O menino lê sua frase cheia de informações e a professora simplesmente descarta todo o texto por um erro de ortografia, pois o que importa

é a forma correta de escrever e, pode-se dizer, também a disciplina ao escrever. Um modo de ser e se portar que deveria se espalhar para além dos muros da escola.

Como se pode ilustrar com as figuras de Francesco Tonucci: sentado nelas, pode-se ser criativo e envolvente (Figura 41) ou criar raiz sem nenhum prazer (Figura 42).



Figura 41 Com olhos de criança 3

Figura 42 Com olhos de criança 4

Fonte: Livro: *Com olhos de criança*, (TONUCCI, 1997, p. 126 e capa)

4.2 USOS SOCIAIS E CULTURAIS DAS CARTEIRAS ESCOLARES

Do primeiro dia de aula até a confirmação
 Ali nós ficávamos agarrados firmes na mão da mãe
 enquanto o professor nos inscrevia na lista;
 então mandava as mães saírem e nos dirigia para os bancos.
 [...] o professor coordenou os lugares pelo alfabeto,
 quis o acaso que a tal menina e eu, Kipping e Kirchhoff,
 sentássemos juntas, começando então
 uma amizade que durou uma vida inteira.
 Emma Hatzky (2000, p. 21)

A história acima descrita se passa em uma escola na aldeia de Soest, na Alemanha. Emma, alemã, que veio para o Brasil casada, conta seu primeiro dia de aula em um relato de vida que está no livro *Uma mulher do século passado*. A história se passa no final do oitocentos. Dois comentários chamam a atenção: os que ela faz a respeito do professor que as dirigia aos bancos e a amizade que surgiu entre as meninas por terem sentado juntas no mesmo banco. As carteiras, para muitos alunos, viraram lugar de se fazer amizade.

Silvio⁵¹, funcionário público aposentado, tem como hobby adquirir peças antigas para a casa onde mora com sua família em um bairro de Florianópolis.



Figura 43 - Carteira escolar “antiga”
 Fonte: Foto de Raquel Xavier de Souza Castro.

⁵¹ Os nomes são fictícios, no sentido de preservar a identidade.

Observando atentamente a figura 43, encontra-se uma carteira escolar “antiga” (‘banco’, como a chama a filha de Silvio), num canto da sala de estar, perto da piscina.



Figura 44 - Sala de Silvio
Fonte: Foto de Raquel Xavier de Souza Castro.

A filha de Silvio relata que o “banco” faz parte da decoração da sala (Figura 44).

Diz mais: “Há um tempo tinha três bancos como esse; o pai colocava um atrás do outro aqui na sala, mas ele resolveu dar um para uma vizinha que gostou do banco e outro para um senhor de Santo Antonio de Lisboa, dono de uma loja de antiguidades”. Karine fala que quando tem festa, churrasco, a carteira é bem usada pelos convidados.

Ao contemplar a sala de estar de Silvio, com objetos como geladeira, vários relógios de parede, uma máquina de escrever em cima de uma mesinha bem antiga, é emocionante encontrar também o objeto de estudo deste trabalho. Silvio falou que adquiriu essas carteiras escolares de uma escola do bairro do Saco Grande uns anos atrás. Trata-se de modelo para dois alunos (Figura 45), com banco móvel (Figura 46) e espaço para colocar materiais embaixo da mesa, muito utilizada nos grupos escolares de Santa Catarina na década de 70 do século XX.



Figura 45 - Modelo para dois
Fonte: Foto de Raquel Xavier de Souza Castro



Figura 46 Banco móvel
Fonte: Foto de Raquel Xavier de Souza Castro

Para este trabalho, perceber as formas de uso social e cultural das carteiras escolares foi fundamental para entender como esse objeto caracteriza a sala de aula, representando-a no imaginário social. As carteiras escolares estão presentes na identificação de sala de aula e também da própria escola para vários setores da sociedade. Encontra-se, por exemplo, um brinquedo anunciado pela empresa Bohney, cujo nome é “Escola” (Figura 47). O brinquedo, na verdade, representa uma sala de aula confeccionada em madeira. As crianças brincam trocando os alunos de lugar como também as carteiras escolares e a professora.

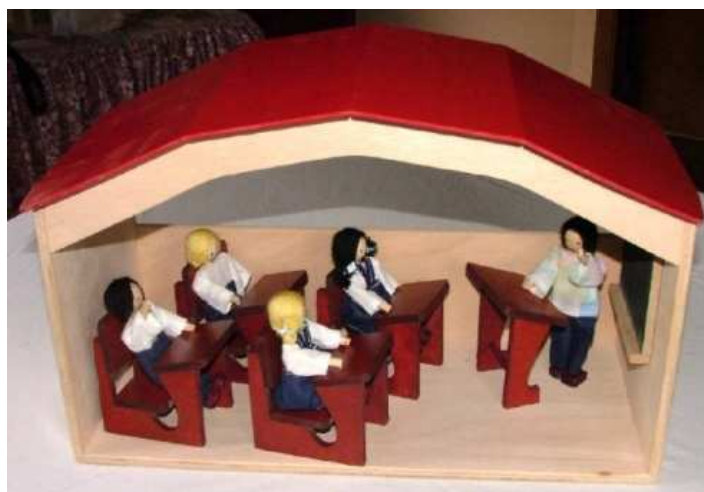


Figura 47 - Brinquedo Bohney
Fonte: FÁBRICA de brinquedos Bohney. Disponível em: <http://www.bohney.com.br/acima3.shtml> Acesso em: 10/07/2008.

A carteira escolar, entre outros possíveis usos, serviria como suporte de mensagens

relacionadas a campanhas empreendidas pelo Estado. Localizou-se uma carteira na qual está escrito: “Viva sem drogas”. Esta peça faz parte de um lote adquirido pelo estado de Santa Catarina em 2004.



Figura 48 - Viva sem drogas 1
Fonte: Fotos de Raquel Xavier de Souza Castro.

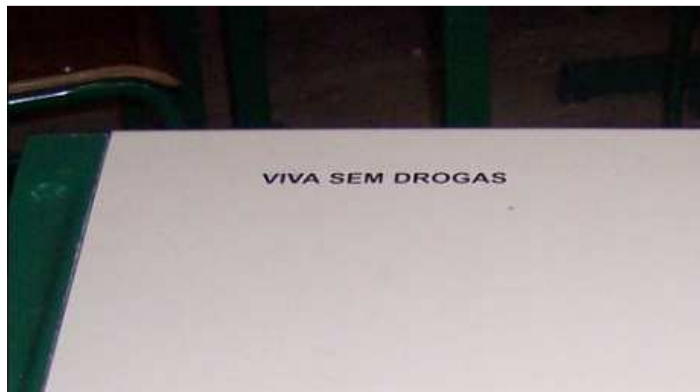


Figura 49 - Viva sem drogas 2

Compreende-se que, além de servirem para apoio, elas também servem como veículo de informação e formação.

É fundamental notar que na atualidade as carteiras são individuais, geralmente arrumadas uma atrás da outra, e ainda trazem informações aos que nelas sentam, diferentemente do movimento percebido na historiografia da educação brasileira, que mostra que nem sempre se estudou em carteiras individuais, enfileiradas, muito menos com mensagens escritas.

Na visão de Ângela Patrício, o mobiliário para o ensino sofreu grandes modificações baseadas nos seguintes princípios:

Construído por cadeiras e mesas separadas é muito mais fácil de arrumar, especialmente quando é desenhado tendo em vista essa possibilidade. Torna-se, deste modo, viável criar na sala de aula, espaços livres onde pode organizar jogos, danças ou agrupamentos corais; permite este tipo de mobiliário reunir, de formas variadas, diversas mesas, agrupando os alunos de modo mais destacado para a atenção do professor; o que é de grande utilidade quando numa sala de aula se reúnem várias classes. (PATRÍCIO, 2006, p.4)

Carteiras escolares pressupõem, ao longo da história das instituições escolares, mudanças e permanências. Por sua mudança de duplas para individuais, ou deixando de ser fixas no chão, possibilitaram uma mobilidade em sala de aula nunca antes vista. Acredita-se

que não serão substituídas por outro objeto, mas irão adquirir novos assessórios, frases escritas, mas sua permanência nas salas de aula parece estar garantida. No entanto, um investimento apenas em novas carteiras escolares, melhores ou com mais utensílios, não garante uma melhor educação. A pesquisa realizada mostra como não há necessariamente relação direta entre um bom mobiliário e um bom ensino. Como adverte André Chervel:

A história tradicional do ensino constantemente destacou os limites impostos às práticas pedagógicas pela rusticidade dos locais escolares, pelo estado sumário do mobiliário, pela insuficiência do material pedagógico e pela característica irregular dos livros trazidos pelas crianças. Assim ela se dedica a criar a impressão de que os mestres de antigamente teriam se saído melhor se tivessem melhores condições de trabalho e de que a antiga pedagogia era, em grande parte, determinada pelas considerações puramente materiais. (...) Nada permite afirmar que um súbito melhoramento dos locais, do mobiliário e do material teria modificado substancialmente e duravelmente as normas e práticas do ensino (CHERVEL, 1990, p. 194 - 195).

André Chervel alerta para os cuidados que se devem ter ao julgar, pois nem sempre móveis novos e materiais de última geração são garantia de um bom ensino e, sobretudo, de uma boa aprendizagem.

A questão da materialidade escolar e sua relação com a cultura escolar transparecem quando professores se queixam de que não conseguem ensinar por não terem boas carteiras, ou por não terem material didático de última geração.

Nos dias atuais (2009) se vêem reportagens, por exemplo, que anunciam uma possível melhora no ensino usando como peça de marketing carteiras escolares.

No dia 27 de outubro de 2008, os apresentadores do Jornal Hoje⁵² divulgaram com destaque a seguinte reportagem:

Carteiras digitais integram a Internet à sala de aula. A pequena cidade de Serrana (SP) sai na frente no tema modernização do ensino. A tecnologia invadiu a sala de aula onde até a carteira é digital. Nas salas de aula de Serrana (SP), cidade com 45 mil habitantes e renda média de menos de três salários mínimos, a lousa agora é digital. Em vez do giz, o professor usa uma caneta eletrônica para escrever sobre projeções. O computador faz parte da carteira. A tela de LCD é leve, pode ser dobrada e carregada pelas crianças. A Internet rápida é ligada por fibra ótica nos computadores da carteira. Os alunos não ficam um segundo desconectados do mundo digital: se der algum problema na carteira o conserto é feito na hora. A fábrica de carteiras foi instalada na própria escola, para garantir a manutenção dos equipamentos. São 30 computadores por sala. Trezentos e sessenta alunos estão sendo

⁵² Jornal televisivo que transmite a todo Brasil suas reportagens e notícias, geralmente com início às 13h30.

beneficiados com o programa digital, realizado por uma parceria entre o Ministério da Educação e a prefeitura de Serrana (SITE JORNAL HOJE, EDIÇÃO 27/10/2008).



Figura 50 Carteiras digitais

Fonte: site: <http://br-linux.org/2008/escolas-brasileiras-testam-laptop-tupiniquim-carteira-digital/>

Seria interessante realizar uma pesquisa nesta escola e verificar que cultura escolar esse novo objeto produz, pois, como se nota na figura 50, a distribuição espacial, que certamente se vincula a uma forma escolar bastante familiar, não muda. Mas será que haveria alguma transformação no ensino e na aprendizagem? O que haveria de diferente nos discursos dos professores? As carteiras digitais não são objeto desta pesquisa, o que não impede de constatar que, mesmo tendo sofrido alterações, este mobiliário continua marcando o espaço escolar, mesmo nos discursos atuais sobre a materialidade da escola.

No desenho de Francesco Tonucci (Figura 51), está visualizado outro exemplo que confirma que a forma escolar da frontalidade do ensino não muda:

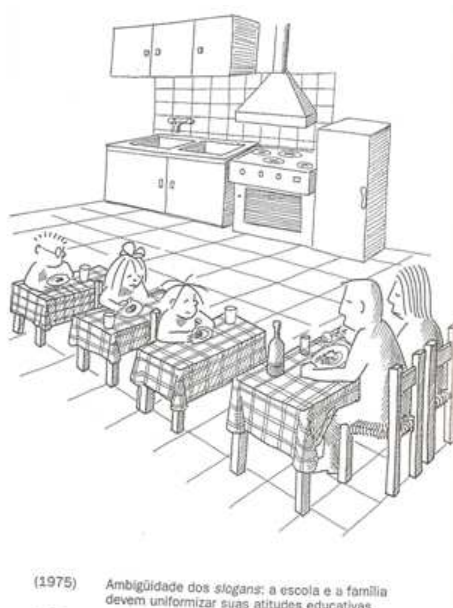


Figura 51 Com olhos de criança 5
 Fonte: Livro: *Com olhos de criança*. (TONUCCI, 1997, p. 154).

O autor escreve no final do desenho: “Ambigüidade dos slogans: a escola e a família devem uniformizar suas atitudes educativas” (TONUCCI, 1997, p. 154). Certamente esta afirmação está relacionada com a idéia muito presente nos debates sobre a educação infantil. Segundo Eloísa Rocha (2000, p. 68), “as instituições de educação infantil se põem sobretudo com fins de complementaridade à educação da família”; as instituições devem complementar a educação familiar e não fazê-lo sozinhas. O desenho do autor – que situa a sala de aula (carteiras enfileiradas e um casal à testa) numa cozinha com mesas de fazer refeições – ilustra a proposta da complementaridade da função educacional de ambas as instituições (escola e família).

O governo, ao tentar modernizar o ensino com as carteiras digitais, mostra que os materiais escolares são imprescindíveis para facilitar a aprendizagem e para a renovação do ensino. Reforça o que Rosa Fátima de Souza esclarecia nos discursos de professores sobre suas práticas educativas.

Outra novidade é o “conjunto escolar informatizado” (Figura 52), fabricado pela empresa Cequipel⁵³. Estas carteiras “devem facilitar o aprendizado, considerando que o

⁵³ O Grupo Cequipel é o maior fabricante de mobiliário escolar da América Latina, primeira empresa brasileira a adquirir o selo do Inmetro para a fabricação de móveis escolares, ao longo de seus mais de 25 anos de existência. A empresa possui três fábricas e nove unidades comerciais em diversas regiões do Brasil. Uma das fábricas localiza-se em Santa Catarina, na cidade de Biguaçu. São móveis que procuram atender a quesitos como conforto e ergonomia, interatividade, durabilidade, preocupação com o meio ambiente e interação tecnológica. Disponível em: <http://www.cequipel.com.br/> Acesso em: 02/03/2009.

conjunto bem planejado reduz os vícios posturais e possibilita maior concentração do aluno em sala de aula” (REVISTA CIDADES DO BRASIL, p. 1, 2005).



Figura 52 Conjunto escolar informatizado

Fonte: site: [http://cidadesdaobrasil.com.br/cgi-](http://cidadesdaobrasil.com.br/cgi-cn/news.cgi?cl=099105100097100101098114&arecod=27&newcod=936)

[cn/news.cgi?cl=099105100097100101098114&arecod=27&newcod=936](http://cidadesdaobrasil.com.br/cgi-cn/news.cgi?cl=099105100097100101098114&arecod=27&newcod=936) Acesso em: 02/03/2009.

As carteiras ergométricas (Figura 53), que possibilitam ajustes de acordo com o corpo do aluno, estudadas por Antônio Moro, mostram-se adaptáveis a cada aluno. A sede administrativa do Município de Florianópolis investiu em um número considerável de novas carteiras escolares – no início do ano de 2007 adquiriu 1.370 jogos do conjunto escolar ergométrico⁵⁴. A estrutura desses jogos foi positiva, como diz Antônio Moro:

Conforme observou-se, essas novas mobílias possuem sistemas de regulação tanto da carteira como da cadeira do mobiliário, onde o próprio aluno, com o tempo, irá encontrar o ajuste ideal para si. O modelo regulável de mobiliário escolar foi utilizado no estudo. O fato positivo é que este mobiliário, através deste dispositivo inovador, proporcionou ao aluno a utilização do melhor ajuste para sua respectiva estatura (MORO, 2005, p. 1).

As carteiras escolares estão presentes no imaginário social como caracterização de uma sala de aula, pois, quando se chega a um espaço fechado com quatro paredes, ou até

⁵⁴ Carteira e cadeira escolar reguláveis, o aluno pode ajustar conforme seu melhor conforto. Mobiliário escolar regulável de propriedade da Indústria CEQUIPEL - Biguaçu-SC (Antônio Moro, 2005, p. 1).

mesmo sem cobertura, no meio da rua ou com lonas cobrindo uma estrutura de madeira⁵⁵, mas com carteiras, de imediato se identifica-se que é uma sala de aula (Figuras 54 e 55⁵⁶).



Figura 53 - Carteiras ergométricas

Fonte: Revista Digital, disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd85/ergon.htm>.

⁵⁵ Escolas rurais do Movimento dos Sem Terra. Algumas salas de aula nos acampamentos são feitas de uma estrutura de madeira coberta de lona ou são improvisadas sem cobertura.

⁵⁶ Figura 54: foto tirada de uma escola do MST, montada no pátio do 3º Fórum Nacional de Museus, no dia 10 de julho de 2008, realizado em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina.

Figura 55: foto de Paulo Pinto, tirada no Acampamento em Pontal do Paranapanema - São Paulo. Disponível em: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=1370>. Acesso: 12/02/2009.



Figura 54 Sala de aula MST 1

Fonte: acervo de Raquel Xavier de Souza Castro.



Figura 55 Sala de aula MST 2

Fonte: site oficial do Movimento dos Sem Terra.

Pode-se correlacionar as carteiras escolares com o que diz Vera Mendes dos Santos (2002, p.11), sobre cadernos escolares, seu objeto de estudo: “falar de cadernos quase sempre chega ser o mesmo que tentar descrever o óbvio, o invisível, o sempre existente”. O mesmo acontece com as carteiras⁵⁷, que se parecem com os cadernos escolares, pois são consideradas

⁵⁷ As mesas-bancos são anteriores aos cadernos escolares.

objetos obrigatórios para uma sala de aula, configurando-se em algo naturalizado, quase desprovido de reflexão.

Tratando sobre mobiliário escolar⁵⁸, Flávia Carvalho comenta:

As exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, um aluno passa na escola, obrigatoriamente, 200 dias letivos, de no mínimo quatro horas diárias, durante aproximadamente 11 anos de educação, sendo a maior parte deste tempo sentado. Por esta razão, o mobiliário escolar é sem dúvida um elemento essencial e de suma importância no processo educacional, pois é o responsável pelo conforto físico e psicológico do aluno, favorecendo ou prejudicando seu aprendizado. Antes de mais nada, o mobiliário deve ser confortável, seguro, saudável, adequado ao uso e ao conteúdo pedagógico da escola (CARVALHO, 2001, p. 2-3).

Enfim, as carteiras escolares são objetos que caracterizam uma sala de aula. Sua breve trajetória, a que se pôde escrever no presente trabalho, revelou que, através das especificidades de cada método de ensino (individual, mútuo, simultâneo), de suas diferentes formas, de suas funções (disciplinadora e higienização dos corpos), elas ganharam força e estão até os dias atuais fazendo parte da cultura material da escola, além de serem marcas características da forma escolar estudada neste texto.

⁵⁸ Série Salto para o Futuro, em parceria com o FUNDESCOLA - Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA), desenvolvido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC).

CARTEIRAS: UM POUCO MAIS SOBRE ESSE OBJETO

MOBILIER SCOLAIRE (LA TABLE-BANC)

*Afin d'épargner vos moments,
parmi les divers objets dont se compose un mobilier scolaire
je m'attacherai à un seul, le plus important de tous et celui dont
les défauts ont les conséquences les plus graves:
j'entends la table avec son siège ou,
selon une expression usitée aujourd'hui, la table-banc.
(DE BAGNAUX, 1879, p. 5)⁵⁹.*

“Classes e bancos”, “mesa-banco”, “table-banc”, “carteira escolar”, “bancos”, “cadeira”... Não importa o nome dado ao mobiliário feito para o aluno sentar enquanto assiste às aulas. O que marcou a presente pesquisa foi sua fascinante trajetória no meio escolar. Como diz De Bagnaux, o mobiliário, “*le plus important de tous*”⁶⁰.

A pesquisa mostrou que foi na escola que a mesa e a cadeira se encontraram com maior força. Cada método de ensino – individual, mútuo e simultâneo – ditou sua localização e forma. A higiene do corpo, a disciplina, o conforto e a aprendizagem também deram sua contribuição com relação às especificidades dos objetos em questão, detalhando, até milimetricamente, como deveriam ser. Pode-se, assim, afirmar que as carteiras escolares se perpetuam como objeto fundamental para um bom ensino.

Nos métodos de ensino individual e mútuo, indicados já no primeiro ato da Assembléia de Santa Catarina, em 1836, sobre a instrução pública, estabelecia-se uma grande relação com o mobiliário. No método individual, ele não parecia ser importante. Bancos sem encosto, cadeiras

⁵⁹ MOBILIÁRIO ESCOLAR (MESA-BANCO) Para lhes poupar tempo, dentre os vários objetos que compõem um mobiliário escolar, vou me concentrar no um único e mais importante de todos e cujos defeitos têm as mais graves consequências: refiro-me à mesa com sua cadeira ou, de acordo com uma expressão usada hoje, a mesa-banco.

⁶⁰ O mais importante de tudo.

apenas ou até mesmo o chão serviriam para os alunos se acomodarem. Não era necessário um apoio para escrever, pois, primordialmente, se ensinava somente a ler.

No método de ensino mútuo, a forma da sala de aula deveria ser um grande retângulo, para que todas as mesas estivessem de frente para um dos topos da sala, onde se encontravam um estrado elevado e o quadro negro. A frontalização do ensino começava a se firmar nas escolas. Já para o ensino simultâneo, a frontalização era marca registrada, uma vez que a disposição dos bancos na sala de aula auxiliou na aplicação do método de ensino. Observa-se que esta organização está presente até hoje, 2009, nas salas de aula da maioria das escolas.

O formato das carteiras escolares, fossem elas uma mesa para cinco alunos, em duplas ou individuais, proporcionou um maior controle sobre os alunos. As carteiras eram usadas como recurso para obtenção de disciplina, pois o professor teria um maior controle de seus alunos se eles estivessem sentados individualmente.

A disciplina e a higiene escolar também contribuíram de forma significativa nos modelos e maneiras de como organizar e ser o mobiliário escolar. A higiene escolar é um preceito que desde os fins do século XIX se buscou melhorar através de um mobiliário adequado. Além de possibilitar uma postura correta, aliada ao conforto e ao bem-estar do aluno, poderia evitar transmissão de doenças, problemas na coluna e até mesmo de visão (miopia).

A pesquisa parece ter mostrado que, assim como muitos estados brasileiros, Santa Catarina investiu pouco em suas escolas. Foi somente com a chegada dos grupos escolares que se obtiveram melhorias, que abrangeram desde as carteiras escolares até a formação dos professores, investimentos em prédios e em outros equipamentos educativos.

A materialidade era diferenciada. As carteiras escolares adquiriram um papel importante sob a égide da Pedagogia Moderna. Os grupos escolares funcionaram como vitrines, que deveriam abrigar os utensílios esteticamente mais belos e próprios para a finalidade esperada.

As exposições universais prestigiaram a educação como um signo de modernidade. Difundindo um conjunto de propostas nessa área, abarcavam desde propostas pedagógicas a modelos de carteiras escolares, possibilitando a difusão de modelos para todo o mundo, inclusive para Santa Catarina.

Perceber as formas de usos sociais e culturas das carteiras escolares ajudou a entender como este objeto caracteriza a sala de aula, representando-a no imaginário social. No decorrer desta pesquisa, o artefato ‘carteira escolar’ foi encontrado em formato de brinquedos, com frases escritas em toda sua superfície, e até mesmo em casa de família, mostrando um universo de possibilidades para próximas pesquisas.

Nas considerações finais do presente trabalho, é importante destacar as dificuldades encontradas, seja em situar o objeto de estudo, seja em localizar fontes que contivessem informações sobre o mobiliário em Santa Catarina relativas ao período estudado. Conseguiu-se, por exemplo, nos relatórios, o registro da chegada de carteiras escolares importadas dos Estados Unidos, em 1912, para a inauguração dos primeiros grupos escolares. No entanto, em tais relatórios não se localizou sequer uma foto da festa de inauguração, muito menos do objeto em si.

É preciso concordar com Diana Vidal (2009), para quem a localização dos objetos poderia permitir compreender ainda mais as práticas escolares do movimento de apropriação das teorias e modelos pedagógicos e das reformas educativas ao longo da história da educação brasileira.

Muitos arquitetos, educadores, médicos, engenheiros, professores, inspetores se preocuparam com o bem-estar dos alunos; aperfeiçoaram a carteira, tornando-a mais adequada para que não causasse problemas à saúde dos alunos. O que ficou claro nesta pesquisa é que, em momento algum se pensou em retirar das salas de aula tal objeto, como também se viram poucas tentativas de mudar sua posição ou de tirar as carteiras das fileiras. Por tudo isso, ela é uma marca específica de um determinado local: a escola.

Perceberam-se, também, as diferentes maneiras de organizar as carteiras escolares nas salas de aula: somente com cadeiras, mesa-banco de cinco a dezoito lugares, duplas, individuais. Ao longo do tempo, foi-se configurando uma forma permanente, com carteiras enfileiradas, umas atrás da outras; não se confinou nas escolas, mas ultrapassou seus muros. “A forma escolar não é estritamente confundida com a instituição escolar, nem limitada por ela, mas é transversal em relação a diversas instituições e grupos sociais” (VINCENT, LAHIRE & THIN, 2001, p. 46). Por isso, quando se chega a uma sala, em uma empresa ou em uma indústria, quando se vê uma sala com carteiras ou cadeiras enfileiradas, todas na mesma posição, logo se deduz ser ali uma sala de aula.

A temática é envolvente. Necessita de investigações mais aprofundadas para encontrar os objetos, fontes e fotos de carteiras, não só da época estudada, mas de outros recortes temporais também, de modo a preencher as lacunas deixadas por este trabalho e assim ampliar o universo da cultura material escolar brasileira.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. **A escola no tempo: a construção do tempo em Escolas Isoladas** (Florianópolis - 1930-1940). 2008. Dissertação (Mestrado em Educação: História e Historiografia da Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis/SC.

BARRA, Valdeniza Maria da. **Da Pedra ao Pó: o itinerário da lousa na escola paulista do século XIX**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação: História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

BASTOS, Maria Helena Camara. O ensino mútuo no Brasil (1808-1827). In: BASTOS, Maria Helena Camara & FARIA FILHO, Mendes de (Orgs.). **A Escola Elementar no Século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo/RS: Ediupf, 1999.

BAUDRILLARD, Jean **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BEIRITH, Ângela. **O ensino da leitura em escolas isoladas de Florianópolis: entre o prescrito e o ensinado - (1946-1956)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação: História e Historiografia da Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis/SC.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). In: BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CAMPOS, Augusto). **Escolas brasileiras testam ‘laptop tupiniquim’: carteira digital**. 2008. Disponível em: <http://br-linux.org/2008/escolas-brasileiras-testam-laptop-tupiniquim-carteira-digital/> Acesso em: 16 nov. 2008.

CARDOSO, Lucy. **Fundescola contempla a educação infantil**. Brasília/DF: FUNDESCOLA – MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/> Acesso em: 08 jan. 2008.

CARVALHO, Flávia Tavares Homem. **Mobiliário Escolar**. Série Recomendações Técnicas. Brasília/DF - MEC. 2001. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2001/> Acesso em: 13 jun. 2007.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 2. 1990. p. 177-229.

CORREIA, António Carlos Luz; GASPARD DA SILVA, Vera Lucia. **A Lei da Escola**: os sentidos da construção da escolaridade popular através de textos legislativos em Portugal e Santa Catarina – Brasil (1880-1920) - Caderno *Prestige*, 16. Lisboa: Educa, 2003.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

CASTRO, Raquel Xavier de Souza; GASPARD DA SILVA, Vera Lucia. **Cultura Material da Escola**: entram em cena as carteiras. (Não publicado).

CUNHA, José Ronaldo Alves da; ESTEVES, Ricardo Grisolia. **Manual Prático do Mobiliário Escolar**. São Paulo: Associação Brasileira das Indústrias de Móveis Escolares, 2001.

CUNHA, Maria Teresa Santos. No tom e no tempo: escritas ordinárias na perspectiva da cultura escolar (segunda metade do século XX). In: BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

CURY, Cláudia Engler. As Escolas de Primeiras Letras e o Lyceu Paraibano: cultura material escolar (1822-1864). PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira & FERRONATO, Cristiano (Org.). **Temas sobre a Instrução no Brasil Imperial**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008. p. 99-124.

DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

DÍAZ, Hernández José Maria; HUERTA, José Luiz Hernández (2008). Los Inventarios Escolares y el Estudio del Patrimonio Educativo de la Escuela Primaria em España (1838-1970). In.: **Museos Pedagógicos**: La Memoria Recuperada. Huesca: Gobierno de Aragon/Departamento de Educación, Cultura y Deporte/Museo Pedagógico de Aragon. Octubre de 2008 (Publicaciones de Museo Pedagógico de Aragon. Nº 7).

DUSSEL, Inés; CARUSO, Marcelo. **A invenção da sala de aula**: uma genealogia das formas de ensinar. São Paulo: Moderna, 2003.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **Patrimônio Material de la Escuela y Historia Cultural**. Mimeo (fornecido pelo autor) (s.d.).

ESTEBAN, León (1997). La academización de la escrita: modelos e instrumentos para aprender a escribir en la España del siglo XIX y comienzos del XX. In.: ESCOLANO BENITO, Agustín (Dir.). **História Ilustrada Del Libro Escolar en España**: Del Antiguo Régimen a la Segunda República. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez. (Colección Biblioteca Del Livro).

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. In: **As lentes da história:** estudos de história e historiografia da educação no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2005.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. n. 14, p. 19-34. São Paulo: ANPEd, mai/jun/jul/ago. 2000. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/>. Acesso em: 13 jun. 2007.

FERNANDES, Rogério. A história da educação no Brasil e em Portugal: Caminhos cruzados. **Revista Brasileira de Educação**: nº 7, p. 5-18. jan/fev/mar/abr. 1998. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE07/RBDE07_03_ROGERIO_FERNANDES.pdf. Acesso em: 23 dez. 2008

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As **Pesquisas denominadas “Estado da Arte”**. Educação & Sociedade, ano XXIII, nº 79, p. 257-272, Agosto. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2008.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público:** ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. Florianópolis: Ed. UFSC, 1991.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e História da Educação e História Cultura. FONSECA, Thais Nivia de Lima e & VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FORTY, Adrian. **Objeto de desejo:** design e sociedade desde 1750. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**, São Paulo: Martins Fontes, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. **Sentidos da Profissão Docente:** estudo acerca de sentidos da profissão docente do ensino primário, envolvendo Santa Catarina, São Paulo e Portugal na virada do século XIX para o século XX. (2004). Tese (Doutorado em História da Educação e Historiografia). Universidade de São Paulo. São Paulo.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia, AURAS, Gladys Mary Ghizoni Teive. Projeto: **Objetos da Escola:** origens e usos dos objetos escolares que compõem o acervo do Museu da Escola Catarinense. UDESC. Florianópolis, 2007.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. Vitruvianas da República: os grupos escolares em Santa Catarina (1889-1930). VIDAL, Diana Gonçalves, (Org.). **Grupos Escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 241-376.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; PETRY, Marília Gabriela. Brinquedos da minha infância: socialização de um acervo. In: **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação**. Aracaju, 2008.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; PETRY, Marília Gabriela. A Aventura de Inventariar: contar, classificar, descobrir. In: **VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Cultura Escolar, Migrações e Cidadania**. Porto: Secção de História da Educação da SPCE e ANPEd, 2008. p. 137-138.

HÉBRARD, Jean. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da História Cultural. ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, História e História da Leitura**. São Paulo: Mercados das Letras-Associação de Leitura do Brasil: FAPESP, 1999.

HÉBRARD, Jean. Por uma Bibliografia Material das Escritas Ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar (França – Séculos XIX e XX). **Revista Brasileira de História da Educação**. SBHE, nº 1, jan/jun. 2001. p. 115-141.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. SBHE, nº 1, jan/jun. 2001. p. 9-43.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **As grandes festas didáticas. A educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel; VINCENT, Guy. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 33, jun. 2001. p. 7-47.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LESAGE, Pierre. A Pedagogia nas Escolas mútuas do Século XIX. In.: BASTOS, Maria Helena Câmara & FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs.). **A Escola Elementar no Século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo/RS: EDIUPF (09-24). 1999. p. 14.

MACHADO, Maria de Fátima Costa Monteiro de Sá. **Maneiras de Sentar: Contributo para história das carteiras escolares do ensino primário em Portugal (1835 -1970)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência da Educação) – Universidade de Lisboa. Lisboa.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação**. Da Antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1989.

MENDONÇA, Ligia Bahia de. Sobre o reino da palmatória. **Actas do VII Congresso Luso Brasileiro de História da Educação**. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. 2008.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Do teatro da memória ao laboratório da história.** Anais do Museu Paulista. São Paulo, 1994.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45. 2003. p. 11-36.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

MORO, Antônio Renato Pereira. Ergonomia da sala de aula: constrangimentos posturais impostos pelo mobiliário escolar. **Revista Digital**: Buenos Aires, 2005. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd85/ergon.htm>. Acesso em: 29 ago. 2007.

MORO, Antônio Renato Pereira. **Análise Biomecânica da Postura sentada:** uma abordagem ergonômica do mobiliário escolar. 2000. Tese (Doutorado em Ciência do Movimento Humano) – Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

NARODOWSKI, Mariano. **Infância e poder: a conformação da pedagogia moderna.** 1993. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Capinas. Disponível em: <http://biblioteca.universia.net/ficha.do?id=37234935>. Acesso em: 6 jan. 2009.

NARODOWSKI, Mariano. **Infância e Poder: conformação da pedagogia moderna.** Bragança Paulista: Editora da USF, 2001. Disponível em: <http://www.lite.fae.unicamp.br/papet/2002/fe190d/texto07.htm> Acesso em 02 mar. 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

NÓVOA, António. História da educação: “novos sentidos, velhos problemas”. In: MAGALHÃES, Justino Pereira (org.). **Fazer e ensinar história da educação.** Braga: Universidade do Minho, 1998.

NUNES, Clarice. “(Des)encantos da modernidade pedagógica”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive & FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **500 anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte, Autêntica/Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2003.

PATRÍCIO Ângela. **Notas sobre o Mobiliário escolar em Portugal no século XX:** Lisboa, 2006. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/lugares/mobiliario/hfe.htm> Acesso em: 20 jun. 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições Universais:** espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LeGoff, Jacques. **A história nova.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RICO, Antón Costa. Mobiliário, Dotación y Equipamiento Escolar em el Siglo XIX. **Historia de La Educación: Revista Interuniversitaria**. n. 16. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1997.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. A Pedagogia e a educação infantil. **Revista Iberoamericana de Educación**. Enero, n. 22. 2000. Disponível em: <http://www.rieoei.org/rie22a03.htm>
Acesso em: 11 out. 2008.

ROCHE, Daniel. **História das Coisas Banais**: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RODRIGUES, Maria Manuela P. F. O Nascimento de uma Escola Primária. A Escola Conde de Ferreira do Barreto. In: CARVALHO, Marta Chagas de; FREITAS, Marcos Cezar; MORGARRO, Maria João & PINTASSILGO, Joaquim. (Org.). **História da Escola em Portugal e no Brasil**: circulação e apropriação de modelos culturais. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

SANTOS, Vera Mendes dos. **Nascimento dos cadernos**: um dispositivo de faces. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SCHNAPP, Alain. A imagem dos jovens na cidade grega. In: LEVI, Giovanni & SCHMITT, Claude (org.). **História dos Jovens**. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

SILVA, Andréa Villela Mafra da. **Mostrem as lousas aos mestres o método lancasteriano de ensino**. Dialogando com alguns autores sobre as escolas de primeiras letras. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2008. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada8/txt_compl/Andrea%20Silva.doc Acesso em: 20 jan. 2008.

SOUZA, Gizele de. Espaço e Mobília Escolar na Instrução Pública Paranaense no Limiar do Século XX. **Intermeio**: Revista do Mestrado em Educação. Campo Grande: v. 12, n. 23. 2006. p. 70-78.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: Um balanço inicial. BENCOSTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização**: a implantação da escola primária seriada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. Projeto: **Por uma Teoria e uma História da Escola Primária no Brasil**: investigações comparadas sobre a Escola Graduada (1870 – 1950). Projeto Integrado de Pesquisa apresentado ao CNPq para solicitação de Auxílio à Pesquisa – Edital Universal MCT/CNPq, n. 15/2007 (Processo n. 480462/2007-0). Araraquara, set. 2007.

TAMBARA, Elomar. O ensino mútuo na Província Cisplatina. **Revista do Centro de Educação/UFSM** - Santa Maria, v. 30, n. 2. 2005. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/>. Acesso em: 15 jan. 2009.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **Uma vez normalista, sempre normalista:** cultura escolar e produção de um habitus pedagógico – (Escola Normal Catarinense – 1911/1935) – Florianópolis: Insular, 2008.

TONUCCI, Francesco. **Com olhos de criança.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (2007). Museu da Escola Catarinense, Santa Catarina. Disponível em: <http://www.museudaescola.udesc.br/> Acesso em: 28 nov.2008.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Lições de coisas: concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. **Cadernos CEDES.** Campinas/SP, v.52. 2000. p. 74-87.

VARELA, Julia & ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. **Revista Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 6. 1992. p. 68-96.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas Escolares:** estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). São Paulo: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. A invenção da modernidade educativa: circulação internacional de modelos pedagógicos, sujeitos e objetos no Oitocentos. **I Encontro de História do Império Brasileiro**, UFPB, 2009.

VIÑAO FRAGO, Antonio & ESCOLANO BENITO, Agustín. **Currículo, Espaço e Subjetividade:** a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&, 2001.

WERLE, Flávia Obino Corrêa . História das instituições escolares: de que se fala?. In: José Claudinei Lombardi; Maria Isabel Moura Nascimento. (Org.). **Fontes, História e Historiografia da Educação.** Campinas: Autores Associados, 2004.

FONTES

SANTA CATARINA. Leis, decretos e dos. Leis n. 35 de maio de 1836. **Collecção das leis da Província de Santa Catharina dos anos de 1835 a 1853**. Desterro, Typ. Catharinense, 1856. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Lei n. 699 de 11 de abril de 1874. **Leis do Estado de Santa Catharina 1865-1876**. Desterro, Typ. Catharinense, 1856. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Leis, decretos e dos. Leis n. 776 de maio de 1875. **Leis da Província dos anos de 1871 a 1875**. Desterro, Typ. Catharinense, 1875. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Relatório. **Relatório do ano de 1885**. Desterro, Typ. Commercial de J. A do Livramento. 1885. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. **Decretos e Resoluções de 1891 a 1894**. Florianópolis: Typ. da Empreza d'O Dia, 1917. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. **Coleções de Leis 1896 a 1900**. Florianópolis: Typ. da Empreza d'O Dia, 1914. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. **Pareceres, 1835/1841**, p. 21. Centro de Memória da Assembléia Legislativa, doc. 33.

SANTA CATARINA. Relatório. **Relatório do Presidente da Província dirigido ao Presidente da Assembléia Provincial de 1870**, 1870. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Relatório. **Relatório do ano de 1863**. Desterro, Typ. Commercial de J. A do Livramento, 1863. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. **Relatório sobre Instrução Pública 1896**. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. 1896.

SANTA CATARINA. **Relatório Presidente da Província 1893**. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. **Pareceres, 1835/1841**, p. 21. Centro de Memória da Assembléia Legislativa, doc. 33.

SANTA CATARINA. **Collecção das Leis da Província de Santa Catharina dos anos de 1835/1853**. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. **Collecção das Leis da Província de Santa Catharina dos anos de 1871/1875.** Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Relatório. **Relatório dirigido ao Vice-Presidente da Província de 1863.** Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Relatório. **Relatório dirigido ao Vice-Presidente da Província de 1885.** Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Relatório. **Relatório de Inspeção de 1916.** Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. **Regimento Interno dos Grupos Escolares 1914.** Biblioteca Central Universidade Federal de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. **Relatório do Tenente-Cnel. Caetano Vieira da Costa 1912.** Florianópolis: Gab. Typ. D'O DIA. Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. **MENSAGEM 16/8/1909.** Centro de Memória da Assembléia Legislativa.

SANTA CATARINA. **Leis Provinciais do Estado de Santa Catarina anos 1910 à 1912.** Centro de Memória da Assembléia Legislativa.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. SC. Ofícios da Directoria de Instrucção Pública para o Presidente da Província, 1881 – janeiro a junho. Florianópolis: sn. Foto de Marília Petry.

ARQUIVO MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS. **Relatório de Receita e de Despesa.** Camara Municipal da Capital 1842.

FERREIRA, A. B. de H. **Minidicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A., 1985.

ASSIS, Machado de. **Várias histórias.** Guarulhos: GERMAPE, 2005.

ASSIS, Machado de. **Obra Completa de Machado de Assis.** Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1994. Disponível em: <http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/escola.html> Acesso em: 20 mar.2009.

CEQUIPEL. Fabricante de mobiliário escolar. Disponível em: <http://www.cequipel.com.br> Acesso em: 02 mar. 2009.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Diccionario Universal de Educação e Ensino.** Porto, Casa Editora, 1886.

BÍBLIA SAGRADA. **A Bíblia da Mulher.** São Paulo: Editora Mundo Cristão, 2007.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e História da Cultura. São Paulo: Brasiliense (Obras escolhidas 1), 1985.

DE BAGNAUX, J. M. Conférence sur **Lê mobilier de classe, lê matériel d'enseignement et lês musées scolaires**, faite aux instituteurs delegues a l'Exposition Universelle. Paris, Librairie Hachette et Cie., 1879.

DUFESTEL, Dr. Louis. Hygiène Scolaire. Paris, Octave Doint et Fils Éditeurs: 1909. Encyclopédie Scientifique publiée sous la direction du Dr. TOULOUSE.

FÁBRICA de brinquedos Bohney. Disponível em: <http://www.bohney.com.br/acima3.shtml>
Acesso em: 10 jul. 2008.

FLORIANÓPOLIS. **Livros de Despesa e Receita**, anos 1894, 1897, 1898, 1899. Arquivo Público Municipal de Florianópolis.

JORNAL HOJE, Rede Globo de Televisão. **Carteiras Digitais**. São Paulo. Reportagem divulgada dia 27/10/2008. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornalhoje/0,,MUL838564-16022,00-CARTEIRAS+DIGITAIS+INTEGRAM+A+INTERNET+A+SALA+DE+AULA.html>
Acesso em: 15 nov. 2008.

HATZKY, Emma. **Uma mulher do século passado**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.

MEYER, Rachel Liberato. **Uma menina de Itajaí: crônicas**. Florianópolis: E. Mulheres FCC., 1999.

POMPÉE, César. **Mobilier Scolaire**. Paris, Bazar du Voyage, 1879.

RAMOS, Graciliano. **Infância**. Rio de Janeiro: Record, 1981.

REGO, José Lins do. **Doidinho: romance**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA FLORIANÓPOLIS DE 1903 (1904). Arquivo Público Municipal de Santa Catarina. Coleção de Leis do Município de Florianópolis, 1903-1904. Florianópolis, Gab. Typ. Natividade.

RENOIR, Pierre-August (1877). **La Liseuse** (A Leitora). Coleção Privada de Paul G. Allen. Disponível em: http://arthistory.about.com/od/from_exhibitions/ig/Double-Take/01_Renoir_LaLiseuse.htm. Acesso em: 10 jan. 2009.

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL (2007). Jogos Pan-Americanos, n. 22.

REVISTA CIDADE DO BRASIL. **Mobiliário escolar**. Edição 62, jun/2005. Disponível em: <http://cidadesdobrasil.com.br/cgi-cn/news.cgi?cl=099105100097100101098114&arecod=27&newcod=936>. Acesso em: 02 mar. 2009.

MODELO DE MADEIRA, PAPELÃO E PAPEL. Museu Nacional de Educação, Rouen. Disponível em: <http://histoirelocale.arenval.com/histloc09-1ph.htm>. Acesso em: 30 jun. 2009

PINTURA ÓLEO SOBRE TELA DE LWOW SHIBURI, 1842. Museu Nacional de Educação, Rouen. Disponível em: <http://histoirelocale.arenval.com/histloc09-1ph.htm>. Acesso em: 30 jun. 2009.

PINTURA DE EPINAL, 1838. Disponível em: <http://histoirelocale.arenval.com/Ecole%20Ens.%20Mutuel.jp>. Acesso em: 30 jun. 2009.